

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário
17 de Junho de 1992
Preço: 120\$00
(IVA incluído)
Nº 965
Director:
Carlos Brito

Projectos de lei do PCP propõem:

Ensino Superior para todos

Pág. 3

Os conflitos e a trégua

Editorial
pág. 2



Álvaro Cunhal participou no debate realizado na passada terça-feira

Debates no Vitória

Comício de Amizade PCP PC da Índia (Marxista)

No quadro das relações de amizade e solidariedade existentes entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista da Índia (Marxista), Harkishan Sing Surjeet, secretário-geral do PCI (M) visitará Portugal em 22 e 23 de Junho.

Para além das conversações e contactos com a actividade do PCP, terá lugar um Comício de Amizade no dia 22, às 21.30 horas, no Ginásio Clube da Baixa da Banheira, em que usarão da palavra H. S. Surjeet e Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP.

Comité Central reúne hoje

Realiza-se hoje uma reunião plenária do Comité Central do PCP para analisar os desenvolvimentos da situação em torno de Maastricht e a correspondente definição das linhas de intervenção do PCP nesse âmbito,

As principais conclusões desta reunião serão divulgadas em conferência de imprensa a realizar às 17 horas no Centro de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes.

A PAC a CAP e o Ministro

— artigo de
Carlos Amaro

Pág. 15

Presidente da Confederação das Mulheres do Brasil fala ao «Avante!»

Pág. 19

Maastricht visto de Paris

— artigo de
Miguel Urbano Rodrigues

Págs. 16 e 17

Os conflitos e a trégua



Os problemas continuam por resolver, e os trabalhadores não abrandam na luta (na foto, manifestação dos trabalhadores das autarquias, dia 9, em Lisboa).

RESUMO

9

Terça-feira

O senado japonês, após longa deliberação enfrentando a oposição de esquerda, aprova a participação militar nipónica nas chamadas forças de «paz» da ONU ■ O Algarve não tem nenhuma «bandeira azul», após a divulgação das análises à água das praias portuguesas ■ Ministério da Agricultura revela que centenas de funcionários do MAP vão ser colocados no quadro de excedentários ■ Ministro dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca propõe criação de Livro Branco com propostas para negociação com a CE, na sequência do não dinamarquês a Maastricht ■ O PSD exige do Presidente da República a punição do general Carlos Azeredo pelas declarações que o Chefe da Casa Militar do PR terá feito em relação a Cavaco Silva ■ Em conferência de Imprensa, Carlos Carvalhas divulga documento da Comissão Política do CC do PCP sobre a posição do Partido em relação à possibilidade de um referendo sobre Maastricht.

10

Quarta-feira

O Tratado de Maastricht é publicado na íntegra pelo «Diário de Notícias» ■ O Presidente Mário Soares, nas comemorações do 10 de Junho, apela à democratização das decisões sobre a Comunidade Europeia ■ O coronel Khadafi é contestado pela primeira vez na imprensa líbia, desde a sua tomada do poder em 1969 ■ Deus Pinheiro comemora em festa, em Zagreb, o Dia de Portugal, enquanto na região a guerra continua a fazer vítimas ■ É votada no Parlamento Europeu uma resolução visando o seu alargamento. Portugal obtém apenas mais um lugar, enquanto a Alemanha vê o número dos seus representantes subir para 13 ■ Quatro manifestantes detidos em 30 de Maio, no Irão, são executados pelas autoridades islâmicas que dominam o país ■ A aviação israelita volta a bombardear o sul do Líbano.

11

Quinta-feira

A Presidência da República apresenta queixa à Alta Autoridade para a Comunicação Social, acusando a RTP de discriminar esse órgão de soberania ■ George Bush é impedido de discursar na capital do Panamá, confrontado com manifestação popular. A polícia, ao tentar dispersar a multidão com gás lacrimogéneo, põe o Presidente dos EUA a chorar ■ Guterres, secretário-geral do PS, elogia o trabalho de Cavaco na presidência da Comunidade Europeia ■ A Assembleia da República inicia processo de revisão constitucional, com o objectivo de aprovar o Tratado de Maastricht ■ O Presidente da República pede ao Tribunal Constitucional parecer sobre a Lei Orgânica do Ministério Público, apresentada pelo Governo ■ Forças georgianas tornam a atacar posições dos separatistas russos da Ossétia do Sul, causando a morte de duas dezenas de pessoas e ferimentos em 60.

12

Sexta-feira

O Comissário Europeu Cardoso e Cunha, falando na Madeira, rejeita a hipótese de um referendo em Portugal sobre o Tratado de Maastricht ■ Francisco Ordoñez, ministro dos Negócios Estrangeiros de Espanha, pede a demissão do cargo invocando «razões de saúde» ■ O Presidente Andreu Perez, da Venezuela, cancela a sua programada participação na «Cimeira da Terra» por causa da grave situação que se vive no país ■ Deputados do PSD e do CDS votam contra o recurso do PCP que visava pôr em causa o projecto de Lei da Greve, da autoria do partido governamental ■ Rebenta nos Estados Unidos um escândalo financeiro, envolvendo os EUA e o Iraque e comprometendo a posição de Bush na corrida à Presidência.

13

Sábado

Carlos Carvalhas participa na Guarda no encontro-debate sobre o futuro do distrito promovido pela organização regional do PCP ■ Em Coimbra tem lugar uma reunião nacional sobre o trabalho da CDU nos municípios onde está em minoria. Luís Sá condena a possibilidade de PSD e PS se entenderem, na revisão constitucional, para a eleição indirecta das câmaras municipais ■ Duarte Lima diz no «Público» que «o dr. Soares anda a dizer muitos disparates» ■ Realiza-se em Beja o 5º Congresso do Alentejo, que teve no centro dos debates a agricultura, a seca e o complexo do Alqueva ■ Na Póvoa de Varzim reúne o 2º Congresso da Região Norte ■ Chefes de Estado e de governo assinam no Rio de Janeiro as convenções da Eco/92 sobre modificações climáticas e biodiversidade.

14

Domingo

«Passam os limites da delicadeza e da solidariedade institucional», afirma Mário Soares na Alemanha, comentando críticas de dirigentes do PSD ■ Com protestos contra a reforma da PAC, termina em Santarém o congresso da CAP ■ Chega ao fim a conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento, com a assinatura da Declaração do Rio e mais quatro documentos que ficam aquém das expectativas.

15

Segunda

Agricultores franceses iniciam nova série de protestos contra a PAC, enquanto a CNA portuguesa marca para dia 26 uma concentração em Lisboa ■ Os ministros da Agricultura dos doze reúnem no Luxemburgo sem conseguirem a aprovação final do acordo sobre a nova PAC ■ Os resultados do referendo de ontem na Lituânia indicam uma clara recusa da presença militar russa ■ O parlamento japonês aprova a possibilidade de envio de tropas para o estrangeiro ■ São libertados dois reféns alemães no Líbano ■ Os trabalhadores da cabotagem marítima iniciam uma greve de dois dias em Portugal, Espanha, França, Itália e Grécia.

A

o contrário do que previam algumas «boas almas» afeições ao «bloco central», o que tem sido designado por conflito entre Cavaco Silva e Mário Soares não abrandou após o 10 de Junho, graças ao que seria uma deliberação auto-contenção do Primeiro-Ministro.

Em vez disso, está-se a assistir a uma verdadeira campanha de insultos do PSD ao Presidente da República.

Não podem ser considerados de outro modo os ataques violentos desferidos por vários dos mais destacados dirigentes do partido do Governo, como Duarte Lima, líder parlamentar da bancada laranja, que se permitiu observar em injuriosas declarações à imprensa: «O Dr. Mário Soares anda a dizer muitos disparates seguidos, o que é preocupante para um chefe de Estado».

Cavaco Silva deu ordem para insultar, é o que mostra esta ofensiva verbal. Mas mais do que isso, deu ordem para ameaçar, que é o que deve ser lida a «preocupação» insinuada pelo presidente do Grupo Parlamentar do Governo.

Não é a contenção verbal do Primeiro-Ministro que se verifica, é o desbocamento boçal do PSD que se manifesta. Cavaco Silva (quem o duvida?) fala obviamente pela boca de Duarte Lima, Pacheco Pereira, Silva Marques, Luis Filipe de Meneses e outros.

A violência usada por estes conhecidos «pistoleros» do PSD visa obter efeitos intimidatórios sobre o Presidente da República. (Significativo é também, o papel de alcoviteira que o jornal de Belmiro de Azevedo tem desempenhado, a levar e a trazer, sobretudo a trazer os mais ultrajantes ataques ao Presidente.)

Não esqueçamos que durante o primeiro mandato de Mário Soares, Cavaco Silva impôs na prática consideráveis avanços da governamentalização do poder político, procurando reduzir, em boa medida, o Presidente da República a um papel decorativo.

Por isso mesmo, o Governo e a direcção do PSD, que ainda por cima apoiaram a reeleição de Mário Soares, não toleram vê-lo fazer uso mais efectivo das suas competências na promulgação das leis, na intervenção em matérias de defesa e de política externa e pronunciando-se sobre grandes problemas nacionais.

O PSD comporta-se como o partido único no poder reagindo com crescente arrogância e autoritarismo a qualquer voz ou gesto discordante, mesmo que partam do Presidente da República no exercício do seu mandato constitucional.

Sendo esta a essência do conflito, independentemente das críticas que em muitos aspectos fazemos às opiniões e atitudes assim como a declarações menos apropriadas de Mário Soares, o interesse do regime democrático reside na salvaguarda do estatuto constitucional do Presidente da República e exige a condenação da campanha

contra ele conduzida pelo Governo e estado-maior do PSD.

A

política desenvolvida pelo Governo de Cavaco Silva, designadamente, após as eleições de 6 de Outubro, defraudando as expectativas criadas pelas promessas eleitorais e recorrendo a métodos autoritários e impositivos, tornou-se num agudo factor de conflitualidade que envolve largos estratos da sociedade portuguesa.

Parte também do Governo a campanha desestabilizadora para uma revisão extraordinária e antecipada da Constituição de modo a permitir uma profunda alteração das leis eleitorais ao

Neste extenso mar de conflitos, surpreende o alheamento do PS que se comporta como se tivesse concedido uma trégua ao Governo, enquanto, de braço dado com ele, se prepara para concretizar a ratificação do Tratado de Maastricht.

gosto do PSD e o voto dos emigrantes nas presidenciais, apresentado de forma demagógica e escondendo que dessa maneira o voto de autênticos estrangeiros e as chapeladas em consulados cavacistas pode decidir a escolha do Presidente da República.

O Governo está em conflito aberto com sectores operários muito vastos, com trabalhadores da administração central e local, com estudantes, professores e outros profissionais do ensino, com os utentes dos hospitais e centros de saúde, com médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde, com magistrados do Ministério Público, com coronéis e outros oficiais das Forças Armadas, com a Associação Profissional da PSP, com a Associação Nacional de Sargentos, para só citar algumas situações mais em evidência.

O chamado conflito institucional é um reflexo muito atenuado desta teia de profundos conflitos em que o Governo está envolvido com importantes sectores sociais.

É o caso do conflito que opõe o Governo aos coronéis e outros oficiais a propósito da lei do redimensionamento das Forças Armadas que o Presidente da República recusou promulgar.

É o caso também do conflito que opõe o Governo aos magistrados do Ministério Público a propósito da lei orgânica do Ministério Público, que o Presidente da República sujeitou à apreciação de constitucionalidade do Tribunal Constitucional.

Mas há várias outras situações de grave conflito que pela sua projecção na vida nacional justificariam a intervenção do Presidente da República para contrariar as injustas soluções que o poder do PSD quer impor à viva força.

É o caso da chamada lei dos dis-

poníveis da Administração Pública, já submetida a promulgação, que coloca numa situação de precarização profissional muitos milhares de trabalhadores de forma discricionária e sem respeito pelos direitos adquiridos.

É o caso do processo de alteração da lei da greve em curso na Assembleia da República, por iniciativa do CDS e do PSD, que ameaça reduzir o exercício deste direito fundamental dos trabalhadores, que constitui, além disso, um traço distintivo do regime democrático português.

N

este extenso mar de conflitos, surpreende o alheamento do PS que se comporta como se tivesse concedido uma trégua ao Governo, enquanto, de braço dado com ele, se prepara para concretizar a ratificação do Tratado de Maastricht.

Depois das arremetidas barulhentas, mas mal sucedidas do «défice democrático na Madeira» e do referendo sobre a RTP, o PS parece ter resolvido fazer uma pausa na oposição ao Governo. A situação tornou-se tão patente que o próprio Secretário-Geral, António Guterres, resolveu comentá-la explicando significativamente em recente entrevista: «Ser oposição não implica que se esteja obcecado com a crítica ao Governo».

Ninguém pede ao PS «obsessão crítica», o que dele se espera é acção oposicionista. Nada pode desculpar o seu silêncio comprometido, e conivente perante o escândalo das privatizações, as suas equívocas posições em relação ao agravamento e generalização das «taxas moderadoras» sobre a saúde, a concordância com o aumento das propinas no ensino superior, a sua reacção frouxa e tardia às ameaças que pesam sobre a lei da greve. Não se sabe exactamente qual é neste momento a posição do PS em relação à revisão da legislação eleitoral e que aproximações fez com o PSD nesta matéria.

O que pesa especialmente na situação política do país é o acordo Cavaco-Guterres para a ratificação célere e em surdina do Tratado de Maastricht (já iniciada pela abertura da revisão da Constituição por eles imposta) e para a recusa de qualquer ideia de verdadeiro debate nacional.

Com este acordo o PS dá grandes vantagens a Cavaco Silva num período de particulares dificuldades para o Primeiro-Ministro.

O PS deve ser responsabilizado, tanto como o Governo e o PSD, pela obstrução da participação popular no processo de decisão sobre a União Europeia.

Não deve haver dúvidas, também, em relação a outros que sob a aparência de quererem assegurar uma participação popular através do chamado movimento pró-referendo, o que pretendem de facto, essencialmente, é mobilizar para o sim a Maastricht.

Ao contrário, o PCP reclama ampla informação ao país e exige um debate nacional esclarecedor, para que o nosso povo consciente dos graves perigos que a opção comporta possa dizer «Não a Maastricht!».

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECCÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO ADE: Editorial «Avante!», R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pipos, 326, Guilfões, 4450 Matosinhos. Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e impresso na Heská Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL (CONTINENTE)	— 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00
REGIÕES AUTÓNOMAS	— 50 números: 6.786\$00
ESPAÑA	— 50 números: 8.326\$00
MACAU	— 50 números: 13.042\$00
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE	— 50 números: 14.056\$00
EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA)	— 50 números: 14.960\$00
EXTRA-EUROPA	— 50 números: 18.760\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____
Morada _____
Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

PCP

PCP propõe Ensino Superior para todos

Assegurar a possibilidade real de frequentar o Ensino Superior a todos os que para tal tenham capacidade é o objectivo dos dois projectos de lei apresentados pelo PCP, na Assembleia da República, na passada sexta-feira. A iniciativa, da responsabilidade do Grupo de Trabalho para o Ensino Superior do PCP em colaboração com o Grupo parlamentar comunista e a JCP, foi divulgada em conferência de imprensa pelos camaradas Edgar Correia, membro da Comissão Política do PCP, António Filipe, deputado à AR, e Maria José Lemos, membro da Direcção Central do Ensino Superior da JCP.

Tendo como ponto de partida a reflexão de professores e estudantes do Ensino Superior, os dois projectos de lei — sobre a questão da avaliação e acompanhamento do Ensino Superior e sobre a acção social escolar no Ensino Superior — resultaram da análise concreta da situação concreta e do conhecimento das condições e necessidades da sua transformação, e assumem-se, segundo foi sublinhado, como uma “base de reflexão, estímulo ao debate (que se espera que o Governo e a sua dócil maioria parlamentar não frustrem) e ponto de apoio para sínteses em que é necessário que o próprio sistema de Ensino Superior, os professores e os alunos que lhe dão vida, assumam um papel fundamental”.

Após recordar que o artigo 74.º da Constituição da República Portuguesa estabelece o “princípio da universalidade do direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar; o dever do ensino, de contribuir para a superação de desigualdades económicas, sociais e culturais; e a incumbência do Estado de, na realização da política de ensino, garantir a todos os cidadãos, segundo as suas capacidades, o acesso aos graus mais elevados de ensino e estabelecer progressivamente a respectiva gratuitidade”, o PCP alerta para a particular importância que neste quadro assume a acção social escolar no Ensino Superior “como instrumento de concretização da função social do Ensino Superior constitucionalmente definida e dos princípios de discriminação positiva que a efectiva igualdade de oportunidades forçosamente implica”.

É neste contexto que o PCP propõe a consagração de duas formas distintas e complementares de apoios:

— A consagração de apoios gerais aos estudantes, nos domínios da alimentação, assistência médica e medicamentosa, apoios para transportes, elementos de estudo e material escolar, informações e procuradoria, entre outros.

— E a consagração de discriminações positivas, traduzidas na atribuição de bolsas de estudo e na concessão de alojamento, destinadas a favorecer a frequência do Ensino Superior por parte de quantos manifestem capacidade para tal mas não dispo-

templem também os cursos de pós-graduação.

Neste projecto de lei propõe-se que o sistema de acção social escolar abranja todos os alunos, sejam do Ensino Superior público, sejam do privado.

Justificando aquela medida, o PCP recorda a situação que actualmente se atravessa em relação ao acesso ao Ensino Superior, caracterizada

Como foi sublinhado na apresentação dos projectos de lei, “a concessão de empréstimos bancários para a frequência dos estudos é algo que pertence ao domínio dos interesses específicos das instituições de crédito, mas que não deve servir para substituir o dever social do Estado de garantir o direito ao Ensino”.

Ao propor um alargamen-

Uma situação agravada pelo facto de os Governos do PSD terem seguido uma “política sistemática de asfixia do Ensino Superior público através de graves restrições orçamentais, de apoio à proliferação de estabelecimentos e cursos na área do ensino privado, em muitos casos sem quaisquer condições e de falta de planificação e de coordenação no desenvolvimento de novos pólos e cursos”. Para o PCP, essa política é responsável pela “sensível degradação da qualidade do ensino superior em Portugal”, havendo “todas as razões para temer que uma política do mesmo tipo venha agora a ser seguida no terreno da avaliação”.

Reconhecendo que uma política nacional de ensino superior público, investigação, ciência e cultura, envolve necessariamente uma responsabilização da colectividade e um financiamento público adequado, considera o PCP que “a melhor gestão e a maior produtividade das instituições de Ensino Superior pressupõem um investimento que supere o crónico défice em despesas de funcionamento e de capital que as vem afectando”. O que não significa, naturalmente, a defesa de uma avaliação que apenas incida sobre a rentabilidade abstracta de um segmento do Ensino Superior — os estabelecimentos considerados como simples “fábricas” de qualificações. Pelo contrário, o que se defende é uma avaliação “assente numa concepção integrada de Ensino Superior que inclua designadamente as vertentes do ensino, da investigação, da prestação de serviços, da produção científica, entre outras”.

Reconhecendo que uma avaliação que não reúna “condições e garantias de objectividade, rigor e isenção, aparentemente independente mas de facto governamentalizada e sujeita à influência de conhecidos grupos de interesse que hoje proliferam na área do Ensino Superior” pode transformar-se num “instrumento de cobertura de critérios e decisões de injusto favorecimento de uns estabelecimentos de ensino e áreas do saber em relação a outros”, funcionando objectivamente como mecanismo de validação e de apoio do ensino privado em detrimento e desfavor do Ensino Superior público”, defende o PCP “flexibilidade” na concretização desta matéria e, eventualmente, a adopção de um “período de adaptação”.

Objectivos

Naquele contexto sublinha-se o papel insubstituível dos próprios estabelecimentos de Ensino e do seu activo empenhamento na criação do sistema, e propõe-se a definição de objectivos claros a atingir pela avaliação e pelo acompanhamento. Objectivos que passam pela “promo-

ção da qualidade do Ensino Superior e o seu ajustamento numa perspectiva ampla às necessidades do desenvolvimento do país e às aspirações dos portugueses; a análise da oferta existente e a garantia da qualidade mínima e da isenção do Ensino Superior; a promoção do autoconhecimento e do conhecimento recíproco das diversas instituições; a criação de instrumentos que viabilizem a programação da política de Ensino”.

No que respeita à estrutura de avaliação e de acompanhamento, propõe o projecto de lei do PCP uma solução que, à partida, “assegure o rigor, a independência e a isenção no cumprimento de uma função de interesse nacional, o que impõe seja realizada no quadro público, que não seja governamentalizada, que disponha de plena auto-suficiência financeira e afirme a sua completa independência em relação a órgãos e mecanismos de financiamento; enuncie explicitamente parâmetros objectivos e métodos transparentes a utilizar no processo de acompanhamento e avaliação; confira representação adequada nos órgãos directivos às instituições de Ensino Superior, às associações sindicais e profissionais representativas dos corpos docente, discente e investigador; funcione em diálogo permanente com as instituições a avaliar”.

Para o PCP, importa igualmente clarificar o impacto da avaliação sobre o financiamento aos estabelecimentos de Ensino Superior público, designadamente a relação entre os resultados da avaliação e a concessão de estímulos positivos, de modo a impedir o carácter descrimonário das decisões ou a margem de influência de grupos de interesses constituídos.

De salientar, finalmente, que o PCP defende a concessão, às próprias instituições de Ensino Superior público, da responsabilidade pela sua auto-avaliação contínua, colocando ao seu dispor os meios próprios adequados. Como se afirma no texto do projecto de lei “o empenhamento activo dos estabelecimentos de Ensino Superior constitui um elemento decisivo na auto-avaliação do próprio sistema”.

Com esta nova iniciativa, o PCP reafirma uma vez mais a importância dada à educação, à ciência e à tecnologia, que considera “vectores estratégicos para ultrapassar com sucesso condições desiguais de cooperação internacional, vencer o atraso e assegurar o efectivo desenvolvimento económico, social e cultural do país”, tanto mais importantes quanto é uma realidade a distância que separa Portugal dos países mais desenvolvidos, em particular os da CEE, com quem vai integrar um mercado único a partir de Janeiro de 1993.



Edgar Correia, António Filipe e Maria José Lemos na apresentação dos projectos de lei do PCP para o Ensino Superior

nam dos necessários recursos económicos, assegurando assim a expansão do sistema e uma mais efectiva igualdade de oportunidades no acesso e frequência dos diversos graus do Ensino Superior.

Imperativo de justiça e factor de desenvolvimento

A concepção de acção social no Ensino Superior agora apresentada assenta no princípio de “assegurar a possibilidade real de frequentar o Ensino Superior a todos os que, independentemente da sua situação económica, revelem capacidade para o frequentar”, considerando que tal “constitui não apenas um imperativo de justiça social mas também um factor de desenvolvimento nacional”. Para o PCP, a acção social não pode “limitar-se a uma mera compensação económica, avaliada em função da insuficiência de rendimentos económicos de cada estudante ou da sua família”, mas deve também ter em conta os “problemas que decorrem do retardamento da sua integração na vida profissional em função dos estudos, situação particularmente agravada nos casos de pós-graduação que exigem elevado grau de disponibilidade ao longo de vários anos após a obtenção da licenciatura”.

Como se fez notar na conferência de imprensa, as vantagens que advêm para o país de uma elevada qualificação dos seus quadros justificam plenamente o apoio que lhes deve ser conferido através de mecanismos de apoio social que não se restrinjam ao período correspondente à obtenção de cursos de bacharelato e licenciatura, mas que con-

pela aplicação do sistema de “numerus clausus” no acesso ao Ensino Superior público, considerando que a mesma não pode deixar de ser tida em conta, uma vez que o acesso a estabelecimentos privados de Ensino Superior não é feita, na esmagadora maioria dos casos, em função de uma livre opção, mas antes é determinada pela incapacidade da rede de Ensino Superior público. Por isso mesmo, não contemplar os estudantes do Ensino Superior privado no sistema de acção social escolar do Ensino Superior seria pactuar com o agravamento de uma flagrante injustiça.

Propõe-se no entanto que através de diploma complementar seja estabelecida uma participação dos estabelecimentos privados de Ensino Superior nos custos do sistema de apoio social aos respectivos estudantes.

Empréstimos são negócios bancários

Entende o PCP que “é ao Estado que basicamente compete financiar o sistema de acção social do Ensino Superior, na realização dos objectivos de política educativa constitucionalmente definidos”. Por isso recusa “a adopção de uma política, mal chamada de acção social, que assente na imposição de encargos de acordo com os custos reais dos serviços prestados, ou a sua transferência para os estabelecimentos de Ensino Superior público”. Recusa ainda a consagração, enquanto mecanismos de acção social, de figuras mais verdadeiramente configuráveis como “produtos financeiros”.

to muito significativo do quadro de acção social actualmente existente e cujas carências são por todos reconhecidas, não se ignora que a medida implica, para a sua concretização, a disponibilização de recursos financeiros significativos a suportar pelo Estado. Considera no entanto o PCP que esse investimento “não só é plenamente justificável como compatível com os recursos do país”, ficando ainda longe dos níveis de investimento na acção social escolar comuns em países da Comunidade Europeia.

Debate alargado sobre a avaliação

Sobre a avaliação e o acompanhamento do Ensino Superior e das suas instituições, defende o PCP “que nenhum sistema deve ser estabelecido pela Assembleia da República ou pelo Governo sem prévio e alargado debate em todas as instituições de Ensino Universitário e politécnico, debate que a própria opinião pública possa acompanhar e em que possa também, naturalmente, intervir”.

Fazendo notar que esta questão, prevista na Lei de Autonomia Universitária, tem uma enorme importância educativa e política, e um alcance estratégico na área sensível e decisiva do Ensino Superior, o PCP alerta para o facto de a noção de avaliação trazer “implícitos critérios, metodologias, definições de política, orientações e juízos, entre o que deve ser aprovado, apoiado, estimulado (e em que medida) e o que deve ser contrariado ou pelo menos desaconselhado a nível dos estabelecimentos do ensino superior e da sua actividade”.

Prevenção e apoio à deficiência

«Sobram as palavras faltam os actos»

● Só a falta de vontade política do Governo explica a não concretização da legislação existente — acusa o PCP

No domínio da prevenção da deficiência e da reabilitação e integração dos cidadãos deficientes o problema não está na falta de legislação -- a que está publicada, no fundamental, responde às carências e necessidades --, mas sim na falta de vontade política do Governo em concretizar a existente, designadamente ao nível da sua regulamentação, respeito e aplicação. Dito de outro modo -- e esta é porventura uma das principais conclusões a reter da interpelação do PCP ao Executivo sobre esta matéria realizada faz hoje uma semana -- «sobram as palavras no que faltam em actos e medidas», para utilizar uma expressão do deputado Jerónimo de Sousa.

Assim de facto tem sido como bem demonstrou uma vez mais a bancada comunista ao colocar no centro do debate as profundas carências e problemas que nos mais variados domínios continuam a caracterizar a prevenção da deficiência e a afectar a vida dos cerca de um milhão de cidadãos portadores de deficiência, sem que o Governo até ao momento tenha sido capaz de implementar as respostas adequadas.

Para a bancada comunista, que desde logo deixa clara a sua recusa em aceitar a «visão do deficiente como um ser merecedor de compaixão» -- bem pelo contrário, porque o deficiente, como frisou Octávio Teixeira, «tem o direito de exigir e o Estado e a sociedade têm o dever de lhe facultar as condições e os meios específicos necessári-

os para que possa assumir de facto a sua condição de cidadão de corpo inteiro» --, tratava-se assim de confrontar o Governo com as suas responsabilidades.

Responsabilidades que nesta matéria, segundo o que foi possível apurar ao longo do debate, estão longe de ser pequenas, a avaliar desde logo pelos efeitos decorrentes de uma política económica e liberal, geradora de desigualdades e injustiças, que atingem de forma directa e particular os deficientes.

Uma perspectiva do problema que o Executivo, está bem de ver, não parece estar disposto a corroborar. Tanto assim é que o secretário de Estado da Segurança Social, Vieira de Castro, embora revelando «insatisfação quanto aos "resultados obtidos" nesta área», não resistiu a dizer que «Portugal é o País da CEE que tem um maior conjunto de acções no âmbito da reabilitação do deficiente», garantindo por fim, depois de mais algumas considerações genéricas, que o Governo não vai alterar a política até aqui seguida.

Quanto às questões concretas suscitadas pelos parlamentares comunistas que intervieram no debate (Octávio Teixeira, Jerónimo de Sousa, Odete Santos, Apolónia Teixeira e Luís Peixoto) e foram muitas, essas, pertinentes, ficaram sem resposta, apesar de estes terem dito que a sua bancada «não exige ao Governo o céu nem a Lua», mas tão só que «assuma os compromissos tão ardentemente proclamados» pelo

ministro do Emprego, Silva Peneda.

É que afinal, confirma-o a realidade dos anos mais recentes, «a sinceridade das declarações de intenções e das proclamações de solidariedade» de membros do Governo «não resiste à singela constatação das situações de facto», como assinalou o líder parlamentar comunista.

Foram ainda os deputados do PCP a demonstrar que assim é, ao recordarem perante a Câmara, entre variados outros exemplos, o facto de a Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação, dois anos depois da sua aprovação, ainda não ter sido sequer regulamentada; a redução das funções do Secretariado Nacional de Reabilitação no quadro da sua esfera de acção junto dos órgãos governamentais; a não implementação, quatro anos decorridos, de praticamente nenhuma das cerca de uma centena de medidas previstas no Plano Orientador de Política de Reabilitação aprovado em 1988.

Numa outra latitude desta

problemática, provado ficou, igualmente, que a Segurança Social não resolve satisfatoriamente a questão do acesso dos deficientes a todos os direitos consagrados, enquanto no âmbito da Educação se mantém a inadequação das escolas, a falta de preparação do pessoal docente e a insuficiência de verbas para o ensino especial, carências que na área da Saúde se traduzem pelo não estabelecimento dos princípios e muito menos das medidas «que considerem o atendimento dos deficientes na diversidade e multiplicidade das respostas face à heterogeneidade das deficiências e dos deficientes.

Uma atenção particular dos deputados do PCP foi prestada ainda às questões relacionadas com a formação profissional e o emprego e ao problema que se prende com a inexistência de políticas adequadas de habitação e urbanismo, de transportes, de informação e sensibilização de opinião pública que possibilitem a efectiva integração social do deficiente.

Lei da Greve

Maioria chumba recurso do PCP

Depois de ter sido considerado "improcedente" pela Comissão de Assuntos Constitucionais por alegada falta de fundamentos, PSD e CDS rejeitaram sexta-feira última o recurso interposto pela bancada comunista contra o projecto da maioria governamental sobre a Lei da Greve.

Nos fundamentos da sua iniciativa, recorde-se, os parlamentares comunistas invocaram a violação dos artigos 57º e 18º da Constituição por parte do diploma do PSD, ao introduzir nomeadamente graves restrições no exercício deste direito fundamental.

Contestando com firmeza a argumentação aduzida no pare-

Poderes de revisão

Um acto precipitado

A Assembleia da República assumiu poderes de revisão extraordinária da Constituição ao aprovar, faz hoje uma semana, apenas com os votos contra do PCP e dos deputados independentes Mário Tomé e Raul de Castro, os dois projectos de resolução nesse sentido apresentados pelo PSD e PS. Subscrito pelo CDS um terceiro projecto, exactamente igual aos outros dois, foi no entanto chumbado pela Câmara, facto explicado pelas bancadas socialista e da maioria com base em divergências quanto ao enquadramento político e aos argumentos utilizados pelos centristas relativamente à revisão constitucional e ao Tratado de Maastricht.

A rejeição do diploma do CDS, levou Nogueira de Brito a questionar a mesa sobre as razões da "votação contraditória de três projectos completamente idênticos", acabando mesmo por classificar a posição do PS e do PSD como a "expressão de ditadura de uma maioria, neste caso, alargada ao antigo «bloco central»".

Alguma acrimónia verbal em todo o caso insuficiente para inibir um entendimento entre aqueles partidos quanto à questão de fundo: a assunção de poderes de revisão constitucional pela Assembleia da República.

Oposição frontal à abertura de um processo de revisão extraordinária da Constituição, com fundamento nas exigências decorrentes da ratificação do Tratado de Maastricht, essa, veio da bancada do PCP, que, pela voz do seu líder, considerou tal iniciativa na conjuntura resultante do referendo na Dinamarca como "um acto de quem não quer encarar as realidades, um acto de fuga para a frente, um acto precipitado e completamente desajustado".

Admitindo como "inevitável um processo de renegociação", razão pela qual na sua perspectiva é impossível "determinar se e como será qualquer eventual tratado que venha a alterar os documentos que hoje regem as Comunidades", Octávio Teixeira defendeu que a prioridade "deve ser dada a um amplo e profundo debate nacional sobre as soluções concretas previstas para a União Europeia, eventualmente concluído com um referendo sobre o conteúdo do futuro Tratado".

"O PSD, o PS e o CDS optaram pela estratégia do facto consumado, desprezando a informação, o esclarecimento e a opinião dos portugueses", observou por fim o dirigente comunista.

Propostas e medidas

Se a interpelação do PCP ao Governo permitiu apurar através de um rigoroso diagnóstico o estado actual da problemática da deficiência em Portugal, não deixou de constituir simultaneamente uma oportunidade para a apresentação de propostas e medidas tendentes a dar resposta a muitos dos problemas recenseados. Foi o que fez o Grupo Parlamentar do PCP ao apresentar um conjunto de seis projectos de lei e um de deliberação sobre prevenção e protecção de deficientes.

O projecto de lei das associações de deficientes visa assegurar a estas instituições «os apoios indispensáveis para que possam prosseguir os seus fins», nomeadamente apoio técnico e financeiro, atribuição de benefícios fiscais, isenção de custas e outras regalias.

Um outro diploma institui o «Cartão do Deficiente», atribuído após um exame médico, servindo para que o cidadão possa provar a sua deficiência.

Quanto aos restantes diplomas, visam alterar o regime geral da segurança, higiene e saúde no trabalho; rever o regime jurídico dos acidentes de trabalho e doenças profissionais; protecção da maternidade e paternidade; e criação de uma licença especial para a assistência a menores portadores de deficiência profunda.

O projecto de deliberação, por sua vez, vai no sentido de que sejam adoptadas medidas que facilitem o acesso dos cidadãos deficientes ao Palácio de S. Bento.

Reforma do PSD gera apreensão

O Grupo Parlamentar do PCP voltou a chamar a atenção para a gravidade que comportam as propostas do PSD no domínio da Reforma do Parlamento, propostas que do seu ponto de vista caso venham a ser aprovadas representarão não uma Assembleia mais eficaz e com um funcionamento mais democrático, mas sim uma "Assembleia mais governamentalizada, mais opaca, mais fechada, dentro das Comissões, trabalhando menos tempo, com menos poderes efectivos e com um funcionamento menos democrático".

O alerta para estes perigos foi deixado no passado dia 9 em declaração de voto subscrita pelos deputados comunistas João Amaral e José Manuel Maia, texto onde a formação comunista reitera a sua "completa oposição" a algumas das soluções preconizadas pelo PSD.

Estão neste caso, como assinalámos na última edição do "Avante!", as propostas que restringem o debate político na Assembleia e concretamente no plenário, as que dificultam quando não inviabilizam a acção fiscalizadora do Parlamento sobre os actos do Governo, as que secundarizam do papel dos deputados e dos grupos parlamentares face ao Executivo e, por último, as que alteram regras de funcionamento democrático daquele órgão de soberania.

Fundamentando com exemplos concretos os motivos da sua apreensão, a bancada comunista recorda que, por exemplo, no caso da restrição do debate público -- ao deixar a possibilidade de duas semanas sem plenário, uma só

cer da Comissão Parlamentar sobre esta matéria, segundo o qual não haveria "casos de violação gritante de quaisquer preceitos constitucionais" no articulado do projecto do PSD, a deputada comunista Odete Santos voltou a insistir em plenário que o diploma é inconstitucional, porquanto, sublinhou, o Texto Fundamental não permite que nenhuma lei reprima direitos dos trabalhadores.

Em idêntico sentido se manifestou a bancada socialista ao considerar restritivo da Lei da Greve o projecto do PSD, defendendo embora pela voz de Laurentino Dias a necessidade de regulamentar os serviços mínimos em período de paralisação.

para comissões e outra para "trabalho junto dos eleitores" --, as propostas do PSD sobre a organização dos trabalhos parlamentares significam na prática que a Assembleia fica impedida de ser o grande *forum* de debate político das questões nacionais.

Como impedidos de se realizarem ficam numerosos inquéritos parlamentares, de acordo com as propostas do PSD a este respeito, assim se restringindo os poderes de fiscalização do parlamento, uma vez que é agora proposta a introdução de condições que dificultam a sua realização, como seja a de não poder haver inquéritos quando haja "investigação judicial".

Revelador da intenção de secundarizar o papel da Assembleia e dos deputados, por outro lado, são as propostas da maioria que consagram direitos especiais ao Governo, como é o de intervir no período antes da ordem do dia com prioridade sobre os grupos parlamentares e deputados.

Aludindo às alterações que no seu entender ferem as regras de funcionamento democrático da Assembleia, a formação comunista refere por fim na sua declaração de voto as propostas do PSD que prevêm um denominado "debate abreviado", aplicável por decisão discricionária do Presidente, e onde a primeira palavra cabe ao relator (naturalmente escolhido na Comissão pela maioria) ficando os grupos parlamentares com tempos drasticamente reduzidos.

TRABALHADORES



Depois do plenário em 9 do corrente, os trabalhadores do STAL desfilaram em Lisboa entre Campolide e São Bento

Sindicatos em geral recusam excedentes e «disponíveis» na Administração Pública

Convergência invulgar no movimento sindical

Firme repúdio conta alteração da lei da greve. Além de um inabalável direito dos trabalhadores, está em causa um princípio constitucional, um suporte da democracia

A proposta de revisão da Lei da Greve, da iniciativa do CDS e agora apoiada pelo partido do Governo, moveu nos últimos dias todas as áreas representativas do movimento sindical e os principais grupos parlamentares da oposição. O PS fazia saber a semana passada que, tanto os planos do CDS como do PSD são «impensáveis» e «inaceitáveis». A UGT propôs à CGTP-IN uma manifestação conjunta, que poderá coincidir com a já marcada por esta última Central para 26 de Junho e à qual já aderiram grande parte das organizações distritais e sectoriais, com relevo para a Função Pública.

Além de reuniões e plenários por todo o País, o Dia Nacional de Luta na Administração Pública incluí os trabalhadores abrangidos pelo STAL, que efectuou em

9 do corrente uma manifestação em Lisboa. A concentração junto ao Centro Cultural de Belém está marcada para as 14 e 30 de sexta-feira, 26.

É de notar que a movimentação sindical coincide com a chamada «lei dos disponíveis», para a qual a FNSFP (Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública) já pediu a declaração de inconstitucionalidade.

Por outro lado, os sindicalistas socialistas da CGTP aprovaram em 13 do corrente uma moção condenando as propostas de alteração da lei da greve do PSD e do CDS.

O repúdio mais firme contra essa tentativa era também manifestado pelas uniões de sindicatos de Coimbra e Aveiro.

Em Genebra, inclusivamente, os representantes da CGTP e da UGT, que fazem parte da delegação portu-
 guesa à OIT (Organização Inter-

nacional do Trabalho) decidiram não comparecer a uma recepção na Embaixada de Portugal na Suíça (12 de Junho), protestando dessa forma contra a proposta de lei da greve apresentada pelos partidos da direita no Parlamento português.

Não há trabalhadores a mais nas autarquias

Ao reafirmarem que «a lei da greve é intocável», e ao considerarem que se trata nesse caso de matéria «inegociável», tanto o STAL (Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local), como o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa pretendem que o Governo negocie a integração dos 2 por cento adicionais nos 8 de aumento da massa salarial,

assim como várias questões pendentes relacionadas com o novo sistema retributivo (NSR), a aplicação a Janeiro de 1992 dos descongelamentos de escalões, o estatuto de aposentação e a regulamentação da lei-quadro de higiene, saúde e segurança no trabalho.

A semana passada, o subsecretário de Estado-adjunto do ministro da Agricultura anunciava que «centenas» de funcionários do seu Ministério vão ser colocados no quadro de excedentes. Esta «perspectiva» abrange toda a Administração Pública. É também essa uma das principais preocupações do STAL e de todas as organizações sindicais ligadas de um modo ou de outro aos interesses imediatos de todo o pessoal da Função Pública em geral incluindo o militar e o militarizado.

Forte agitação na Saúde

Por formas diversas, pessoal da Saúde, designadamente enfermeiros, paramédicos e médicos internos, têm mantido nas últimas semanas constantes intervenções de protesto e luta por regulamentação de carreiras e consolidação de vínculos.

Os enfermeiros contratados e avençados «exigem a sua admissão através do contrato administrativo de provimento». De resto já existe uma lei do Governo que o faculta. Só que o Governo não a cumpre.

Os técnicos paramédicos querem dialogar com o respectivo Ministério sobre formação e integração do ensino das respectivas profissões no sistema educativo nacional.

Depois de uma greve recente de três dias, que registou uma adesão de 90 por cento, os técnicos paramédicos anunciaram novas greves entre 15 e 19 de Junho e, por tempo indeterminado, a partir de 29. O Sindicato acusa o ministro Arlindo de Carvalho de ser responsável, cita a Lusa, pelo esvaziamento das escolas técnicas dos serviços de saúde, havendo um curso em que o número de candidatos não dá para formar uma turma.

Quanto aos enfermeiros é de notar o grande número de hospitais onde se têm efectuado paralisações. As greves agora anunciadas pelo Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP) estão previstas para 24, 25 e 26 do corrente no Hospital Curry Cabral e para os dias 23, 24 e 25 no Hospital de Santo António dos Capuchos. Neste último existem 100 enfermeiros com vínculo precário (36 por cento desse pessoal em exercício) e no Curry Cabral são 74 os enfermeiros sem contrato, representando 30 por cento do total.

Em 9 do corrente, cerca de uma centena de médicos internos concentraram-se junto ao Ministério da Saúde para protestarem contra o novo decreto-lei que regulamenta os internatos médicos. Uma das reivindicações principais tem a ver com o direito à formação médica complementar devidamente remunerada.

Correios

Sindicatos anunciam «greve geral» na sexta

Quatro organizações sindicais, incluindo a Federação das Comunicações, Telecomunicações e Audiovisual, anunciaram para sexta-feira uma «greve geral», que é previsível abranja todo o pessoal dos CTT. Numa nota do dia 11 à comunicação social, a FCTA, o SNTCT, o Sintel, o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses e o SATAE, em representação do pessoal daquela empresa pública, propõem-se defender «as obras sociais» e as «pensões de aposentação», cujo regime

querem manter.

Segundo a Federação (FCTA), o decreto-lei que transforma os Correios e Telecomunicações de Portugal em sociedade anónima é, em resumo, omissivo quanto a essas reivindicações.

O pré-aviso de greve é de 9 do corrente. Em 27 de Maio foi entregue na Assembleia da República «uma petição com mais de dez mil assinaturas» contra o decreto.

A realizar-se, a greve terá a duração de 24 horas.

Compromissos por água abaixo na Reicab

A Reicab, que ainda há pouco empregava mais de 400 trabalhadores na Guarda, está reduzida a cem. Em finais de 89, para a administração da ex-Renault, em compromisso apoiado em público pelo Governo e pelo próprio Cavaco Silva, os postos de trabalho estariam garantidos. Além de não cumprir o prometido, a administração da empresa nem sequer procedeu ao aumento salarial de 10,75 por cento, quebrando assim, também, o compromisso da associação patronal do sector. Por água abaixo foi ainda o prémio de assiduidade-productividade do primeiro trimestre. Numa nota de 5 do corrente, o PCP (Concelhia da Guarda) sublinha que o cidadão não pode confiar nas instituições, «quando a palavra dos seus dirigentes, incluindo a do Primeiro-Ministro, não tem qualquer valor». Ao fazer notar que os administradores da Reicab contam com «o apoio do Instituto do Emprego e da Segurança Social» para o «serviço» que estão a fazer, a Concelhia pergunta «se é justo sectores da Administração Pública, que têm a função de zelar pelos direitos dos trabalhadores, serem postos ao serviço dos interesses da entidade patronal». A Concelhia da Guarda exige a reposição da legalidade.

No próximo *O Militante* a sair brevemente

Os acordos de Maastricht

CADERNO ESPECIAL

Alertando para a urgência do Alqueva

V Congresso sobre o Alentejo exige política de desenvolvimento

«O Alentejo, cerca de um terço do território nacional, tem recursos e potencialidades capazes de assegurar o seu desenvolvimento integrado, desde que racionalmente aproveitados no âmbito de uma política de crescimento e desenvolvimento regional, apoiada por fundos, projectos e meios nacionais e comunitários», afirmou-se no V Congresso (extraordinário) sobre o Alentejo realizado em Beja, a 13 de Junho de 1992.

Constatando que, «apesar da existência de recursos e potencialidades, de entre os quais a água sobressai como factor determinante», o Encontro evidenciou que esta vasta região de Portugal «continua a sofrer um acentuado processo de desertificação humana, animal e vegetal; a agricultura atravessa uma séria crise que a seca veio acentuar, e a indústria continua sem expressão — à excepção do complexo industrial de Sines, da zona mineira de concentrados piritosos de Aljustrel e Neves Corvo e da indústria dos mármore — e a actividade turística só tem alguma relevância no litoral alentejano, no triângulo Portalegre, Castelo de Vide, Marvão e no eixo de Elvas a Évora.

O V Congresso (extraordinário) sobre o Alentejo alerta para o facto de — a não serem estancadas e invertidas as tendências referidas — o Alentejo «estar a ser condenado à desertificação e à degradação ambiental, patrimonial e mesmo cultural», chamando a atenção da opinião pública portuguesa e dos países da CEE para esta grave situação «que tem responsáveis mas que urge inverter».

É imperioso o Alqueva

O V Congresso considera que a água constitui, na situação concreta do Alentejo, um factor decisivo de desenvolvimento. Assim, «a forma adequada e comprovadamente possível para o aproveitamento e correcta gestão dos recursos hídricos de toda a região, particularmente do rio Guadiana, passa pela construção do empreendimento de fins múltiplos de Alqueva que possibilitará a formação de uma albufeira com capacidade para armazenar mais de 4000 milhões de metros cúbicos de água, única forma de viabilizar o Plano de Rega do Alentejo e de garantir o abastecimento urbano-industrial». Tal significará também o aproveitamento de outros cursos de água tais como os do Tejo, Mira e Sado, «garantindo a recuperação e reconversão dos perímetros de rega já existentes, a construção das barragens dos subsistemas de Alqueva e ainda de outras barragens de média e pequena dimensão». A viabilidade do empreendimento de Alqueva «está apoiada em

promenorizado estudo efectuado por equipa multidisciplinar que desenvolveram a sua actividade» desde 1955 e por diversos outros estudos.

Nos estudos sobre impacto ambiental, feitos pela EDP e pelo Gabinete Coordenador do Alqueva, foi concluído que «naturalmente que uma albufeira de dimensão da de Alqueva terá impacto no ambiente circundante, só que esse impacto é normal e perfeitamente suportável pela sua valia e efeitos positivos».

O próprio Relatório Intercalar, de Abril de 1992, sobre o estudo de avaliação global, adjudicado pela Direcção Geral das Políticas Regionais da Comissão das Comunidades Europeias, sobre Alqueva, aponta no sentido de estudos anteriores

e refere que «sem a albufeira de Alqueva não é possível regar o Alentejo».

Entretanto, o Congresso assinalou que a Reforma da Política Agrícola Comum, «com os novos constrangimentos para a agricultura alentejana dela decorrentes, constitui uma razão acrescida, para a urgente concretização do empreendimento de Alqueva já que este, assegurando o indispensável aumento de produtividade da terra, permitirá uma diversificação cultural capaz de dar resposta às solicitações dos mercados, fixar as populações e será um instrumento essencial de coesão económica e social tanto nos planos internos como comunitário».

O V Congresso sobre o Alentejo constatou ainda «a existência de um grande consenso dos alentejanos, das principais forças políticas da região, das autarquias, dos sindicatos, das organizações empresariais, dos agentes culturais e desportivos, em torno da exigência da concretização de Alqueva e verifica a sua crescente vontade em lutarem por esse objecti-

vo hoje tornado central para o futuro da região», exigindo do Governo português «uma decisão favorável ao

empreendimento de fins múltiplos de Alqueva e o consequente envio da proposta a Bruxelas, sem o que a

Comunidade Económica Europeia não poderá, mesmo que o deseje, considerar o seu financiamento.»

Discutir o Algarve fazendo propostas

São reconhecidas as graves assimetrias de desenvolvimento das regiões. O Algarve não foge à regra.

A frase acima foi proferida pela Coordenadora Regional do Algarve da CDU quando apreciou, em recente encontro com a Imprensa onde esteve presente Carlos Luís Figueira, responsável da DORAL do PCP, e vários eleitos autárquicos da CDU, a situação que se vive na região.

Denunciando «a vocação centralizadora e autoritária do PSD que tem conduzido à implementação de um conjunto de medidas tendentes a diminuir a autonomia do Poder Local», a CDU apontou igualmente a oposição

dos governos do PSD à criação das regiões, numa prática política que limita a capacidade e autonomia das autarquias, «reduzindo o desenvolvimento regional à realização de algumas grandes obras de sua iniciativa».

No Algarve, o estrangulamento financeiro das autarquias e todo um conjunto de peias burocráticas entretanto criadas «tem impedido os municípios de cumprirem cabalmente os objectivos que se propunham na utilização dos fundos comunitários para a criação de infra-estruturas», considera a CDU, que alerta:

«A possibilidade real de os Programas Operacionais do Algarve virem a sofrer cortes terá consequências graves no desenvolvimento da região e levará ao abandono de projectos e obras indispensáveis ao Algarve». Entretanto o poder local e a população do Algarve suportam o custo de obras que servem de apoio a uma actividade económica tão importante como o turismo sem que desses investimentos retirem todas as vantagens comparativas.» E sublinha:

«O Algarve necessita que sejam reforçadas as verbas dos fundos comunitários e não podemos aceitar que o aumento de percentagem de participação nas obras em curso seja feito à custa do não financiamento de outras.

Quanto à «grave irresponsabilidade da política-espectáculo», a Coordenadora Regional do Algarve da CDU afirma que «é num quadro de profunda dependência das decisões comunitárias e de uma enorme incapacidade para promover um desenvolvimento equilibrado do País que tenha em conta os interesses das regiões, que assistimos a algumas encenações e afirmações que revelam a verdadeira face dos políticos que nos governam», nomeadamente o PSD afirmar que o atraso do Sul do País se deve «à má gestão das autarquias».

A CDU no Algarve

Nas autarquias do Algarve «a CDU tem desenvolvido

um trabalho sério no sentido da promoção de um desenvolvimento auto-sustentado».

«Assumimos uma atitude de efectiva solidariedade com a administração central na concretização de objectivos de carácter regional e nacional», afirma a CDU, que entretanto adverte: «Mas recusamos de forma muito clara a política de arranjos sem princípios. Contrariamente às posições de subserviência, que algumas autarquias do PS por vezes assumem, sempre que estejam em causa os interesses das populações que servimos, empenhamo-nos de forma clara na sua resolução, reivindicando aquilo a que temos direito».

E acrescenta a CDU:

«Constitui um objectivo da nossa acção utilizar os fundos comunitários na resolução de carências efectivas da população e recusamos fazer obras só porque poderão ter fundo comunitário. Consideramos que o desenvolvimento do Algarve que tenha em conta os interesses da região só será efectivo com a criação da região administrativa. O trabalho até agora realizado pelas autarquias af está a demonstrar que a descentralização, para além de ser importante e decisiva, é urgente».

Neste quadro, a Coordenadora Regional da CDU apresenta um conjunto de propostas, de que destacamos a urgente convocação da Assembleia Distrital (órgão que, inexplicavelmente, desde há muito que não reúne), tal como da Associação de Municípios do Algarve, maiores financiamentos para o Algarve no caso de se verificarem cortes nos orçamentos comunitários para obras da responsabilidade do Poder Local, e a participação efectiva das autarquias na elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional. A CDU manifesta igualmente preocupação pela não atribuição das bandeiras azuis às praias da região, tal como alerta para o facto de a Administração Regional de Saúde não estar a cumprir o Programa de Vigilância Sanitária das Praias do Algarve.



Trabalho autárquico discutido em Cascais

Teve lugar no passado dia 7 de Junho na Sociedade Musical União Paredense (SMUP), o Encontro CDU — Coligação Democrática Unitária — de Cascais com o objectivo de discutir o trabalho autárquico no concelho e considerar perspectivas face ao futuro.

Nesta iniciativa participaram, para além de eleitos na Câmara e nas Juntas de Freguesia, alguns independentes e militantes do PCP.

No decurso do Encontro foi produzida uma ampla reflexão sobre os problemas que mais afectam o Município e a acção consequente, séria e firme dos eleitos da CDU perante a política da maioria PSD, altamente gravosa para a população.

O Encontro concluiu que «a gestão do PSD na Câmara Municipal de Cascais é caracterizada pela ilegalidade, incompetência e compadrio», com os eleitos do PS «tentando assu-

miem-se como alternativa ao PSD enquanto são coniventes com a política deste nas questões fundamentais para o concelho, defendendo o quanto pior melhor».

A CDU, «dinâmica, honesta e competente, caracterizada por uma permanente ligação às populações, juntamente com outros democratas, interessados na prossecução de uma política desta natureza, apresenta-se como alternativa para a resolução dos problemas do concelho, no sentido do seu desenvolvimento», afirmou-se no Encontro.

Houve um documento-base posto à discussão durante os trabalhos, que sofreu várias propostas de emenda e no final foi aprovado por unanimidade e aclamação.

No final interveio José Casanova, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, que também assistiu aos trabalhos.

Seminário da CNA sobre a PAC Os efeitos em Portugal da reforma agrícola europeia

Portugal vai deixar de produzir no sector alimentar para quase só exportar produtos florestais

A Comunidade fez uma reforma agrícola ao gosto das multinacionais agro-alimentares

A Política Agrícola Comum (PAC) começa hoje a ser discutida num seminário organizado pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) que tenta responder a esta questão: afinal a tão falada reforma da PAC é «positiva ou negativa para a agricultura portuguesa?» Os debates começam às 21 horas na sala A3 do Forum Picoas, em Lisboa.

Para além do período de debate, o seminário inclui espaço para três comunicações: João Vieira, da Direcção da CNA, o engenheiro agrónomo Santos Varela (director de serviços da DEGMAIAA e assessor do ministro da Agricultura) e o professor doutor Fernando Oliveira Baptista (do Instituto Superior de Agronomia) farão as referidas comunicações.

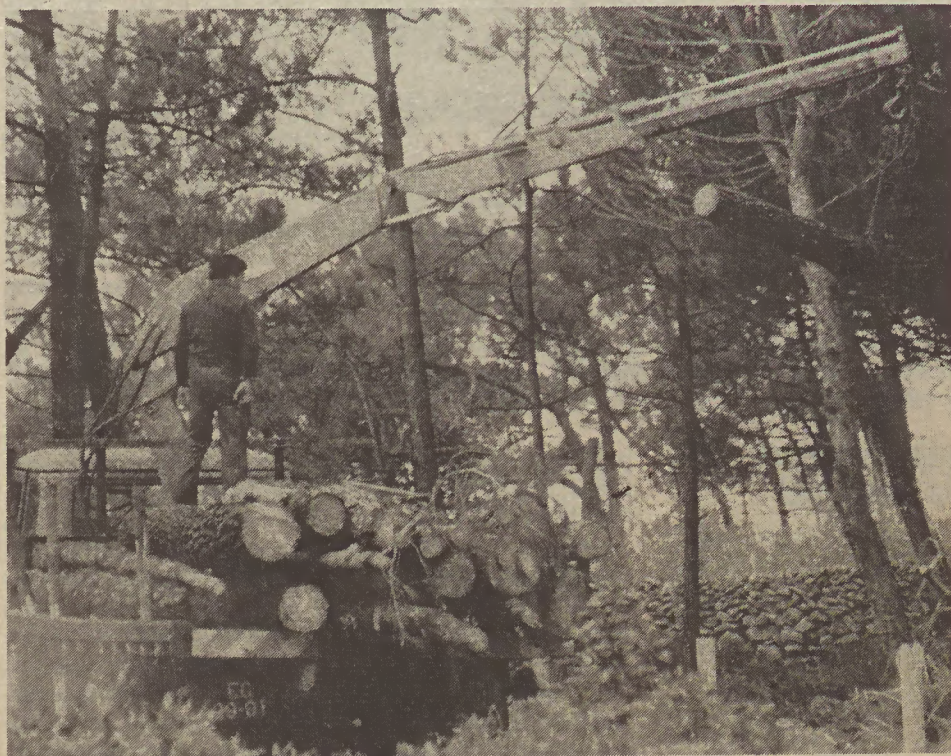
A Confederação Nacional da Agricultura afirma, a propósito deste seminário, que desde cedo chamou a atenção para a necessidade de um grande debate sobre este tema, «com o objectivo de se definir uma estratégia nacional que acautelasse os legítimos interesses da agricultura e dos agricultores portugueses», receando que os termos do acordo de reforma da PAC tenham sacrificado o interesse nacional. Na semana passada, João Vieira afirmou, quando falava numa conferência de imprensa realizada em Santarém por ocasião da Feira Nacional da Agricultura, que «a Comunidade Europeia esqueceu os interesses do sector primário e vendeu-se aos interesses das multinacionais agro-alimentares».

«Monstruosidades» como a concentração da produção agrícola em grandes empresas agro-alimentares «mais preocupadas com o lucro imediato do que com o bem-estar dos consumidores» e um agravamento da desertificação dos campos, são algumas das consequências desta reforma agrícola, denunciadas pela CNA.

«Em causa vai estar - acrescentou - o equilíbrio da natureza e do meio ambiente, sujeitos a fortes pressões das grandes empresas agro-alimentares com a exploração de culturas intensivas».

João Vieira citou o exemplo de uma multinacional do sector avícola que se propõe montar em França um aviário gigantesco, com capacidade de produção de seis milhões de ovos por dia, o que satisfaria um quarto das necessidades dos gauleses.

«Mas - interroga-se o dirigente da CNA - onde encontrar os 35 mil hectares de terreno para reciclar os dejectos desses milhões de aves?» A Europa perdeu,



nos últimos 20 anos, oito milhões de agricultores. Quanto a Portugal, num contexto europeu onde com esta reforma da PAC só os países do norte beneficiam, fica reduzido ao papel de fornecedor de matérias-primas florestais, ainda por cima sujeito a futura concorrência dos países do terceiro mundo.

Ajudas à seca ainda por pagar

A Comissão de Agricultores para a Seca afirma não aceitar «as medidas indicadas como ajuda à produção de cereais» divulgadas pelo Governo para obviar aos efeitos da seca, considerando essa medida totalmente

irrelevante face à dimensão da catástrofe. A Associação exige o pagamento imediato de 40 por cento das ajudas aos ovinos respeitantes a 1991, a antecipação das ajudas aos bovinos aleitantes e o adiantamento do dinheiro com vista a salvaguardar os efectivos pecuários na margem esquerda do Guadiana.

Mulheres comunistas e ambiente

Por iniciativa das Organizações Femininas Não Governamentais realizou-se há duas semanas na Rua Augusta uma iniciativa que assinalava a realização da Cimeira da Terra - Eco/92, na qual participou a Organização das Mulheres Comunistas que expôs um painel onde se lia que «Defender o ambiente é defender a vida que geramos, é lutar pela Paz».

Na altura as mulheres comunistas aproveitaram para distribuir aos transeuntes um documento intitulado «Participação das mulheres em igualdade - Uma condição.

Um desafio à sociedade», onde se afirma que o PCP considera o direito das mulheres à igualdade como uma parte integrante da democracia avançada que propõe no seu programa, defendendo o aproveitamento das capacidades produtivas e criativas das mulheres.

No pequeno documento localiza-se ainda o baixo nível de participação das mulheres na vida económica, social e política e realça-se a necessidade da luta do PCP e de todas as mulheres para que a sociedade reconheça, valorize e assegure um estatuto de igualdade e plena cidadania para as mulheres.



Associação de Sargentos a favor do veto presidencial

A Associação Nacional de Sargentos (ANS) recebeu com «enorme satisfação» o veto presidencial à proposta apresentada pelo Governo de reestruturação das Forças Armadas.

Para a ANS, neste processo de redimensionamento das Forças Armadas «a questão principal - a dignidade dos seus membros» está a ser transformada «em questões mezinhas e de importância lateral como são os incentivos de passagem voluntária à reforma».

A ANS está a comemorar o seu terceiro aniversário e em comunicado lembra a sua intervenção «para o enriquecimento e melhoria de legislação tão importante» como a Lei de Bases do Estatuto da Condição Militar, o Estatuto dos Militares das Forças Armadas, a batalha jurídica que mantém relativamente à inconstitucionalidade de artigos da LDNFA e do Regulamento de Disciplina Militar assim como contra as excessivas restrições impostas pela LDNFA e das «discrepâncias, anomalias e injustiças praticadas pelo novo sistema retributivo».

A Associação lembra que apesar de sempre ter pautado a sua actuação pelo respeito da Lei e na clareza dos princípios e acções, alguns

órgãos de soberania e chefias militares não o têm compreendido o que está na origem de várias punições a dirigentes associativos e, recentemente, ao destacamento compulsivo de dois membros da Direcção e ao levantamento de um processo-crime ao vogal da Direcção da ANS, Carlos Oliveira. Em relação ao processo de reestruturação das Forças Armadas, a ANS diz que é bom não esquecer que outros diplomas, não menos importantes, estão a ser aprovados» como é o caso do Regulamento de Disciplina Militar e do Código de Justiça Militar, e

que, na forma que actualmente têm, nada de novo trazem quanto a direitos dos militares. A ANS entregou a semana passada na Presidência da República, na Comissão Parlamentar de Defesa e na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias uma proposta de alteração ao artigo 31º da LDNFA.

ANS em organização europeia de militares

Entretanto a ANS assinou um protocolo com a Organi-

zação Europeia que integra as Associações Militares (EUROMIL) com o objectivo de obter o apoio necessário à obtenção das suas reivindicações, nomeadamente os direitos associativos dos militares e a participação na discussão das questões de interesse dos associados daquela organização de sargentos.

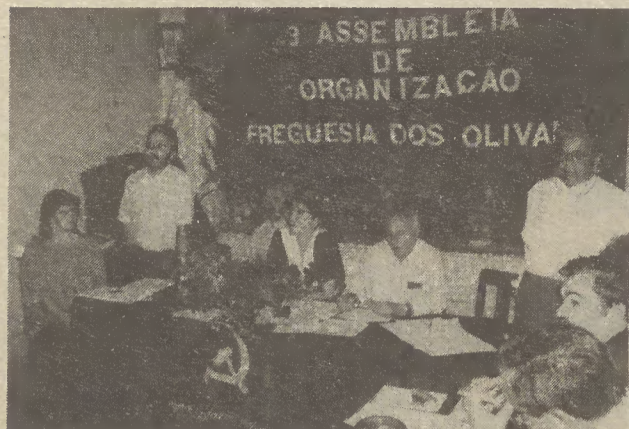
Este protocolo será o primeiro passo para a integração da ANS na EUROMIL, e ocorreu com a presença em Lisboa de um dos cinco executivos daquela instituição europeia, Bauke Snoep.

Ordem dos Médicos contra genéricos

A polémica em torno dos medicamentos «genéricos» foi de novo reacendida pelo catedrático de medicina, Serafim Guimarães, que em nome da Ordem dos Médicos participou a semana passada em Coimbra num Congresso de Farmacêuticos: «é extremamente difícil, ou praticamente im-

possível, que um medicamento, apesar de ter o mesmo princípio activo, consiga o mesmo efeito terapêutico», afirmou Serafim Guimarães que exemplificou com diversos exemplos estrangeiros para pôr em causa os efeitos terapêuticos de diversos medicamentos qualificados como genéricos.

Serafim Guimarães criticou a visão economicista que está subjacente à introdução destes medicamentos em Portugal, considerando «ser legítimo e desejável que os Estados queiram poupar dinheiro, mas sem lesar o fundamental que está em jogo: a saúde dos doentes».



3ª ASSEMBLEIA DE ORGANIZAÇÃO DOS OLIVAIS

Realizou-se no passado dia 7, na sede do Braço de Prata FC, a 3ª Assembleia de Organização dos Olivais, que contou com a participação de 62 delegados que debateram aspectos ligados ao reforço da organização e intervenção do Partido. Os presentes analisaram e aprovaram por unanimidade o projecto de resolução política e a nova comissão de freguesia, constituída por 17 camaradas. Na sessão esteve presente Carlos Grilo, membro do Comité Central do PCP.

BICHAS COMEÇAM ÀS 5 DA MANHÃ

Logo a partir das cinco da manhã, dezenas de pessoas começam a formar filas de espera às portas do centro de saúde de Grândola, refere num comunicado a Comissão Concelhia de Grândola do PCP, que condena o «escândalo» da população ser obrigada a «mendi-gar uma consulta». Para além disto, a degradação dos serviços de saúde no concelho colocou «centenas de pessoas sem médico de família», levou ao «encerramento do posto de saúde Canal Caveira, até Setembro», e à «diminuição progressiva da assistência médica no Carvalhal».

Sem, contudo, desresponsabilizar completamente as estruturas locais e regionais da saúde, como executoras da política do Governo PSD, a Comissão Concelhia acusa este último de ser «o principal responsável pela situação» e exige a «abolição das taxas moderadoras», bem como a abertura de concursos para preenchimento das vagas existentes no centro de saúde de Grândola, para todas as categorias de pessoal.

INQUÉRITO NO MARANHÃO

O Executivo da DORPOR lamenta a morosidade do início dos trabalhos da comissão parlamentar de inquérito, constituída para apurar as responsabilidades pelo esvaziamento da Barragem do Maranhão.

A DORPOR espera que o inquérito ajude a esclarecer um conjunto de questões que passa pela razão «por que as Direcções Gerais de Hidráulica e Engenharia Agrícola e dos Recursos Naturais autorizaram as obras em casua sem considerarem outras alternativas; por que é que não foi cumprida a lei e a directiva comunitária que obrigava à realização de um estudo ambiental; por que razão foi recusada a informação necessária à elaboração de um estudo integrado das condições de reparação e manutenção da barragem, à empresa Coba - Consultores

para Obras, Barragens e Planeamento SA; por que não foram tomadas medidas e mobilizados meios que impedissem a mortandade de centenas de toneladas de peixe e o inquinamento das águas».

O PCP pretende ainda conhecer as «medidas que o Governo pensa adoptar para reparar os danos causados, designadamente quanto ao repovoamento das espécies piscícolas e quanto aos prejuízos sofridos pelos pescadores profissionais e pelas actividades económicas da região».

POSITIVO MAS INSUFICIENTE

A DORPOR, numa nota à imprensa, «considera positivo, mas insuficiente», a elaboração do plano de diagnóstico sobre o desenvolvimento regional, pelos municípios de Portalegre. Na opinião desta organização regional, existe «a necessidade de num curto espaço de tempo promover e dinamizar acções que visem definir um plano integrado de desenvolvimento, como instrumento estratégico em negociações com a Comissão de Coordenação da Região do Alentejo», apelando nesse sentido à Associação dos Municípios de Portalegre. Para tal é «urgente efectuar a auscultação de todos os agentes económicos, sociais e culturais».

Reconhecendo a regionalização como «um imperativo e garante da transparência, da democraticidade e realização pela na aplicação justa e adequada dos fundos comunitários, os comunistas de Portalegre sublinham que o atraso daquela «não deve impedir que os eleitos locais representem legitimamente os interesses das populações no Comité das Regiões, em vez dos representantes das CCR».

O PCP afirma que «é importante e urgente reforçar a dotação das autarquias para que estas protagonizem o desenvolvimento pretendido e também para que às novas competências nas áreas da habitação e da saúde correspondam transferências de verbas correspondentes».

Quadros comunistas debatem crise na Marinha Grande

Inserida na preparação do XIV Congresso do PCP, realizou-se uma reunião distrital de quadros na Marinha Grande, no passado dia 6, com a presença de Domingos Abrantes, do Secretariado da Comissão Política do Comité Central, para debater a situação económica e social do distrito, formas de intervenção e luta, os problemas e perspectivas dos trabalhadores, a defesa dos seus direitos face a reestruturação das empresas e dos sectores, o papel e a posição do PCP.

Na reunião registaram-se 18 intervenções ficando bem patente a crise sem precedentes que se perspectiva a curto prazo no distrito de Leiria e particularmente no concelho da Marinha Grande, que atinge já centenas de empresas, como são exemplo a FEIS e centenas de trabalhadores, através do encerramento Barosa e Barroca, pequenas empresa de mol-de, a Valverde que está a balões de oxigénio, a Aprilima cujo encerramento se anuncia, os despedimentos colectivos em curso ou anunciados: Crisal, 12 trabalhadores, Manuel Pereira Rol-dão, 43 trabalhadores, Cive, 80 trabalhadores e também na Tomé Feteira. Igualmente se constatou a crescente precarização do trabalho no distrito, a retirada de direitos contratuais, empresas metalúrgicas no Norte do distrito cujos salários não ultrapassam o salário mínimo nacional, repressão e discriminação a dirigentes e activistas sindicais, aluguer de mão-de-obra, trabalho à hora, a recibo verde, etc. Em suma,

cresce escandalosamente a desregulamentação do trabalho com o patronato e o Governo do PSD de mãos dadas no assalto aos mais elementares direitos de quem trabalha.

A reunião de quadros debateu o papel dos trabalhadores, no quadro da reestruturação ou encerramento de empresas e do ataque ao sector produtivo. A ofensiva é em todas as linhas integrando-se na própria natureza do capitalismo que em situações de crise investe ainda mais no desemprego e retrocesso, em vez de investir no desenvolvimento económico e modernização dos sectores e empresas.

A situação da FEIS e o completo abandono do processo de reestruturação da cristalaria atesta bem a ruínosa política económica cavaquista, face ao tão apregoadado slogan de alcançar o pelotão da frente da CEE, quando o que se verifica é um cada vez maior atraso em

relação à Comunidade Europeia.

O Pacote Laboral mereceu ampla discussão, tendo-se concluído que muitos dos que duvidaram das denúncias feitas pelo PCP estão agora a sentir na pele os efeitos da legislação laboral aprovada pelo Governo apenas no intuito de servir o grande patronato, transformando em simples retórica, o direito constitucional ao trabalho e à segurança no emprego.

Quanto às rescisões dos postos de trabalho, o Encontro concluiu que os efeitos nefastos desta falsa solução tão vulgarizada pelo Governo/patronato, são mais sentidas pelos trabalhadores, passados alguns meses, quando verificam que o dinheiro recebido não dura sempre e que ao fim e ao cabo mais não fizeram do que trocar o certo pelo duvidoso. A verdade é que existem hoje no país mais de 2 milhões de trabalhadores independentes

(contapropria) o que levanta problemas de toda a ordem designadamente de Segurança Social, sendo mais uma forma de precarização e de total desregulamentação do trabalho por conta de outrem.

Quanto à Lei da Greve, ficou claro que o CDS ao apresentar o seu projecto, funcionou como lebre ao PSD cujo projecto de Lei da Greve é ainda pior. Trata-se de um importantíssimo direito dos trabalhadores consagrado na Constituição de Abril, que patronato e Governo têm na mira.

Finalmente a situação da FEIS, pôs à prova que o Governo mentiu com todo o calculismo ao afirmar reiteradamente a disposição de viabilizar a empresa. Os comunistas não regatearão esforços pela reabertura da FEIS bem como pela reestruturação do sector da cristalaria, seguros de que tal é possível e necessário sem recorrer a despedimentos.

Democracia política e legislação eleitoral

Sob o lema «Democracia política e a legislação eleitoral», realiza-se no próximo dia 28 de Junho, no hotel Penta, em Lisboa, a partir das 11 horas, um colóquio promovido pela Comissão Coordenadora da Coligação Democrática Unitária. É

objectivo da iniciativa «proceder à caracterização das posições de outras forças políticas sobre a questão da revisão da legislação eleitoral e aprofundar a sua própria preparação para os debates que a propósito se irão efectuar na AR e junto da opinião pública».

Os trabalhos decorrerão em dois painéis, um sobre a Lei Eleitoral para a Assembleia da República, que terá como temas o controlo do poder e a democraticidade das eleições, em que intervirá Raul de Castro; a aproximação de eleitos e eleitores e a reforma democrática do Parlamento, com Carlos Brito; a governabilidade e a represen-

tatividade, com João Amaral; e a delimitação arbitrária e a engenharia eleitoral para a perpetuação da maioria, com Luís Sá.

O segundo painel dedicado ao voto dos emigrantes nas presidenciais e as alterações à Lei Eleitoral para as autarquias, conta com intervenções sobre o voto dos emigrantes nas presidenciais, com Luís Catarino; as listas dos cidadãos independentes para os órgãos municipais, com Odete Santos; a formação dos executivos municipais e a limitação de mandatos de presidentes e de vereadores, com Jorge Cordeiro; e o voto de estrangeiros nas autarquias, com Demétrio Alves.

Incêndio destrói igreja em Viseu

A DORV do PCP manifestou recentemente o seu pesar pelos prejuízos provocados pelo incêndio, ocorrido em 9 de Junho, que destruiu a ala direita da Igreja da Misericórdia de Viseu, afectando irremediavelmente o órgão datado do século XVIII. Refira-se que no local funcionava o Pólo de Viseu da faculdade de Arquitectura do Porto, o que na opinião dos comunistas poderá ter contribuído para as causas do acidente.

O PCP relembra que, no momento da aprovação do Orçamento de Estado para 1991, o grupo parlamentar do PCP propôs a inclusão no PIDDAC da verba de 30 mil contos para a criação de instalações para o Pólo de Viseu da Faculdade de Arquitectura do Porto, a qual foi inviabilizada pelos votos contra do PSD, do CDS e do PRD e pela abstenção do PS. Agora, salienta aquela direcção regional, «registam-se mais de 100 mil contos de prejuízos, para além das perdas do património sempre de valor incalculável. Quem não previne sofre as consequências».

A DORV, na sua reunião, fez também um balanço positivo do trabalho preparatório do Encontro Distrital de Quadros, marcado para o próximo domingo em Viseu, que contará com a participação de Carlos Carvalhal. Foram realizadas numerosas reuniões nos concelhos de Viseu, Lamego, Tondela, S. Pedro do Sul e Castro Daire, que chamaram muitos militantes ao debate das próximas tarefas do Partido, nomeadamente o prosseguimento da luta social e política, a preparação do 14º Congresso do PCP e das eleições autárquicas.

Esta direcção regional registou ainda o bom andamento da venda de EPs para a Festa do «Avante!» e aprovou as propostas apresentadas pela Comissão Distrital da Festa «para que de novo o distrito tenha uma participação digna e de valor».

PCP saúda atletas

O Grupo de Estudos do PCP para a Política Desportiva enviou um telegrama à direcção técnica da Federação Portuguesa de Atletismo e ao professor Fernando Mota, em que saúda a vitória da equipa feminina no Meeting Internacional de Westathletic, realizado no passado fim-de-semana, em Bruxelas, bem como o honroso quarto lugar, obtido pela equipa masculina, expressando à direcção técnica da FPA, aos dirigentes e especialmente aos atletas cordiais saudações desportivas.

CAMARADAS FALECIDOS

FERNANDO DA ROCHA

Faleceu no passado dia 10, vítima de crise cardíaca, Fernando Guilherme Rezende da Rocha, que contava 79 anos. Economista e reformado dos quadros da ex-CUF, Fernando da Rocha foi resistente antifascista desde os seus tempos de estudante e militava actualmente na célula dos economistas da DORL do PCP.

Aos familiares e amigos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Política errada leva à desertificação da Guarda

No passado sábado, Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP, deslocou-se ao distrito da Guarda para participar num conjunto de iniciativas promovidas pela DORG.

Na cidade de Gouveia, Carvalhas esteve num almoço convívio, realizado no Salão das Piscinas Municipais, em que participaram cerca de uma centena de pessoas. Na ocasião, interveio Luís Nogueira, membro da Comissão Concelhia local, que aludiu à difícil luta que o Partido trava e às condições de exploração de que os trabalhadores da região são vítimas. Carlos Carvalhas, num breve improviso, salientou a indispensabilidade do Partido na luta do povo português e manifestou confiança no futuro: «atravessamos uma fase difícil na nossa luta, mas é nestas alturas que se põem à prova os homens e as mulheres».

Após o almoço, teve lugar, no Auditório Municipal da Guarda, um encontro-debate subordinado ao tema «Distrito da Guarda, que futuro?», cujo objectivo era abordar as potencialidades e os entraves que se colocam ao desenvolvimento regional, bem como o papel dos comunistas na luta pelo progresso político, económico, social e cultural.

A iniciativa contou com mais de uma cen-

tena de camaradas, que produziram cerca duas dezenas de intervenções sobre os problemas do desenvolvimento, não poupando críticas à política económica e social do Governo «responsável pela desertificação do distrito».

Entre os vários aspectos abordados, destacam-se os problemas agrícolas prementes, a perspectiva de encerramento da estação dos correios de Gonçalo, a situação da indústria hoteleira e do turismo, a quebra de 600 para 400 alunos e de 2 mil para 900, nas escolas de Gouveia, as condições precárias em que vivem os jovens universitários na Guarda, obrigados a pagar quartos a um preço exorbitante. Também referidas foram as lutas laborais nas empresas do sector têxtil e a reestruturação da EDP, vista como o seu «efectivo desmembramento». Os participantes contestaram as afirmações de militantes do PSD de que a pobreza no distrito é apenas um problema cultural e compararam o «banco contra a fome» com a «sopa do Sidónio» do princípio do século. No Encontro, que encerrou com a intervenção de Carlos Carvalhas, cujos extractos publicamos, foi ainda aprovado um documento que contém as linhas de acção para a luta pelo desenvolvimento económico e social do distrito da Guarda.



Carvalhas na Guarda Maastricht sem Delors II é incompreensível

(...) O crescimento económico não integrado, desequilibrado que não potencia e subestima os recursos das diversas regiões, não pode deixar de ter tradução na preocupante desertificação e envelhecimento da generalidade do interior do país e no

agravamento das assimetrias regionais. O distrito da Guarda não foge à regra.

A asfixia do Poder Local, o comando burocrático e centralizador do Terreiro do Paço e das chamadas Comissões Coordenadoras Regionais (CCRs) têm repercussões extremamente negativas na resolução dos problemas mais prementes das populações e no desenvolvimento das regiões.

A participação dos trabalhadores e das populações é fundamental em qualquer processo de desenvolvimento.

Entendemos, por isso, fundamental que a elaboração do próximo Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) conte com a participação efectiva dos sindicatos, dos agentes económicos e do Poder Local.

Nos últimos anos, Portugal beneficiou de uma conjuntura externa globalmente favorável e contou com apreciáveis recursos financeiros através dos Fundos Estruturais.

Mas estas oportunidades não foram aproveitadas para modernizar o aparelho produtivo e para valorizar a nossa especialização produtiva.

Esta situação é preocupante, pois em relação à integração europeia, os nossos períodos de transição e derrogações estão a terminar, e o embate do Mercado Único, com todas as suas consequências, vai começar a sentir-se de forma crescente a partir do próximo ano.

É por isso incompreensível que o Governo português, agora também acompanhado pelo PS, dê início ao processo de ratificação do Tratado de Maastricht, que inclusive está comprometido pelo referendo da Dinamarca, sem sequer ter qualquer garantia acerca da aprovação do Pacote Delors II, em data útil e com recursos suficientes.

As experiências históricas mostram que as Uniões Económicas e Monetárias, entre regiões com níveis diferentes de desenvolvimento tendem a agravar o fosso que as separa. Daí a importância da duplicação dos Fundos Estruturais.

Acresce que as exigências do Tratado de Maastricht levam a sacrificar o crescimento económico e a criação de emprego, a uma política monetarista e neo-liberal que é naturalmente do agrado das grandes transnacionais, mas não é seguramente do interesse de Portugal. Por isso é lamentável que o PS faça agora coro com o PSD, considerando positiva a aprovação de um documento político sobre o Pacote Delors II na cimeira de Lisboa!

A aprovação de um documento político serve unicamente para salvar Cavaco Silva, face à recusa dos grandes países, em levarem à prática o princípio da Coesão Económica e Social, isto é, em cumprirmos com a duplicação dos Fundos.

Mais uma vez assistimos à lei do mais forte e sob os seus auspícios não é difícil constatar que nem todos os povos e regiões serão convidados a sentarem-se à «mesa europeia». Os pequenos e médios agricultores que o digam, face à reforma da PAC.

Uma construção europeia assente na submissão dos pequenos países, dos parlamentos nacionais e dos cidadãos às decisões de um super-Estado burocrático, cujos dirigentes só terão contas a dar às transnacionais, não deixará de alimentar as explosões, os nacionalismos e chauvinismos.

Os promotores do Tratado de Maastricht querem ignorar as realidades históricas, sociais, culturais e económicas sobre as quais as nações foram construídas ao longo de gerações.

A defesa dos interesses nacionais, dos interesses do povo português, exige a garantia dos meios de intervenção dos órgãos de soberania a todos os níveis.

Ora o Tratado de Maastricht, no plano económico, avança claramente para um federalismo monetário.

Por exemplo, o poderoso Banco Central Europeu af desenhado - órgão não eleito - é um verdadeiro governo económico e financeiro da Comunidade que decidirá à porta fechada, fora do controlo dos governos e dos parlamentos nacionais (...)

JCP recusa venda de soberania

O Executivo da DN da JCP, recentemente reunido, manifestou-se contra a adesão de Portugal ao tratado de Maastricht, por considerar que «tal significaria uma perda de soberania para o nosso país, transferindo-a, na prática, para os mais poderosos países da Europa».

No texto divulgado refere-se que «a postura de merceneiro do PS e do PSD que argumentam que a adesão a Maastricht trará mais fundos nos próximos anos, só faz lembrar quem conseguiu um grande trespasses da sua loja. Da mesma forma que recusamos a venda da soberania, recusamos que se hipoteque o

nosso futuro a médio prazo pelas patacas que advenham a curto prazo».

Os jovens comunistas criticam «que o Governo português, que jurou cumprir e fazer cumprir a Constituição, negocie a adesão do nosso país a um tratado que sabe e reconhece ser inconstitucional e que queira fazer agora a nossa Constituição andar a reboque do que negocia». A organização reclama um «correcto esclarecimento do que é o tratado e das suas consequências para Portugal», bem como uma alargada discussão, recusando que «tal questão seja tratada à mar-

gem da juventude e do povo português».

O Executivo da DN analisou também o encontro dos principais líderes mundiais no ECO'92, considerando que «transparece mais a preocupação de dar espectáculo para tentar melhorar a sua imagem». A JCP recorda que o «perigo na Terra coloca-se já de forma dramática para centenas de milhões de pessoas que vivem e morrem nos países do 3.º Mundo» que são contribuintes financeiros dos países ricos, pagando «mais de serviço da dívida do que o que recebem de novos créditos».

Relativamente à situação em Portugal, a JCP sublinha que «não estão a ser tomadas as medidas necessárias para a salvaguarda do património ambiental», citando Estarreja, «o concelho mais poluído do mundo, segundo o Greenpeace, cujos habitantes vivem num inferno».

A JCP manifesta, por outro lado, a sua «preocupação e repúdio da crescente instrumentalização do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Hoje, as preocupações humanitárias e de defesa da paz são apenas argumentos para esconder a verdadeira razão que define a tomada das suas posições serem ou não consentâneas com os interesses económicos dos EUA e de outros países capitalistas desenvolvidos».

O bloqueio contra a Lfbia é referido como exemplo, salientando a JCP que, «hoje, desenha-se uma teia de ligações ainda não esclarecidas



que apontam para vários países e várias pessoas como culpados do ataque ao Lockerbie. Cada nova prova que vem a público aponta em vários sentidos, incluindo a ligação da CIA a vários suspeitos, mas é a Lfbia que está sob sanções», as quais, reclama, devem ser levantadas.

Por último, o Executivo da DN analisou a proposta de subsídio de arrendamento para jovens, alertando que se trata de uma medida que «pode conduzir ao imediato aumento do valor das rendas», para além de não resolver o problema habitacional dos jovens. Os jovens comunistas lamentam que o Governo, «ao invés de dar respostas reais, se limite a medidas que deixando os problemas intactos, dão a imagem de que se está a atacá-los».

A organização reivindica uma política de habitação para os jovens que reveja o sistema de crédito juvenil bonificado para aquisição de casa própria, conceda vantagens às cooperativas de habitação, nomeadamente, a baixa dos custos do crédito, conjugada com uma política de solos e de construção, e combata firmemente a especulação imobiliária.

PCP requer ratificação

Na sequência da significativa contestação que a reestruturação da SEC provocou nos meios culturais portugueses, o Grupo Parlamentar do PCP requereu, na passada semana, a ratificação dos diplomas que se referem às alterações produzidas nas áreas do livro e leitura, dos arquivos, do património e da acção cultural.

Segundo indica uma nota do sector de artes e letras da ORL, «as primeiras nomeações para a nova estrutura confirmaram, como o PCP tinha denunciado, que estas alterações vieram alargar o poder «laranja» na estrutura do aparelho do Estado para áreas. Enquanto a filosofia das extinções e criação de estruturas residuais foi a de concentrar decisões na mão do secretário de Estado da Cultura, diminuir a capacidade de intervenção, cientificamente fundamentada, de organismos que foram criados pelo trabalho dedicado de técnicos, que neles acumularam know-how e experiência, reduzir drasticamente os apoios a centenas de organismos culturais em todo o país e entregar a interesses privados áreas importantes da cultura».

Visita de estudo à Polónia, Bulgária, Hungria e Checoslováquia

De 1 a 9 de Junho, o camarada Carlos Aboim Inglês, membro do CC, da Comissão Central de Controlo e Quadros e da Secção Internacional, realizou uma visita de estudo à Polónia, Bulgária, Hungria e Checoslováquia.

Na Polónia, teve entrevistas com T. Iwinski, do Presídido do Conselho Supremo da Social Democracia da República da Polónia, responsável das Relações Internacionais e deputado, com o prof. Jerzy Wirth, também membro do Presídido do C.S. da SDRP e deputado, com M. Zenkiewicz, deputado independente da Aliança Democrática de Esquerda (em que se integra o SDRP), com W. Martyniukiem, vice-presidente da Central Sindical OPZZ e deputado, com L. Nikolski, do Comité Executivo da SDRP, e com S. Cwik, vice-director do jornal «Tribuna».

Na Bulgária, teve entrevistas com Zhan Videnov, presidente do Conselho Supremo do Partido Socialista Búlgaro, com Nora Ananieva, do Bureau Executivo do CS do PSB e presidente da União Social Democrata Parlamentar (grupo parlamentar em que se integra o PSB), com K. Premianov, do B. Executivo e vice-presidente da USDP, com D. Konakchiev, do B. Executivo, com G. Parvanov, do B. Executivo, com V. Topencharov, do B. Executivo, com L. Kraikov, responsável adjunto do Departamento de Organização e Política do C. Supremo, com Clara Marinova, responsável do Centro de Imprensa do

PSB e deputada, com Y. Baev, director do Museu Nacional «Jorge Dimitrov», e com A. Dimitrov, responsável do Departamento de Administração Geral do PSB.

Na Hungria, teve entrevistas com Gyula Thurmer, presidente do Partido Operário Socialista Húngaro, com o prof. Adam Wirth, presidente

do Conselho Consultivo junto do CC do POSH, e com M. Toth, responsável do Serviço de Imprensa do POSH.

Na Checoslováquia, teve entrevistas com Miroslav Grebenieck, vice-presidente do Partido Comunista da Boémia e Morávia e deputado federal, e com P. Hermonoch, conselheiro do presi-

dente do PCBM para as questões internacionais.

As visitas e todas as entrevistas além de possibilitarem uma ampla informação actualizada sobre diversos aspectos da situação desses países e posições dos respectivos partidos, decorreram num ambiente de amizade e camaradagem, contribuindo para

desenvolver as relações entre o PCP e a SDRP, o PSB, o POSH e o PCBM. O camarada Aboim Inglês expressou os sentimentos de solidariedade dos comunistas portugueses para com a luta dos militantes desses partidos, pelos interesses dos trabalhadores e dos povos dos respectivos países, contra as medidas antidemocráticas, discri-

minatórias e revanchistas das forças de direita e a perseguição de que são alvo os comunistas e outros democratas, progressistas e homens de esquerda, a intolerável situação económica e social em que estão a ser colocados os trabalhadores e as massas populares pela política de restauração capitalista e a ingerência imperialista.

Amnistia Internacional denuncia Pretória

As torturas e assassinios «sistemáticos» cometidos pela polícia e exército põem em risco o processo de reforma política na África do Sul, a menos que o governo tome

medidas para salvaguarda dos direitos humanos.

A afirmação está contida num relatório de 100 páginas divulgado pela Amnistia

Internacional (AI).

O documento responsabiliza as forças de segurança por uma onda de violência que afirma já ter causado mais de sete mil mortes em cidades

negras desde Janeiro de 1990.

O relatório, intitulado «África do Sul -- Estado de medo», cita o Congresso Nacional Africano (ANC) e organizações aliadas como alvos da violência do partido Inkatha da Liberdade (IFP), sob convívio ou «orquestração» da polícia e exército sul-africanos.

O governo não conseguiu agir contra uma pequena minoria violadora dos direitos humanos «no seio da polícia e do exército» e continua «a torturar e a assassinar de modo sistemático» nas cidades negras, acusa o documento.

A organização de direitos humanos averiguou cinco massacres perpetrados pelo Inkatha desde 1990, com implicação da polícia.

«As reformas dos passados dois anos trouxeram amplas mudanças à África do Sul

mas, no que respeita às forças de segurança, é o costume», afirma o relatório. «E isso significa, com demasiada frequência, tomar parte em assassinios políticos ou observar enquanto outros massacram opositores políticos».

«O governo sul-africano foi, na melhor das hipóteses, grosseiramente negligente», prossegue a AI após sustentar que, apesar das promessas de Pretória em afastar a polícia dos jogos políticos, esta mantém uma guerra contra o ANC e organizações aliadas.

«Praticamente todas as violações dos direitos humanos aconteceram desde que Nelson Mandela foi libertado», considera a AI, antes de garantir que os assassinios políticos e outras violações «não são coisa do passado, como o governo reclama», nem foram travados pelo processo de reformas.



Economia e lutas

LUCROS

Os bancos norte-americanos realizaram um lucro recorde no primeiro trimestre de 1992, aumentando 36 por cento relativamente ao mesmo período do ano anterior, anunciou o serviço federal de protecção aos depósitos bancários.

Esta evolução, que se reflectiu nos resultados positivos para 93 por cento dos bancos contra 89 por cento no primeiro trimestre de 1991, deveu-se a forte baixa das taxas de juro.

Os 11 806 bancos comerciais dos EUA obtiveram lucros de 7,6 mil milhões de dólares durante os três primeiros meses deste ano, ultrapassando o recorde trimestral de 7,3 mil milhões de dólares estabelecido no primeiro trimestre de 1989.

Por seu lado, os estabelecimentos de poupança apresentaram lucros pela primeira vez em três anos.

DESEMPREGO

Na Austrália, a taxa de desemprego aumentou em Maio para 10,6 por cento, contra 10,4 por cento em Abril, com uma diminuição de 9400 postos de trabalho nesse mês, anunciou o departamento de estatísticas.

O governo prevê que a taxa de desemprego na Austrália possa ir até aos 10,75 por cento nesta fase recessiva.

Na Hungria a taxa de desemprego elevou-se para 9,6 por cento em Maio, com um total de 530 000 pessoas sem trabalho, segundo um porta-voz do Ministério húngaro do Trabalho.

No distrito onde se localiza a indústria pesada húngara, no nordeste da Hungria, regista-se a mais elevada taxa de desemprego daquele país, que atinge 16,3 por cento.

INVESTIMENTO

O investimento estrangeiro directo, nos Estados Unidos teve uma quebra de 66 por cento em 1991, face ao ano precedente, ao situar-se em 22,6 mil milhões de dólares, revelou o Departamento do Comércio.

O Japão continua a ser o primeiro investidor estrangeiro nos Estados Unidos com 5,07 mil milhões de dólares, contra 19,93 mil milhões em 1990.

A quebra global dos investimentos estrangeiros em comparação com o nível verificado em 1990 (65,93 mil milhões de dólares) é atribuída à recessão económica que se traduziu por um grande afrouxar do ritmo de compras de empresas, segundo o Departamento do Comércio.

Trata-se do mais baixo valor do investimento estrangeiro nos Estados Unidos desde 1984 e a terceira baixa anual consecutiva.

CONTROLO

Os empregados de Ross Perot (nos EUA) assinam contratos que permitem à entidade empregadora investigar-lhes as respectivas vidas privadas, que os proibem de aceitar empregos na concorrência e lhes ensinam como vestir no emprego.

Um formulário de 1980 da empresa informática de Perot, a Electronic Data Systems, refere que a companhia se reserva o direito a investigar o «carácter, reputação, características pessoais e estilo de vida» dos funcionários.

O documento sublinha que os candidatos aos quadros da empresa têm de assinar o formulário como condição de admissão.

Ross Perot, que prepara o lançamento de uma campanha independente para disputar a presidência dos Estados Unidos, não respondeu às perguntas que lhe foram dirigidas por escrito acerca das condições de admissão na Electronic Data Systems.

PAC

A Reforma da Política Agrícola Comum (PAC) levou os agricultores franceses a manifestarem-se, um pouco por todo o país.

O presidente do principal sindicato dos

agricultores (FNSEA), Raymond Lacombe, declarou-se resolvido a fazer tudo «para que a política dos preços e dos mercados se mantenha apoiada, essencialmente no âmbito da futura política agrícola comunitária», embora reconheça que o sindicalismo «não pode mudar as orientações da PAC e decidir a política comunitária».

Os dirigentes rurais querem o retorno ao antigo sistema, bem como a alta dos preços agrícolas para assegurar a rentabilidade das explorações.

GREVES

Advogados, médicos e farmacêuticos gregos fizeram greve para protestar contra um projecto de lei de reforma fiscal, cujo debate se iniciou no Parlamento.

Cerca de 13 000 advogados atenienses estão em greve desde 20 de Maio, em protesto contra o texto que prevê nomeadamente um controlo apertado dos rendimentos das profissões liberais.

Entretanto, os 8000 farmacêuticos da Grécia fecharam as portas durante quatro horas, e os 8000 médicos privados de Atenas e Pireu fizeram uma greve de 48 horas, para protestar contra o projecto de lei que ameaça, dizem, os seus direitos adquiridos.

INTERNACIONAL

Israel

A estratégia da tensão

Já depois da reabertura parcial da faixa de Gaza — cortada do resto do mundo durante duas semanas, como represália a ataques a civis israelitas — centenas de trabalhadores palestinos manifestaram-se contra as limitações à sua entrada em Israel, onde diariamente se deslocavam para trabalhar.

As autoridades israelitas agravaram mais ainda a situação das populações palestinas, impondo regras muito severas à deslocação dos palestinos residentes na faixa de Gaza, que deverão estar munidos de um novo salvo-conduto vermelho, entregue apenas aos palestinos casados, com mais de 28 anos, trabalhan-

do em empresas com mais de 10 trabalhadores e sem registo nas forças de segurança. O que na prática significa lançar na miséria largos sectores da população.

As medidas agora tomadas afectam aliás a própria economia israelita, o que levou dezenas de empresários israelitas a manifestarem-se na faixa de Gaza com vista à obtenção de autorizações de trabalho para os seus empregados palestinos.

Esta estratégia de tensão — que passa pelo criar de condições de vida insustentáveis para as populações palestinas — foi recentemente denunciada num relatório do centro de

informação israelita para os direitos do homem sobre as operações levadas a cabo pelas unidades especiais israelitas encarregadas de perseguir os palestinos procurados pela polícia. Segundo o relatório, estas unidades repressivas actuam «numa atmosfera que justifica os tiros a matar», o que explica que o número de pessoas mortas tenha aumentado sensivelmente desde o início do ano.

«Em numerosos casos — refere o relatório — não é feita nenhuma tentativa séria para fazer parar a pessoa que se vai matar, ou para utilizar meios menos radicais». E acrescenta-se: «A mensagem que os soldados receberam é que, mesmo

que matar as pessoas procuradas não seja um fim em si, também não é uma falta. Esta mensagem é imoral e ilegal».

Também no plano externo esta estratégia de tensão tem vindo a ser utilizada. A artilharia israelita prossegue com os bombardeamentos no sul do Líbano, atingindo aldeias como as de Jabal Safi, Ain Buswar, Lueze, na região de Tuffah, junto da zona de segurança, concretamente território ocupado por Israel no sul do Líbano em 1985. Paralelamente a aviação israelita tem vindo a repetir voos de reconhecimento e a simular ataques contra regiões de Sidon e acampamentos de refugiados nessa zona.

Dirigente palestino assassinado

A Liga Árabe acusou Israel de ser responsável pelo assassinio, em Paris, do dirigente da OLP Atef Beseisso e apelou «à comunidade internacional a tomar as medidas necessárias para pôr fim ao terrorismo israelita».

«Israel prossegue uma política de violência e de repressão contra os palestinos e nos territórios ocupados, que vai até à eliminação física, de que é exemplo o cobarde assassinio de Atef Beseisso», afirma a Liga em comunicado divulgado no Cairo.

A Liga considera que «esta campanha de violência, que surge a duas semanas das eleições legislativas israelitas, vem entrar o processo de paz e estabilidade no Médio Oriente». Estas só poderão ser restabelecidas «por uma reconciliação

histórica (entre árabes e israelitas) e o reconhecimento dos direitos nacionais do povo palestino», sublinha-se no comunicado.

A Liga convida a «comunidade internacional a denunciar todas as formas de assassinio, e alerta «contra as consequências de tais actos sobre o processo de paz».

A Organização de Libertação da Palestina (OLP) acusou oficialmente os serviços secretos israelitas, Mossad, afirmando, em comunicado publicado em Tunes, que «o mártir e militante palestino Atef Beseisso foi assassinado em Paris por dois agentes dos serviços secretos israelitas, a Mossad», que o abateram «com revólveres munidos de silenciadores».

Atef Beseisso era membro do Conselho revolucionário do Fatah, principal organização da OLP, e o dirigente responsável pela segurança.

O seu assassinato foi o último de uma série de atentados que custaram a vida a personalidades da OLP em França nos últimos anos.

A 8 de Dezembro de 1972, Mahmoud Hamchari, representante da OLP em Paris, foi morto pela explosão de uma bomba telecomandada colocada no telefone do seu apartamento.

A 6 de Abril de 1973, Basil Al-koubaiissi, um dos dirigentes da Frente Popular de Libertação da Palestina, foi morto a tiro em Paris, por desconhecidos.

A 3 de Agosto de 1978, Ezze-dine Kalak, chefe da representação palestina em França, e um dos seus adjuntos, foram assassinados em Paris, nos escritórios da OLP.

A 25 de Julho de 1979, Zouheir Mohsen, chefe do departamento militar da OLP, foi abatido com um tiro na cabeça, em Cannes.

A 23 de Julho de 1982, Fadl Dani, director adjunto do escritório da OLP em França, foi vítima de um engenho explosivo colocado no seu automóvel.

O último atentado mortal contra dirigentes da OLP foi o triplo assassinato em Tunes, a 14 de Janeiro de 1991 — o dirigente da OLP, Abou Iyad, que se ocupava dos serviços de segurança da OLP, e dois outros responsáveis palestinos.



O número de assassinatos de palestinos pela polícia israelita tem vindo a crescer. Na foto, a polícia acaba de matar, em frente da Igreja da Natividade, em Bethléem, um jovem palestino que tinha ferido um guarda da fronteira com uma faca.

Desde o início do ano, as forças repressivas de Tel-Aviv têm vindo a praticar uma política que visa de facto matar de preferência a prender os palestinos procurados.

HAITIANOS

Democratas e republicanos apresentaram legislação na Câmara dos Representantes e no Senado dos EUA destinada a anular a ordem do presidente George Bush relativa a repatriação dos refugiados haitianos.

Representantes e senadores pretendem evitar que medidas idênticas às adoptadas relativamente aos haitianos venham a ser seguidas contra cidadãos de outros países.

A legislação apresentada impedirá os Estados Unidos de repatriarem refugiados para os países onde estes se arriscam a ser perseguidos.

O presidente George Bush determinou em 24 de Maio a repatriação dos haitianos que continuam a tentar asilo nos Estados Unidos na sequência do derrube do presidente Jean-Bertrand Aristide.

JAPÃO

Todos os deputados do Partido Socialista Japonês apresentaram a demissão, numa tentativa para impedir que a Câmara Baixa aprove o controverso projecto de lei que visa permitir o envio de tropas nipónicas para o estrangeiro.

A iniciativa, apesar de espectacular, não deverá no entanto alterar a votação do projecto na Câmara Baixa, que é dominada pelo Partido Liberal Democrata (no poder) com 278 dos 512 assentos daquele órgão.

A oposição socialista defende que a legislação proposta viola a Constituição do Japão, que proíbe expressamente a utilização das Forças Armadas para resolver conflitos internacionais.

«GREENPEACE»

Os Estados Unidos estão a preparar em segredo ensaios nucleares subterrâneos no polígono do Nevada, afirmou a organização «Greenpeace».

Militantes da organização ecologista internacional conseguiram infiltrar-se de noite no polígono do Nevada, a 145 quilómetros a noroeste de Las Vegas, e filmar preparativos dos ensaios, segundo o comunicado da «Greenpeace».

O próximo ensaio, que tem o nome de código de «Gale-na» e uma potência entre 20 e 150 quilotoneladas, está previsto para este mês, segundo a «Greenpeace».

A organização afirmou que os documentos trazidos pela sua equipa provam que os EUA preparam-se para proceder a «pelo menos» três ensaios nucleares até ao fim do ano, apesar da adopção no começo de Junho de uma moratória de um ano sobre os ensaios nucleares americanos pela Câmara dos Representantes.

Ainda segundo a «Greenpeace», a Grã-Bretanha prepara-se para proceder também a um ensaio nuclear.

SUÉCIA

Um em cada três suecos votaria hoje contra a adesão da Suécia à Comunidade Europeia (CE), caso votassem num referendo sobre a questão.

Os jovens, especialmente as mulheres, são os que mais se opõem à integração da Suécia, de acordo com os resultados de uma sondagem do Instituto Sifo para o diário «Goteborg Posten».

Esta sondagem foi feita após o referendo de 2 de Junho na vizinha Dinamarca, em que os dinamarqueses recusaram o tratado de Maastricht.

Das mil pessoas interrogadas, 47 por cento votaria «não» à adesão da Suécia e cerca de 32 por cento votaria «sim».

Os resultados da sondagem da Sifo revela a existência de muitos indecisos nesta questão.

Em Junho de 1991, o governo de Estocolmo pediu a adesão à CE com o apoio dos quatro partidos não socialistas e com a oposição dos verdes e dos comunistas.

HUNGRIA

Na Hungria 75 por cento das empresas do país serão privatizadas até 1996, anunciou o ministro húngaro da Indústria e Comércio.

Ivan Szabo acrescentou que o processo de privatização está a decorrer conforme os planos previstos.

A privatização do sector empresarial do Estado, que detinha o controlo de 98 por cento das empresas, iniciou-se há dois anos e actualmente calcula-se que 25 por cento já tenha sido alienado.

No país existem actualmente 500 mil pequenos empresários, o que significa que um em cada 21 húngaros que representa a mão-de-obra activa se dedica a uma actividade privada.

Szabo disse que as firmas estrangeiras que investirem até 31 de Dezembro de 1993 com um mínimo de 30 por cento numa empresa húngara ficarão isentas de impostos.

O Comunismo e o Mundo Contemporâneo

CICLO DE DEBATES

No dia 9, terça-feira, realizou-se no centro de trabalho Vitória o último dos doze debates do ciclo "O comunismo e o mundo contemporâneo", que a Direcção Regional de Lisboa do PCP promoveu desde Janeiro, no âmbito da preparação do 14º Congresso do Partido.

Com o salão completamente cheio, este último debate teve por tema "A estratégia do PCP (da revolução democrática e nacional à democracia avançada no limiar do século XXI)" e prolongou-se por três horas. Publicamos aqui a intervenção inicial do secretário-geral do Partido.

Algumas ideias preliminares

O Programa do Partido não pode considerar-se interporal. Pelo contrário, tem de corresponder a uma situação concreta. A sua elaboração e aprovação exige assim duas ordens de investigação, estudo e análise.

A primeira, relativa à realidade objectiva, tem de responder a três questões fundamentais:

Qual o sistema socioeconómico do país?

Qual o regime político?

E qual o grau de dependência e independência nacional?

A segunda, comporta também três questões fundamentais:

Quais os objectivos programáticos de natureza económica, social, política e cultural?

Quais as formas de intervenção e de luta para alcançar esses objectivos?

Quais as características do Partido para responder aos objectivos e à luta necessária?

Uma ideia básica (ou se se quiser: uma prevenção básica) que tem de estar presente na investigação, no estudo e na análise (e se não estiver presente acaba por surgir e impor-se) é a de que a sociedade é uma realidade em movimento. Há elementos mais estáveis e elementos menos estáveis. Para efeito da elaboração e aprovação de um Programa é necessário discernir os elementos característicos de uma determinada época, ou determinado momento mais ou menos prolongado da vida nacional.

Estas palavras introdutórias ajudarão a compreender por que para efeito deste debate, considero quatro períodos da vida e da sociedade portuguesa:

- a ditadura fascista;
- a revolução de Abril;
- o processo contra-revolucionário;
- e a situação actual em função da perspectiva da sua evolução.

O capitalismo monopolista e a ditadura fascista

A análise da realidade portuguesa conduziu o Partido a uma definição rigorosa da ditadura fascista.

Relativamente aos três elementos fundamentais da situação nacional temos:

Sistema socioeconómico: capitalismo monopolista de Estado com elevado grau de centralização de capitais e um avançado processo de proletarianização.

Regime político: supressão das liberdades, repressão, ditadura terrorista dos monopólios associados ao imperialismo estrangeiro e dos latifundiários, ligados estes aos monopólios e a eles subordinados.

Independência nacional: país colonialista e país dependente em posição subalterna do imperialismo. País colonizador em África e colonizado na Europa.

Estas definições e caracterizações foram correctas e rigorosas. Não se conclua porém que seriam igualmente correctas e rigorosas nos primeiras décadas da ditadura. O capitalismo monopolista de Estado não era o sistema socioeconómico quando foi instaurada a ditadura. A formação do capital financeiro e dos grandes grupos monopolistas e o seu domínio em toda e economia nacional não só se concretizaram no tempo da ditadura, como foram obra da própria ditadura.

Foi uma característica específica do desenvolvimento do capitalismo no nosso país (nomeadamente a centralização e concentração do capital e a formação do capital monopolista) ter sido forçado e acelerado pela intervenção coercitiva do Estado.

Como resultado, nos anos 60 a economia nacional estava praticamente dominada por 7 grandes grupos monopolistas, aparecendo (com a redistribuição da mais valia pelo orçamento, a política fiscal, os subsídios do Estado, a participação no capital das grandes empresas, a

Concluindo o ciclo de debates "O comunismo e o mundo contemporâneo", no CT Vitória, com Álvaro Cunhal

A estratégia do PCP da revolução democrática e nacional à democracia avançada no limiar do século XXI

Relativamente à libertação de Portugal do imperialismo, pode dizer-se que a revolução não empreendeu com o mínimo de empenhamento esta tarefa, antes foi aberto largo espaço para ingerências do imperialismo e para o apoio activo que o imperialismo deu ao lançamento do processo contra-revolucionário.

A não concretização destes dois objectivos fundamentais da revolução democrática e nacional contam-se entre os factores que não permitiram que se assegurasse o desenvolvimento democrático e independente da sociedade portuguesa.

Foram entretanto extraordinariamente profundas as transformações realizadas na sociedade portuguesa pela revolução de Abril e confirmaram as análises feitas pelo Partido e os objectivos definidos para a revolução democrática e nacional.

A revolução de Abril e as grandes conquistas revolucionárias

A revolução de Abril concretizou profundas mudanças na sociedade portuguesa, na organização do Estado, no sistema e estruturas socioeconómicas, nas liberdades e nos direitos políticos e sociais dos trabalhadores e dos cidadãos.

As nacionalizações e o controlo operário que se estabeleceu no período revolucionário liquidaram o capitalismo monopolista. A reforma agrária liquidou a propriedade latifundiária do Sul. Foi criado um amplo sector da economia onde o Estado e os trabalhadores tomaram o poder de decisão. Foi dada uma contribuição que na conjuntura foi decisiva para a conquista da independência pelos povos das colónias portuguesas.

É necessário sublinhar que todas estas transformações revolucionárias foram alcançadas fundamentalmente pela acção e luta dos trabalhadores e das massas populares, numa aliança que foi a grande aliança da revolução: Povo-MFA.

É inquestionável que o regime democrático tal como o definiu a Constituição elaborada e aprovada em 1976 pela Assembleia Constituinte contém, como elementos constitutivos do sistema e do regime, as conquistas revolucionárias alcançadas, confirmando a correcção dos grandes objectivos definidos no Programa do PCP para a revolução democrática e nacional.

O valor das grandes conquistas revolucionárias expressaram-se na própria realidade. Essas conquistas não foram um erro (como pretendem alguns) antes constituíram soluções que abriram caminho a um desenvolvimento e aprofundamento da democracia em todas as suas vertentes.

O processo contra-revolucionário

Deve sublinhar-se que as grandes transformações revolucionárias correspondiam de tal forma à situação objectiva que elas foram todas inseridas na Constituição elaborada e aprovada pela Assembleia Constituinte com os votos não só do nosso Partido, mas também (embora como depois se viu com reserva mental) do PS e do PSD. E foram também inseridas em termos gerais, nos Programas do PS e do próprio PPD (depois PSD).

Com a mudança da correlação de forças militares e políticas a ofensiva contra as conquistas democráticas de Abril desenvolveu-se pela acção de sucessivos Governos. Lembremos que, quando o nosso Partido começou a denunciar a política que apelidámos de recuperação capitalista, latifundista e imperialista houve quem acusasse esta classificação de não ter base sólida em que fundamentar-se.

A mesma observação crítica foi feita quando começámos a caracterizar não apenas como reestruturação, mas também como restauração, a formação dos grupos económicos pelo esbulho e entrega dos bens do Estado ao capital privado. A mesma observação quando começámos a falar em restauração do capitalismo monopolista.

A evolução da situação deu razão às definições dadas pelo Partido a estes processos.

Há quem tenha expressado a opinião de que o capita-

lismo monopolista foi reinstaurado logo que as forças nisso empenhadas alcançaram o poder. Não se pode porém considerar válida tal opinião.

A correspondência das transformações revolucionárias com as condições objectivas, assim como o valor da resistência popular e democrática, pode também aferir-se pelas dificuldades, faseamento e relativa lentidão do avanço do processo contra-revolucionário. Começou em 1976 e 16 anos passados ainda não está concluído.

Na altura em que se realizou o XII Congresso do Partido (Dezembro de 1988), no qual foi aprovado o novo Programa, ainda eram profundas as marcas das conquistas revolucionárias nas estruturas económicas, nos direitos sociais, no regime político.

A defesa das conquistas da revolução inseria-se necessariamente nos objectivos programáticos então definidos.

Por uma democracia avançada no limiar do século XXI

Foi considerando a vitalidade das conquistas democráticas da revolução que o novo Programa do Partido aprovado pelo XII Congresso, caracterizou a revolução de Abril como "uma revolução inacabada" e sublinhou que "as suas conquistas e valores continuam presentes na vida nacional e são essenciais ao futuro democrático de Portugal".

O Programa insiste também que os grandes valores da revolução de Abril criaram profundas raízes na sociedade portuguesa e se projectam como realidades, necessidades objectivas, experiências e aspirações no futuro democrático de Portugal.

A democracia avançada no limiar do século XXI apareceu assim na continuidade histórica do programa da revolução democrática e nacional e das ideias e realizações da revolução de Abril.

Uma definição básica do Programa é a de que no ideal dos comunistas a democracia é simultaneamente política, económica, social e cultural.

Desta definição resultam objectivos essenciais das propostas do Partido.

Democracia política significa eleições, liberdades individuais e colectivas, pluralismo, participação directa do povo.

Democracia económica significa subordinação do poder económico ao poder político democrático, propriedade social de sectores básicos e estratégicos da economia, coexistência de formações económicas diversas, intervenção dos trabalhadores na gestão das empresas.

Democracia social significa direitos dos trabalhadores, dignas condições de vida, acesso generalizado aos serviços e benefícios sociais.

Democracia cultural significa acesso das massas populares à fruição da cultura e liberdade e apoio à criação cultural.

Dentro destas grandes linhas de orientação, o Programa definiu como componentes ou objectivos fundamentais da democracia avançada:

- 1º Um regime de liberdade no qual o povo decida do seu destino;
- 2º Um Estado democrático, representativo, baseado na participação popular, moderno e eficiente;
- 3º O desenvolvimento económico assente numa economia mista, moderna e dinâmica, ao serviço do povo e do país;
- 4º Uma política social que garanta a melhoria das condições de vida do povo;
- 5º Uma política cultural que assegure o acesso generalizado à livre criação e fruição cultural;
- 6º Uma pátria independente e soberana com uma política de paz, amizade e cooperação com todos os povos.

Estes objectivos são largamente desenvolvidos no Programa.

Muitos desses desenvolvimentos conservam actualidade. Alguns outros, como é o caso de medidas sectoriais na área económica, necessitam de ser actualizados, talvez também sintetizados.

O Programa sublinha que a construção da democracia avançada que o nosso Partido propõe constitui um processo de transformação da vida e da sociedade. E sublinha também que para o êxito de tal processo serão determinantes, tanto as soluções a nível institucional, como o



esforço criador e o empenhamento colectivo dos trabalhadores e do povo português.

Dois ideias de fundo são também de reter: Uma é a de que a luta com objectivos imediatos faz parte da luta pela democracia avançada. Outra é a de que a luta pela democracia avançada é parte integrante da luta pelo socialismo. Ou seja: que a realização da democracia avançada criará condições propícias a um desenvolvimento da sociedade portuguesa conduzindo ao socialismo e que a sociedade socialista que o PCP propõe ao povo português incorpora e desenvolve elementos fundamentais — económicos, sociais, políticos e culturais — da democracia avançada.

O XIV Congresso e o Programa do Partido

O Partido tem insistido em que o objectivo estratégico fundamental do processo contra-revolucionário é a reconstituição e restauração do capitalismo monopolista de Estado.

A questão que se coloca na actualidade é a de saber até que ponto está avançado esse processo, ou seja se as alterações quantitativas provocadas pela política de direita não se traduziram já ou não estão em vias de traduzir-se em mudanças qualitativas mais profundas.

O XIII Congresso, realizado em Maio de 1990, avançou algumas ideias fundamentais em relação à evolução previsível da situação:

— que existia a possibilidade real de chegar ao fim ou muito próximo do fim a destruição de muitas das grandes conquistas de Abril;

— que se estava no caminho da reconstituição do capitalismo monopolista como sistema socioeconómico;

— que existia a possibilidade de destruição total da reforma agrária;

— que se estava a assistir à institucionalização da efectiva liquidação de muitos dos direitos essenciais dos trabalhadores;

— que a política do Governo era de degradação e reversão da democracia política;

— que se estavam criando laços de dependência e submissão ao estrangeiro afectando gravemente a independência e a soberania nacionais.

E concluiu-se: "Trata-se, em síntese, não apenas de mudanças quantitativas da situação nacional, mas de uma mudança qualitativa de fundo que está em curso. Se não se travam a tempo as ofensivas do Governo, se se permite que este leve por diante o seu plano de destruição de tudo quanto de essencial caracteriza a democracia portuguesa resultante da revolução de Abril, dentro de pouco tempo teremos efectivamente em Portugal um novo sistema socioeconómico e um novo regime político".

Estas conclusões contêm ideias fundamentais que é necessário aprofundar.

Do XIII Congresso para cá confirmou-se a evolução na direcção apontada.

Para definir um Programa e uma orientação política correcta, o próximo XIV Congresso do nosso Partido terá de responder as três questões fundamentais relativas à situação objectiva tal como se fez quando anteriormente se tratou de elaborar e aprovar o Programa do Partido em 1965 e depois em 1988: qual o sistema socioeconómico do país? qual o regime político? qual o grau de dependência e independência nacional?

Uma resposta correcta, rigorosa e suficientemente documentada a estas três questões exige o estudo aprofundado de dados objectivos e a sua correcta apreciação, interpretação e caracterização.

No referente à primeira questão, poderá considerar-se ou não restaurado o sistema do capitalismo monopolista? Nós temos considerado que a política de direita conduz a um processo da sua reestruturação e restauração. Mas, se não demos ainda este processo por concluído, temos afirmado que, continuando a política de direita, poderá concluir-se num espaço de tempo relativamente curto.

No referente à segunda questão, poderá considerar-se

que continua a democracia política com as características fundamentais relativas ao poder político, à estrutura do Estado, aos direitos e liberdades dos cidadãos?

Nós temos considerado que a política de direita tem ferido e pervertido tais características fundamentais. Temos considerado que se está instalando um regime com graves limitações à democracia política, um regime não de partido único, mas de único partido no poder, com um chefe autoritário, com o sistemático abuso do poder, com o domínio dos órgãos de soberania, com tribunais sem independência, com polícias políticas e serviços de informação de intervenção discricionária, com um aparelho do Estado partidarizado, com a redução dos direitos da Oposição, com a eliminação dos mecanismos de fiscalização da acção governativa — ou seja: um regime de cariz totalitário.

No referente à terceira questão, poderá considerar-se que a independência e a soberania nacionais não estão a sofrer limitações graves que alteram qualitativamente os seus direitos e o seu âmbito?

Nós temos considerado que a integração europeia (com a política de capitulação nacional do Governo e que a União Europeia e todos os critérios, decisões e instâncias supranacionais que comporta e de que o Tratado de Maastricht é mais que um inquietante aviso) está limitando o grave e consideravelmente a independência e a soberania nacionais.

O XIV Congresso terá de responder a estas questões e para isso, não só é necessário continuar a aprofundar o estudo, mas também a debatê-las no Partido, de forma a que a reflexão individual e colectiva possibilite o acerto das conclusões.

Na Comissão Política e Secretariado do Comité Central inclinamo-nos para introduzir alterações ao Programa do Partido aprovado no XII Congresso mas não para a elaboração e aprovação de um novo Programa.

Alterações importantes serão indispensáveis no que respeita à situação mundial e perspectivas da sua evolução, e à luta pelo socialismo.

Outras na própria proposta de democracia. Mas, a nosso ver, é de manter o Programa de uma democracia avançada no limiar do século XXI, respondendo às novas situações criadas, mas com as suas linhas de força.

A elaboração de um Programa do Partido exige investigação, estudo, análises circunstanciadas em praticamente todas as áreas e aspectos da vida nacional. Exige a contribuição de especialistas sobre as mais variadas matérias. Exige a opinião daqueles que vivem as situações e os factos.

Mas exige também a intervenção de outros dois importantes elementos.

Um, a experiência. Experiência do nosso próprio Partido e do nosso próprio país. E experiência de outros partidos e outros países.

Outro, a importância dos grandes ideais e objectivos que através dos anos inspiraram a luta do Partido, de gerações e gerações de comunistas, marcando a existência e a intervenção na vida nacional com alguns valores de carácter permanente.

A liberdade, a democracia, o desenvolvimento económico com a sua vertente social, o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral, a independência e soberania nacionais, foram objectivos gerais que, com aspectos embora diversos, constaram do Programa de luta contra o fascismo, do Programa da revolução democrática e nacional, do Programa de uma democracia avançada no limiar do século XXI e também do Programa ulterior para uma sociedade socialista.

Um Programa é uma proposta. É também um atestado e um produto da criatividade da vida e da luta do Partido.

É necessário que na preparação do nosso XIV Congresso, os camaradas dêem a sua contribuição para que o Programa que caberá ao Congresso aprovar responda com rigor aos problemas que se colocam a Portugal e ao povo português.



O debate

Duas dezenas de camaradas entrevistaram no debate para colocar a Álvaro Cunhal algumas questões e expor opiniões. Registamos aqui alguns dos temas levantados e as considerações que suscitaram, procurando contemplar os aspectos mais directamente relacionados com o tema proposto.

O 25 de Abril, o PCP e as massas

No 25 de Abril o PCP precipitou-se, acelerou demais, impôs, esqueceu-se de que a base orgânica do País continha tabus e erros semeados ao longo de muitos anos, insistiu no comunismo depois de tantos anos de anticomunismo.

AC - "Mas como é que nós tínhamos força para impor? Sozinhos? Nós tivemos alguma vez, depois do 25 de Abril, sozinhos, a força para impor uma reforma agrária, para impor as nacionalizações?" (...)

"O programa do nosso Partido, o de 1965, para a revolução democrática e nacional, inclui naturalmente a nacionalização da banca. Em 1974, no mês de Dezembro, no 7º Congresso (extraordinário), mantivemos o programa, alterando passagens de conjuntura. Há um plano de emergência aprovado nesse mesmo congresso, e não se põe a nacionalização da banca, o que se põe é o controlo das actividades bancárias. A expressão *nacionalização da banca* aparece depois de uma grande reunião de sindicalistas bancários, em Janeiro de 1975, no Pavilhão dos Desportos, de onde parte a reclamação da nacionalização. E parte porquê? Porventura a expressão apareceu como reivindicação imediata da nacionalização dos sectores básicos da economia? Não. Aparece porque os capitalistas e os banqueiros estavam a sabotar a economia, estavam a desviar fundos, estavam a fazer operações ilegais, estavam a querer abafar a jovem democracia política portuguesa através do boicote e da sabotagem económica. E os trabalhadores da banca, que já exerciam controlo das actividades bancárias, tomaram conhecimento dessas actividades e - talvez aqui estejam alguns - contribuíram para a elaboração dos *dossiers* necessários para se avaliar a situação na banca e para que, depois de falhado o golpe de Spínola e dos reaccionários do 11 de Março, pudesse passar ao poder a ideia da nacionalização" (...). "Essa nacionalização correspondia ao que nós apontamos como objectivos da revolução democrática e nacional, mas apareceu no processo revolucionário como medida de defesa da democracia política".

"Em fins de 1974 nós não tínhamos posto qualquer proposta para uma lei da reforma agrária - aliás, tínhamos só dois ministros no Governo -, e aparecem os trabalhadores a ocupar herdades que estavam abandonadas, e a começar a cultivar terras incultas. A reforma agrária começou com o arranque dos trabalhadores, dos proletários rurais do Alentejo e Ribatejo, a desbravarem as terras incultas. (...) Naturalmente, apoiámos, ajudámos e dinamizámos esse processo, que correspondia a um dos objectivos fundamentais do nosso programa. Quando vem a lei da reforma agrária, já depois do 11 de Março, já estavam unidades colectivas e cooperativas estabelecidas em mais de 500 mil hectares de terra. Não foram os comunistas que impuseram e que disseram *têm que fazer isso*, mas foi um movimento do proletariado revolucionário do sul do País, que se lançou a desbravar as terras incultas" (...).

"As grandes transformações revolucionárias que tiveram lugar em Portugal não foi porque havia um poder comunista que resolvia as coisas. Nós não tínhamos o poder. Aqueles poucos que estavam no Governo estavam em luta contra os socialistas, contra o PSD, contra a direita que também lá estava e tinha mais força que nós ao nível do Estado, do Governo. Mas foi porque a acção das massas, o povo, no fim de contas, nos sectores respectivos, os trabalhadores nas fábricas, os operários rurais nos campos do latifúndio, sem dúvida com o Partido, levaram a cabo esse processo. É uma revolução particularmente rica precisamente pela intervenção determinante das massas, dos trabalhadores." (...)

"Não foi precipitação ou imposição dos comunistas. E creio que é uma grande alegria para nós termos compreendido esse sentir das massas e com elas termos levado para a frente essas transformações, que são grandes experiências, grandes exemplos, que depois de 16 anos de processo contra-revolucionário, ainda aqui e além têm marcas profundas na sociedade portuguesa." (...)

Ligação ao povo

Fala-se nas profundas raízes que o Partido criou na sociedade portuguesa. E a forma como essas raízes se reflectem na resposta da sociedade em relação ao Partido, na confiança e na tradução eleitoral dessa confiança?

AC - "Na realidade, em algumas regiões os nossos camaradas são muito dinâmicos e a nossa influência é

muito pequena. Mas temos outras regiões onde a nossa influência é muito grande. Como os camaradas sabem, num terço do território nacional nós temos maioria nas eleições autárquicas; não é um terço da população, mas são 50 concelhos muito importantes. (...) Isto não são raízes profundas no povo, num regime onde há tantas contradições...? (...) "Não é por imposição nossa, mas porque os trabalhadores querem, que na CGTP - sem dúvida a grande central dos trabalhadores portugueses - membros do Partido são cerca de dois terços a todos os níveis" (...).

"Quando o propomos, não dizemos *dêem-nos o poder, que nós realizamos o nosso programa*. (...) Propomos ao povo um poder para que as massas e o povo se empenhem na sua realização, e sem que se empenhem não o podemos realizar, como também não foi construído o socialismo onde o povo não se lançou na sua construção. Sem o povo ou contra o povo não se constrói o socialismo. Estamos no caminho certo, e a experiência está a mostrá-lo."

Democracia e restauração capitalista

O programa da democracia avançada representa a rendição do PCP à realidade de que a subsistência da democracia é compatível com a restauração capitalista?

AC - "Defendemos depois da revolução que aqui não poderia haver restauração do capitalismo monopolista que não fosse através de medidas de força contra a democracia. E nos anos de 1975, 76, 77, 78, pudemos dizer mais. Continuo a pensar que não tiveram a possibilidade de, no quadro da democracia, reconstituir o capitalismo monopolista. Se não o fizeram mais rapidamente, foi porque estávamos em democracia. E, assim como vemos 4 vertentes da democracia (económica, social, política e cultural), podemos dizer que também nas ofensivas antidemocráticas vêm as 4 vertentes a par: a económica - restauração dos monopólios; a social - liquidação de direitos e liberdades dos trabalhadores e agravamento das condições sociais; a política - governamentalização do poder, retirada de competências aos outros órgãos de soberania, retirada de independência aos tribunais, organização de serviços de informação, limitação dos poderes da oposição na AR, liquidação dos organismos que tinham por função a correcção ou o recurso a decisões do próprio Governo, novas leis eleitorais, nova lei da greve" (...); "também há uma tentativa do Governo para uma regressão cultural em todos os domínios."

"Não há uma incompatibilidade. Mas (...) a restauração do capitalismo monopolista está a ser acompanhada com a perversão do regime democrático em aspectos essenciais".

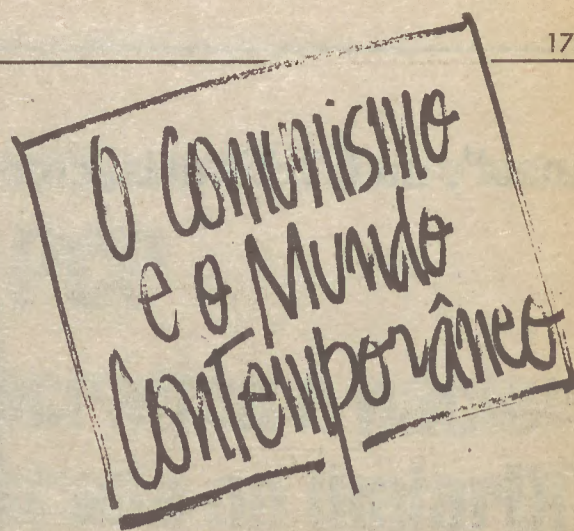
Etapas, fases e leis objectivas no processo histórico

Em que ponto estamos do processo histórico mundial iniciado em 1917, tanto na vertente internacional, como à luz dos factores internos próprios deste período, com as suas fases e etapas?

AC - "Depois da revolução russa de 1917 pensou-se no nosso Partido que as coisas seriam extremamente mais fáceis do que na realidade acabaram por ser. Havia aquele exemplo, um exemplo muito grande, não apenas do nosso século, mas em toda a História da humanidade. Pela primeira vez sucedeu esta coisa tão fantástica: houve homens e classes que tomaram o poder para acabar com a exploração de umas classes por outras classes, ou seja, um projecto político que se transformou em acção revolucionária e, depois, num empreendimento de transformação radical da sociedade." (...)

"Hoje, se lermos os nossos clássicos - Marx, Engels, Lênine - vamos ver que definiam como leis objectivas aquilo que depois se verificou que não era tão objectivo como isso. Nós próprios acreditámos que o factor objectivo seria muito mais poderoso e, por vezes, quase irresistível, e que a intervenção do homem, a sua criatividade e o factor humano, organizado ou individual, não tinham um papel que contrariasse essa grande força das leis objectivas, que nos diziam que ao capitalismo iria suceder *inevitavelmente* o socialismo e a curto prazo." (...)

"No que respeita à evolução deste século, nós valorizámos demasiado o *caminhar das coisas* das leis objectivas. Agora há teorizadores que já estão a descobrir tantas novas leis objectivas que, certamente, irão cometer erros muito maiores que aqueles que nós tivemos." (...)



CICLO DE DEBATES

"As marcas da luta dos comunistas no nosso século não estão apenas neste século, estão na História da humanidade. O nosso Partido não tem sido daqueles partidos que apagam o passado e dizem que tudo quanto está para trás é mau, que neste século só fizeram asneiras". (...) "Nós pensamos que a acção dos comunistas, dos trabalhadores, dos povos, sob a grande influência ideológica que marca as forças revolucionárias do século, o marxismo, o pensamento de Marx e de Lênine, marca este século com transformações e avanços profundos na História da humanidade e na luta de libertação dos trabalhadores e dos povos. Há acontecimentos que ninguém pode recusar, que estão cá, na vida, na sociedade." (...) "É um século que nos enche de alegria por pensarmos que aquelas gerações e gerações de lutadores que neste século procuraram transformar a vida, a sociedade, foram bem sucedidas em muitos aspectos fundamentais. No geral, não temos que nos envergonhar dos comunistas deste século, e esta palavra é honrosa. Talvez por isso (...), nós sentimo-nos bem sendo comunistas".

"Também no que respeita às etapas da revolução (...) houve muito esquematismo, ou seja, estabelecemos as fases como coisas que se seguiam umas às outras quase inevitavelmente, já não era materialismo histórico, já era um determinismo, um materialismo mecânico que estava no nosso pensamento." (...) "Muitas vezes na evolução das sociedades e em momentos da História confundem-se processos, entrelaçam-se processos contraditórios, e o difícil é discernir onde está um processo, onde está outro processo, e a que fase corresponde da evolução da sociedade". (...)

"É justo dizer-se que, em relação a muitas situações, aqueles que abriram esses processos deixaram fugir a oportunidade. Mas, quando se diz aqueles, não é A, B ou C, não são os homens, são forças, são dinâmicas, que são contrariadas por soluções e, também, pelo factor humano". (...)

"Continuamos a pensar no socialismo como sistema social que vai suceder ao capitalismo. Mas o mal foi pensarmos que isso seria relativamente breve e sem considerar uma série de condições e circunstâncias que poderiam facilitar um processo reversível. (...) Tínhamos o processo de construção do socialismo como irreversível nesses países. Mas enganámos-nos." (...) "Acreditou-se num certo mecanicismo, numa certa inevitabilidade, sem exigir das forças revolucionárias, de nós próprios, dos comunistas noutros países e nesses países, uma eficácia para responder às situações e às condições. Admitiu-se que a coisa iria para diante de qualquer forma, fazendo bem ou fazendo mal, e não foi."

Somos solidários com aqueles países que continuam, apesar de políticas muito diferentes das nossas, a querer construir uma sociedade nova." (...) "Pensamos que é bom que partidos e Estados conduzam as coisas de forma a que não haja causas de natureza subjectiva, ou seja, da sua actuação, que precipitem uma reversão".

Imperialismo e independência

Depois da derrocada da União Soviética é quase uma impossibilidade o desenvolvimento independente de um país, exige sacrifícios extraordinários do povo. Que perspectivas para a luta dos trabalhadores e dos povos? E em Portugal, com o processo de integração europeia?

AC - "Os Estados Unidos estão em condições, pela mudança de correlação de forças, de impor a sua vontade aqui e além. Não o estão a conseguir levar por diante com a velocidade que queríamos, mas é um projecto que está em marcha para uma dominação mundial. Mas não só dos Estados Unidos, também da Europa e do Japão. As contradições entre os países capitalistas estão a agudizar-se e vão agudizar-se ainda mais."

"(...) Perguntam como é que nós podemos definir uma política nacional que não esteja enquadrada nessa política da CE. Creio que não podemos pôr as questões nesse plano. O realismo de uma proposta de programa não é um programa que seja aceite na sociedade em que ele se insere no momento em que é feito. No tempo do fascismo lutámos pela liquidação do poder dos monopólios, era um

EM FOCO

■ Carlos Amaro
Engenheiro Agrónomo

A PAC, a CAP e o Ministro

O Ministro da Agricultura, após ter patrocinado uma reforma da PAC que afecta fortemente a economia do País e lesa gravemente os interesses dos agricultores, confessa, depois da sua concretização, que, agora sim, vai informar o País e os produtores agrícolas das suas implicações para a agricultura portuguesa.

Sendo suposto que o sr. Ministro não é um político ingénua, capaz de cometer *gaffes* desta natureza, o que as suas declarações evidenciam às escâncaras é a degradação da democracia e o desprezo do Governo pelo debate e participação democrática dos portugueses, mesmo em assuntos de relevante interesse nacional, como é a reforma da PAC.

Ao Governo e ao dr. Arlindo Cunha bastam-lhe os améns dos governantes estrangeiros. Que os agricultores europeus protestem ou não, que os agricultores portugueses expressem generalizadamente o seu repúdio pela reforma da PAC concretizada pela presidência portuguesa, é secundário.

O que releva, para o sr. Ministro, é apresentar-se como o "europeísta" dos tempos que correm, é poder apresentar-se em conferências de imprensa com o ar cansado de vencedor de grandes batalhas, mesmo que apenas tenha sido o mero agente de serviço na compatibilização de interesses das grandes transnacionais e dos seus representantes governamentais, tanto na Europa como na América, na partilha mundial dos mercados internacionais.

O senhor, sr. Ministro, é o exemplo claro do êxito na sociedade "cavaquista".

Até o dr. Álvaro Barreto, que tinha para consigo aquela atitude condescendente e distante que convém ao relacionamento entre mestre e aprendiz, se rendeu e veio atestar a sua maioria, a sua capacidade negocial, o que, numa sociedade de negócios e negociantes, é o alfa e ómega dos espíritos superiores.

Enfim, tem o "seu" mundo aos seus pés. Mas o mundo real, dos homens e mulheres que trabalham e vivem da terra, não lhe perdoará o ser cúmplice do "negócio" que lhes nega o direito fundamental de poder produzir e viver do seu trabalho e de os agricultores serem considerados um peso social que a sociedade tem que sustentar.

Não irá analisar-se a reforma da PAC no seu todo. Queria apenas referir que no seu conteúdo essencial, que se procura apresentar como inovador, não passa de uma orientação política velha e relha da (ir)racionalidade do desenvolvimento capitalista (1). Já em 1954, nos EUA, se considerou preferível pagar aos agricultores para não produzirem, do que levar a sua produção ao mercado com prejuízos, mesmo que então, como agora, milhões de pessoas morressem de fome no mundo.

*
* *

No quadro actual de integração comunitária a política agrícola de classe do PSD é geradora de equívocos e posições contraditórias das forças sociais por ela afectadas.

Na esfera da sua capacidade de decisão interna emerge claramente a natureza de classe da política do Governo no apoio aos interesses do capitalismo agrário, tanto no âmbito da produção como a jusante, contra os interesses do País e da esmagadora maioria dos agricultores.

No plano externo, a política do Governo é marcada pela demissão da defesa dos interesses do País e por uma política de submissão aos objectivos do grande capital comunitário e mundial, afectando globalmente as diversas classes e camadas sociais envolvidas no processo produtivo.

Não admira, pois, que a CAP, conglomerando os interesses domésticos de grandes proprietários fundiários, capitalistas agrícolas e do capital agro-industrial, após ter sido o grande suporte social da adesão à Comunidade no

âmbito da agricultura e porta-voz de todos os lugares-comuns a respeito das excelências para a agricultura portuguesa da economia de mercado, venha agora clamar "morte à PAC e a quem a apoiar". Não porque tenha chegado à conclusão do carácter contraditório do desenvolvimento agrícola do País no âmbito da PAC ou da marginalização brutal da grande maioria dos agricultores portugueses que aquela originará. Mas tão só porque percebeu que o capitalismo português e a sua burguesia são bons instrumentos para o grande capital internacional utilizar na agitação do papão do "perigo" comunista no Sul da Europa, mas não passam de parceiros menores e subordinados, destinados a serem sustentados pela assistência social comunitária.

*

* *

É neste quadro que o Ministro da Agricultura, na campanha de esclarecimento aos agricultores que agora leva a cabo, de acordo com o princípio eminentemente "democrático" de decidir primeiro e informar depois, apenas recebe a CAP, cuja existência real se deve apenas à sua sustentação técnica e financeira pelo Estado (refira-se a declaração recente de um responsável desta organização de que 400 funcionários do Ministério da Agricultura tinham funções na CAP), recusando receber a CNA a pretexto de esta organização não ser reconhecida em Bruxelas. Como se um ministro de Portugal tivesse que reconhecer apenas as organizações portuguesas que a Comunidade autoriza, ou como se os portugueses não soubessem que as instâncias comunitárias reconhecem as entidades que os responsáveis portugueses indicam!

Esta recusa permanente do sr. Ministro da Agricultura atinge foros de escândalo. Num país onde as explorações familiares representam cerca de 92% do total e contribuem com mais de 65% para o Valor Acrescentado Bruto (VAB) do sector, o Ministro recusa-se a reconhecer institucionalmente a sua organização, e até simplesmente a dialogar, com os seus representantes.

Será que apenas a acção de massas o obrigará a rever a sua posição, como aconteceu recentemente na Curia, embora desculpando-se (face à CAP?) com o facto de apenas o fazer na condição de presidente do Conselho da CEE, dando o dito por não dito quanto às alegadas razões comunitárias que invoca para não receber a CNA?

Será que o sr. Ministro ignora as frequentes posições e declarações que responsáveis da CAP têm assumido relativamente à pequena agricultura? Não declarava há tempos a um semanário o sr. Casqueiro - entre algumas indigências relativas à evolução histórica das agriculturas da Europa - que agora que acabou o comunismo não via razão para se continuarem a sustentar pequenas explorações? E quem não lembra a desfaçatez arrogante do agrário sr. Rosado Fernandes ao referir-se à pequena agricultura como o "Portugal dos Pequeninos"?

Poderá o sr. Ministro continuar a sustentar que a CAP representa os agricultores portugueses, todos os agricultores portugueses?

Poderá o sr. Ministro, que já invocou publicamente as suas origens e passado honroso de trabalhador da terra, reconhecer nos interesses destes senhores os anseios e aspirações da pequena agricultura que certamente bem conhece?

A grande maioria dos agricultores portugueses espera de si uma resposta, mas certamente não deixará de assumir as suas próprias responsabilidades.

(1) Para evitar equívocos, esclarece-se que não está em causa a necessidade de uma reforma da PAC mas sim esta reforma a qual, ao contrário do que o sr. Ministro afirma, não altera a distribuição desigual de fundos que se afirmava pretender corrigir.



objectivo justo para a revolução antifascista, para a construção de uma sociedade democrática.

Então nós temos que nos adaptar a uma situação como estamos na CE, eles vão aprovar Maastricht, Maastricht obriga a ter uma política externa comum, uma política de segurança comum, uma polícia internacional (...)? E a resistência? (...) "Nós não vamos para uma adaptação àquilo que fere interesses vitais do nosso povo e do nosso País. Um programa tem que ser realista, mas isso não quer dizer: bom, se é um programa que se pode realizar num espaço de tempo relativamente curto, está bem; se é muito difícil realizar, está tudo mal. Não pode ser assim." (...)

"Nós estamos a definir uma política para ser aplicada no quadro da integração europeia. Mas o combate, o programa, também continua, porque, além do mais, uma coisa é a Comunidade Europeia e o mercado único, e outra coisa é uma federação. Não é um exemplo interessante, este da Dinamarca? (...) No fim de contas, um povo que tem poucos milhões ousou dizer não, e juridicamente o Tratado caiu, já não tem validade. Mas eles - Cavaco, Deus Pinheiro - dizem: como é que se podem opor a 300 milhões? Pobres portugueses, somos só 10 milhões, nunca mais nos podemos opor ao que decida a Alemanha ou ao que decida a França!

Nós não podemos aceitar esta realidade como uma realidade que temos que integrar no nosso projecto. A resistência vai continuar, certamente, na própria Europa." (...)

"Nós não contrariamos um mundo em que os processos de integração e de divisão internacional do trabalho, de interdependência ou dependência recíproca dos vários países nas mais variadas áreas é um resultado da evolução da sociedade. Aí temos uma situação que resulta de causas objectivas. A integração não é uma coisa imaginada por alguns ministros e depois realizada. É uma necessidade. (...) "Soluções autárquicas de que alguns nos acusam não são aquelas que nós propomos. Actualmente propomos uma cooperação no quadro da CE. Mas dentro da CE lutamos contra uma CE que seja a Europa dos monopólios e contra a transformação numa federação de estados da Europa, com um Governo em que, possivelmente no quadro de um eixo Paris-Bona que já se forma, ou outro, as grandes potências serão mais fortes e nós, bem, lá estamos... Cremos que essa integração passiva, vergonhosa, da parte do Governo, deve ser contrariada, devemos defender uma política nacional, no quadro europeu e mundial, sem dúvida, mas que não seja de capitulação, que seja de afirmação nacional. E, assim como nós aqui pensamos, outros fazem nos seus países, e acabará por haver uma evolução diferente."

Por que lutamos

Não seria mais mobilizador falarmos em socialismo em vez de democracia avançada?

AC - "Não é uma questão de palavras. Aquilo que se defende e se projecta traduz-se com umas palavras, ou com outras. Não podemos traduzir pela palavra socialismo aquilo que pensamos que não é socialismo, mas que entretanto é uma solução para os problemas económicos, sociais, políticos, culturais, do nosso País, altamente satisfatória na situação em que nos encontramos e parte integrante da luta pelo socialismo. E lá voltamos outra vez às fases, às etapas, aos momentos determinados da nossa História. Nós temos dito e dizemos que o Partido Comunista é um partido que continua a sua luta por uma sociedade socialista." (...)

"Se virmos toda a luta do nosso Partido, vemos que há valores que afirmaram sempre a nossa luta, constantemente. Temos respostas novas, temos que ter respostas novas; mas, sim ou não, lutamos sempre pela liberdade, lutamos sempre pelos direitos dos trabalhadores, pelo bem-estar da população, pela independência do nosso País, pelo desenvolvimento económico com a sua vertente social (...)? Há valores intrínsecos da luta do nosso Partido que passaram a ser elemento integrante do nosso ideal de uma democracia avançada até ao século XXI, projectando-se para o futuro numa sociedade socialista."



Maastricht visto de Paris

■ Miguel Urbano Rodrigues

Foi pela televisão francesa que tomei conhecimento do NÃO do povo dinamarquês a Maastricht. Em Paris a recusa do Tratado pela Dinamarca foi recebida com surpresa pela opinião pública e preocupação pelos governantes.

Horas depois chegavam de Portugal as primeiras reacções de Cavaco Silva e João de Deus Pinheiro. Ambos, com sobrançeria, tentaram minimizar o significado do acontecimento, identificando nele um mero incidente no percurso da CEE.

Como estava a participar nos trabalhos de uma sessão da Assembleia da União da Europa Ocidental-UEO tive a oportunidade de ouvir diferentes comentários sobre a atitude assumida pelo Governo português. Quase todos foram desfavoráveis.

«Que diria o vosso Primeiro-Ministro se, em vez da Dinamarca, tivesse sido a França a recusar Maastricht?» — escutei de um deputado liberal belga. — «Provavelmente o contrário do que afirmou...»

O resultado do referendo na Dinamarca não era esperado em França. Provocou um efeito de choque. Os defensores de Maastricht ficaram alarmados; os adversários festejaram a opção dinamarquesa. O significado da escolha feita pelo povo que na Europa mais discutiu o Tratado e melhor conhece o seu conteúdo e implicações não foi, porém, subestimado por qualquer político com responsabilidades.

Os franceses quando falam da CEE deixam transparecer algo que se assemelha a um sentimento de paternidade. O projecto da integração europeia nasceu em França. As suas raízes mergulham na III República e ganharam solidez após a guerra. Os anos da ocupação alemã fortaleceram a convicção de que era indispensável construir uma Europa confederada para se evitar o retorno das guerras. A Alemanha estava vencida, arruinada e humilhada, mas os franceses haviam assimilado as lições da História. Sabiam que o país vizinho não tardaria a renascer dos escombros e recuperar o seu potencial criador. Não estava previsto o resto: a guerra fria e o seu desfecho absolutamente desconcertante, o terramoto que varreu a Europa do Leste, o processo de implosão do socialismo, e, finalmente, a desagregação da União Soviética como Estado multinacional.

A pequena Europa do Pool do Carvão-Aço, tímido prólogo à Europa dos Seis, desembocou com o rodar dos anos no esboço de uma Grande Europa de contornos vagos, distanciada do projecto confederal e empurrada para estruturas federativas.

Não é de estranhar que o povo francês volte a sentir um certo mal estar e apreensões quanto ao desenvolvimento possível da História. A Europa dos Doze, embrião de outra, maior, está muito longe da Europa das Pátrias, imaginada por De Gaulle. O juridicismo simplista gerou, através do funcionamento dos mecanismos comunitários, contradições que se chocam brutalmente com realidades criadas pela História no transcorrer dos séculos.

Nos últimos anos a França conseguiu (com um alto custo social) melhorar a sua posição na Europa. Enquanto a inflação aumenta na Alemanha, a sua desceu. As exportações cresceram em ritmo superior às dos outros grandes países europeus. A sua agricultura, a mais importante da Europa, proporciona ainda um saldo anual de 50 mil milhões de francos (agora comprometido com as concessões feitas aos americanos no GATT, com a cumplicidade alemã).

A unificação da Alemanha e o vendaval no centro e leste da Europa mudaram o quadro. De favorável passou a incerto.

A Alemanha tomou o comando do Continente, destacando-se dos seus parceiros comunitários. Tem hoje 80 milhões de habitantes. Não ingressou ainda no Conselho de Segurança das Nações Unidas; mas assumiu, de repente, a postura de grande potência com uma estratégia própria. Não pede, quase não procede a consultas. Passou a actuar no cenário europeu com habilidade, em função de interesses próprios, tomando a iniciativa nos campos da política, da economia, da segurança.

Reconheceu a Croácia e a Eslovénia em iniciativas unilaterais e, depois, forçou os demais países da CEE a fazer o mesmo. Estimulou o pedido de adesão da Áustria (a Suíça está na fila) à CEE. Simultaneamente, Helmut Kohl não esconde que o seu governo fará tudo para apressar o processo de admissão no espaço comunitário de três países onde a influência política e económica alemã se tornou hegemónica: a Checoslováquia (à beira da desagregação), a Polónia e a Hungria.

Isolada, a Alemanha não tem condições para competir em pé de igualdade com os EUA, não obstante a solidez do marco e a pujança da sua indústria. Mas encontrou maneira de compensar o desnível dimensional. Na prática, a Alemanha emerge como pólo e motor de um conjunto (exterior à CEE) de países, de economias por ela satelizadas, com uma população superior à sua. E a leste, uma Rússia mergulhada no caos, mas preñe de potencialidades, é já olhada em Bonn como o aliado do futuro no inevitável choque político e

económico que se esboça entre os EUA e uma Europa próspera cujas opções tendem a reflectir mais e mais a vontade alemã. A ambição é tão excessiva que os recursos do país estão aquém dela. Daí tensões sociais como as greves de Maio que funcionaram como advertência. O desafio alemão tem limites materiais inultrapassáveis.

O desnível entre a Alemanha unificada e a França está a suscitar temor em Paris. Os franceses têm consciência de uma crescente subalternização do papel do seu país. Maastricht veio tornar mais óbvia a evidência.

A França, afinal, incentivou a criação da CEE para manter a Alemanha sob vigilância; hoje, é a Alemanha que começa a controlar a Europa...

A chamada zona do marco (o próprio marco, o florim e o franco belga) pesa decisivamente na vida da Comunidade (47,5%), sobrepondo-se ao conjunto das áreas do franco francês (19,1%) e da libra (12,6%). Tal desequilíbrio tenderá a acentuar-se com a instauração da União Económica e Monetária — UEM. Como dizem os franceses, não sem mágoa, «a moeda europeia será, afinal, a moeda alemã!»

Os livros de Séguin

Uma produção torrencial de trabalhos sobre Maastricht tem assinalado em França o debate sobre o polémico Tratado. Seria um exagero concluir daí que a generalidade dos franceses está bem informada sobre as consequências dos documentos comunitários assinados a 7 de Fevereiro naquela pequena cidade católica do Sul da

Holanda protestante. Mas a desinformação, relativa, não pode ser atribuída à carência de materiais e à ausência de discussão pública sobre a temática da União Europeia.

Alguns livros, entre os mais críticos, encabeçam a lista dos best sellers. Entre eles destaca-se aquele em que aparece o discurso anti-Maastricht pronunciado na Assembleia Nacional pelo deputado gaullista Philippe Séguin (1) e outro, mais elaborado, do mesmo autor (ex-ministro dos Assuntos Sociais e do Emprego) e de Marie France Garaud, presidente do Instituto Internacional de Geo-Política (2). Essa última obra constitui simultaneamente uma catilinária contra Maastricht e um inventário sintético (recheado de informações úteis) dos problemas decorrentes da «intenção política de construir um Estado federal sobre os escombros das nações actuais». Para o êxito editorial contribuiu o esforço dos autores na análise de aspectos do Tratado (e consequências) pouco conhecidos da opinião pública.

Em França o debate sobre Maastricht apresenta, naturalmente, melhor nível do que o travado em Portugal onde, por si só, a participação intensa da equipa de Cavaco Silva bastaria para fazer descer a qualidade.

Em Paris, o Poder tem uma posição clara. Intervém com todo o seu peso, empenhado na ratificação do Tratado. Mas seria impensável (pelo próprio respeito que merece a opinião pública) a televisão promover ali debates que, pelo seu hermetismo, contribuísem para aprofundar a ignorância. Não aparecem no pequeno écran tecnocratas com o estilo do ministro Braga de Macedo a explicar os supostos benefícios de Maastricht. A apologia do Tratado é, apesar de todas as suas fraquezas e incoerências, servida por um discurso sem as notas de pesadelo que caracterizam a propaganda cavaquista. O bom senso e a inteligência francesa não o aceitariam.

D'Artagnan morreu em Maastricht

Foi em Maastricht — é oportuno recordar o facto — que, durante a guerra de Luís XIV contra a Holanda, morreu, atingido por uma bala de canhão, um fidalgo francês que teria permanecido na penumbra da História se Alexandre Dumas não o houvesse mitificado ao inspirar-se nele para a construção da figura do herói dos «Três Mosqueteiros»: D'Artagnan.



Significativamente, o livro de Marie France-Séguin abre com um cartoon prodigioso de Jacques Faisant, um boneco que fez rir a França. Cavalgando uma pileca, D'Artagnan recebe de uma camponesa lúcida advertência: «Tenho, sr. D'Artagnan, um pressentimento. Não vá a Maastricht, o lugar não é seguro!»

Em baixo uma legenda: Charles de Baatz, *seigneur* d'Artagnan, morto no cerco de Maastricht.

O denominador comum das críticas, em França — dos comunistas aos gaullistas —, é a verificação de que a soberania e a independência do país serão decisivamente afectadas se o projecto da União Europeia se concretizar. A Europa, tal como se perfila no Tratado, é uma construção economicista para a qual os valores fundamentais do homem não contam. O alicerce da futura Comunidade seria um mercado erigido em meta, em fim político e social. A procura da solidariedade — cimento da Europa das Nações imaginada por De Gaulle — está ausente do ideário de Maastricht. Os membros da Comunidade olham-se com desconfiança, cada um procura enganar o outro. O que caracteriza o texto do Tratado é uma fria racionalidade financeira. O Banco Central da União Europeia seria o poder concreto, acima da Comissão e, obviamente, do Conselho de Ministros, dia-a-dia menos interventivo.

Jean Pierre Chevènement define o ainda inexistente Banco Central como um autêntico governador geral da Comunidade do século XXI, síntese do Bundesbank e de uma versão europeia do Fundo Monetário Internacional (3).

O efeito dinamarquês

De acordo com as sondagens, mais de 50% dos franceses eram em Maio favoráveis à ratificação do Tratado de Maastricht. Daí a tranquilidade de François Mitterrand e do Primeiro-Ministro, Pierre Bérégovoy. O Governo pretendia fazer do debate sobre Maastricht e a revisão constitucional um teste susceptível de lhe melhorar uma imagem degradada. Esperava tirar dividendos políticos da divisão da oposição.

O NÃO dinamarquês prejudicou todo esse engenhoso esquema. Mitterrand teve de passar à defensiva. A relação de forças alterou-se na sociedade francesa. A França não se assemelha, claro, à Dinamarca. Mas centenas de milhares de cidadãos que até ao dia 2 de Junho hesitavam em se pronunciar contra Maastricht sentem agora a tentação de somar as suas vozes às dos adversários firmes do Tratado. Simultaneamente, muitos defensores de Maastricht são agora menos afirmativos e sobretudo menos arrogantes. Fala-se do referendo com mais modéstia, sem o triunfalismo anterior. Não é o resultado que, aparentemente, suscita dúvidas, mas o estilo da campanha.

As fragilidades da máquina comunitária e os alcapões de Maastricht são apontados nas próprias colunas da imprensa que tem feito do europeísmo profissão de fé. O debate ampliou-se e adquiriu uma feição mais democrática. A discussão tornou-se abrangente. O NÃO dinamarquês veio colocar na ordem do dia a temática das exigências da UEM. Se um dos países mais desenvolvidos e estáveis da Comunidade recusou Maastricht, como poderão a Espanha, Portugal, a Grécia, a Irlanda, a própria Itália cumprir as metas do Tratado — tocante à inflação, ao défice do Orçamento, às taxas de juro, aos limites de endividamento?

O fantasma da Europa a duas velocidades adquire formas muito concretas. A convergência — sem a qual o Tratado perde significado — começa a aparecer como objectivo inatingível na prática. Por outras palavras, a hipocrisia do discurso apologético de Maastricht vem à tona.

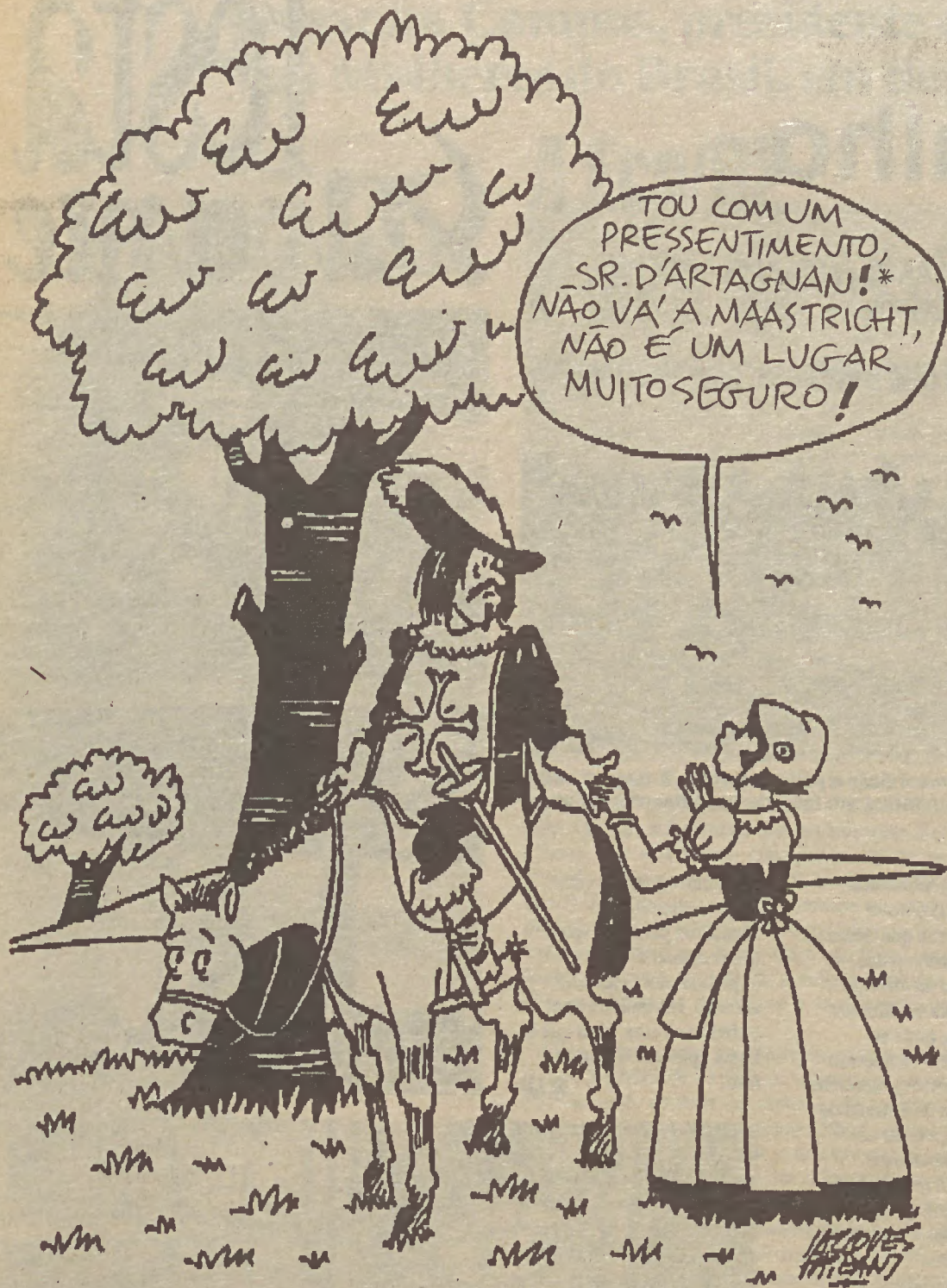
As questões mais polémicas retomam actualidade. Como chegar à convergência se na Alemanha — apenas um exemplo — os salários são cinco vezes superiores a Portugal? E quando? Por que caminhos?

O argumento simplista de que o cidadão da União Europeia poderá viajar antes do final do século pela Comunidade com a nova moeda — o ecu — na carteira não convence. Porventura os cartões de crédito não permitem já pelo mundo fora o pagamento da maioria das despesas dos visitantes estrangeiros?

O namoro alemão à Croácia, à Eslovénia, à Hungria, à Polónia, às repúblicas da Checoslováquia suscita interrogações sobre a distribuição futura dos fundos estruturais. Quanto vai custar a Portugal e à Grécia a absorção dessas nações pela União Europeia?

A maioria qualificada

Um dos debates mais polémicos desenvolve-se em torno da temática da maioria qualificada. Até 1986 a exigência do voto unânime no Conselho das Comunidades Europeias foi a



* Charles de Batz, conde de Montesquiou, senhor de Artagnan, morto no cerco de Maastricht

norma quando se tratava de adoptar decisões importantes. Com o Acto Único tornou-se menos comum. Mas se o Tratado de Maastricht for ratificado a maioria qualificada vai passar a prevalecer. Por outras palavras, o peso dos pequenos países será cada vez menor. Cabendo aos grandes Estados dez votos e depois, por escala descendente, oito, cinco, três e dois aos demais não é difícil imaginar até que ponto a soberania e a independência de um pequeno país como Portugal serão golpeadas.

Enquanto todos estes graves desafios são discutidos Europa afora com mais abertura, após o referendo dinamarquês, em Portugal, o Primeiro-Ministro e os seus colaboradores procedem às avessas. Adoptam uma posição sobranceira e uma linguagem agressiva. Foi penoso ouvir Cavaco Silva, em entrevista à RTP, ralhar com todos quantos possam questionar Maastricht. Rompeu as fronteiras do ridículo ao afirmar em tom peremptório que Portugal vai ganhar poder e a Alemanha vai perdê-lo... Ofendeu a inteligência dos portugueses ao fazer afirmações insensatas. Chegou a dizer que a soberania portuguesa não será minimamente afectada pela aplicação do Tratado...

Em Paris, Bonn, Londres, os grandes da Europa estão a reconhecer publicamente o contrário. Porque Maastricht, embora em escalas diferentes, implica restrições óbvias à soberania de todos os Estados membros da União.

O farisaísmo de Cavaco

A Comissão, ou seja, o Colégio de Comissários, que já é o verdadeiro Poder institucional, tende a pôr e dispor, colocando-se acima dos Estados e bem entendido do Conselho de Ministros (teoricamente superior a ela) e do Conselho Europeu. O Conselho de Ministros toma as decisões, mas no exercício da quase totalidade das suas competências apenas actua sob propostas da Comissão. Na prática funciona como órgão tutelado. Como salienta Marie France-Seguín no seu livro, assiste-se a «uma subordinação paradoxal do político ao tecnocrático, do Poder dos Estados aos altos funcionários europeus».

Com as suas 23 direcções-gerais e mais de 13 000 dos 25 000 eurocratas existentes, a Comissão não pára de crescer, como polvo tentacular, insensível à problemática dos inter-

esses nacionais e da identidade cultural dos povos da Comunidade. É farisaico o discurso de Cavaco Silva sobre a independência. A soberania europeia prevalecerá sobre a soberania nacional (mais acentuadamente nos pequenos países) após a ratificação de Maastricht. Daí a necessidade de disposições constitucionais que permitam a transferência de soberania. Essas mudanças decorrem de exigências do Tratado no tocante ao sistema monetário, à política externa, à defesa nacional e a outros domínios.

Soberania golpeada

Um dos capítulos mais ambíguos do Tratado de Maastricht é precisamente aquele em que se definem normas relativas à futura política comum dos Estados membros em áreas tão delicadas como a política externa e a segurança. Uma consulta, mesmo brevíssima, à documentação editada sobre segurança na Europa por organizações como a CSCE, a NATO, o Conselho de Cooperação do Atlântico Norte-COCONA e a União da Europa Ocidental-UEO é suficiente para iluminar a enorme confusão existente. A referência de Maastricht à UEO como pilar da segurança europeia somente contribuiu para aumentar essa confusão em vez de clarificar situações obscuras. O Tratado evita definições claras na área da política externa. Por si só a questão das esferas de acção da NATO e da UEO (e o papel que a cada um cabe desempenhar na Europa) constitui tema revelador do pântano de contradições e indefinições em que assenta a segurança comunitária.

A cimeira de La Rochelle e a decisão nela tomada sobre a constituição do Corpo Franco-Alemão foi suficiente para desencadear uma tempestade política cujas ondas chegaram ao Pentágono. Os EUA intervieram na polémica como se fossem uma potência europeia e a Grã-Bretanha (quinta coluna de Washington na CEE) manifestou ostensivamente a sua desaprovação. Palavras duras foram trocadas entre Paris e Londres e os ministros da Defesa da França e da Alemanha tiveram de responder a perguntas embaraçosas durante a Assembleia da UEO realizada em Paris, no início de Junho. Subjacente a esse debate encontra-se uma questão fulcral cujo debate público é cuidadosamente evitado pelos governos que subscreveram o Tratado de Maastricht: a tutela política e militar que os EUA continuam a exercer sobre os Doze.

Contradições antagónicas

Ao longo das 313 páginas do texto oficial do Tratado de Maastricht a palavra **Nação** não aparece uma só vez. Essa omissão levou Seguin-Marie France Garaud a recordarem no seu livro a famosa frase do general De Gaulle «a Europa não se fará se a não fizerem com os povos, associando-os». E não é esse o objectivo de Maastricht, projecto orientado para uma estrutura federal trituradora, não democrática, vocacionada para reduzir Estados seculares à condição de unidades administrativas esvaziadas de parcela fundamental da soberania real.

Naturalmente, contradições antagónicas explodem por todo o lado. Tão transparentes que a Grã-Bretanha e a França, potências nucleares, podem, utilizando ambiguidades de Maastricht, ter as mãos livres quando agem nas Nações Unidas como membros permanentes do Conselho de Segurança (com o direito de veto), mas acham-se manietadas no âmbito do Conselho de Ministros da CEE e na futura União Europeia por força dos dispositivos relativos a políticas externas e de segurança comuns. É apenas um entre muitos absurdos — aqueles absurdos que Cavaco Silva, de dedo em riste contra os países recalcitrantes da CEE, não quer enxergar.

O termo União Europeia serve no texto de Maastricht — assinala-se — para designar uma entidade diferente da União Económica e Monetária. A futura União, como também lhe chamam abreviadamente, é a colectividade global que substituirá as Comunidades Europeias e surgirá como sua herdeira e continuadora.

Segundo o Tratado, a União respeitará a identidade nacional dos Estados membros. Mas apenas esta. Não assume o compromisso perante a soberania e a independência. Nem poderia fazê-lo, porque as lesa. Ora uma identidade sem soberania faz do Estado que dela prescinde uma construção de fachada, política e juridicamente subalterna. Não é por acaso que na Grã-Bretanha e na Irlanda, a contestação a Maastricht também aumenta. A maré enche...

Portugal e Maastricht

O resultado do referendo dinamarquês enfraqueceu mais a já debilitada posição de François Mitterrand. O seu discurso majestático deixa transparecer um certo desencanto no distanciamento estudado. O Presidente da França sabe que a sua carreira política se aproxima do fim; está preocupado agora com o julgamento da História. A sua sonhada Confederação Europeia morreu no berço. Apoia agora, a contragosto, decisões comunitárias que apontam para um federalismo perigoso que sempre temeu. Mas não tem alternativa. Se o povo francês aprovar a ratificação de Maastricht tentará despedir-se como um vencedor e como o guardião da democracia. Se perdesse, colocaria a máscara da vítima e imitaria De Gaulle. Inventaria o seu Colombey les Deux Eglises. Escapa-lhe, por vaidade, a diferença de dimensão que o separa do herói do **Apelo de 40** aos franceses...

Bem pode Jacques Delors proclamar que «nos países onde há uma crise de identidade nacional o que falta é um discurso forte». A questão não está no discurso. Viu-se na Dinamarca.

A Comissão de Bruxelas já informou que se propõe aumentar em 30% nos próximos cinco anos o orçamento da Comunidade. O que uns aplaudem desagrada a outros. É o caso do Pacote Delors II.

A factura de Maastricht implicará um brutal aumento de impostos nos países mais ricos da Comunidade. Também nesse campo a Comissão passará por cima da soberania dos Estados membros.

Que Europa é, afinal, essa que tanto entusiasma o Primeiro-Ministro Cavaco Silva e o partido do Governo?

Para a esmagadora maioria dos portugueses essa mítica União Europeia não passa de uma abstracção envolta em impenetrável neblina. Poucos conheciam sequer a existência da Maastricht onde D'Artagnan acabou os seus dias. Mas a abstracção avança para uma perigosa realidade concreta.

O país está a ser empurrado para a ratificação de um Tratado cujo cumprimento terá enormes e graves consequências nos terrenos político, económico e social com novos riscos para a soberania e a independência nacional.

A pressa do Governo em impor um Tratado cujo conteúdo e significado o povo avalia muito mal ilumina bem a sua política de ruptura com os interesses nacionais.

Exige-se a ratificação, mas tudo foi feito para impedir o debate nacional sobre o que estava em causa.

A glorificação cavaquista de Maastricht é neste início do Verão um fecho à altura para uma presidência portuguesa da CEE que deixará apenas recordações amargas.

(1) Philippe Séguin, «Discours pour la France», Ed. Grasset, Paris, 1992

(2) Marie France Garaud e Philippe Séguin, «De l'Europe en Général et de la France en Particulier», Ed. «Le Pré aux Clercs», Paris 92

(3) In «Le Monde», Paris, 2.5.92

Vamos ao trabalho

O dia estava periclitante, com o Sol a esconder-se, pingos esporádicos a molhar o terreno, Santo António a ajudar pouco. Do lado de Lisboa, pouca gente desta vez, que as marchas do dia anterior teriam dado para altas horas. Assim, eram de Setúbal a maioria dos camaradas que apareceram a inscrever-se para o trabalho. Antes de molharmos a sopa a aparafusarmos electricidades — devidamente enquadrados por camaradas sabedores do ofício — conversámos com o camarada Vítor Santos, responsável daquele trabalho todo de preparação da Festa. Encontrámo-lo confiante. Fez-nos o balanço da jornada anterior, para destacar que tinham lá trabalhado 76 camaradas — na maioria do distrito de Setúbal —, comparando-a com a respectiva do ano anterior em que apenas tinham comparecido uma dezena. E para sublinhar que este ano o espírito é ainda melhor, no sentido de disponibilidade para as tarefas. As expectativas têm sido ultrapassadas e aparecem mais especialistas — pedreiros, serralheiros, pintores. A mão-de-obra especializada é essencial e continuará a sê-lo. Mas Vítor Santos admite que por vezes também faz falta mais mão-de-obra indiferenciada.



Em cima: a terraplanagem do local onde vai ficar o polidesportivo. A seguir: camaradas inscrevem-se para o trabalho; sanitários em fase de acabamento; na serralharia, os novos portões da Medeira

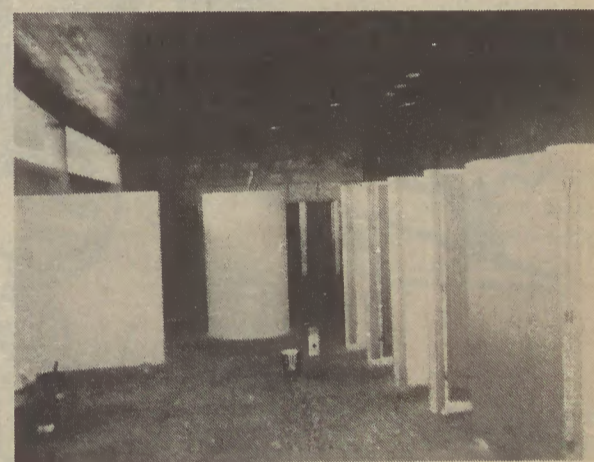
«O espírito é muito bom», repetiu o camarada. «Vem gente de trabalho, que compreende os objectivos deste ano, que são no fundamental melhorar (e muito!) a qualidade, principalmente a nível das infra-estruturas.» Acompanhámo-lo numa volta ao terreno. Espreitámos os sanitários — «Este ano vamos deixá-los já impecáveis no interior» —, inteirámo-nos dos trabalhos de canalização — «Esta vai ficar definitiva» —, visitámos os trabalhos de terraplanagem do polidesportivo, à direita de quem está de frente para o palco principal, uma obra de grande responsabilidade, por

administração directa. Vimos ainda o novo traçado da rua que desce já defronte para o palco, no enfiamento da torre de som. Depois visitámos a serralharia, onde se fabricavam — é o termo — os novos portões, também definitivos, da entrada da Medeira, e onde se soldavam postes de iluminação, resultado de ofertas de antigos postes aproveitados e reparados, como novos. As últimas chuvas reverdeciam agora o terreno, com a relva a crescer por todo o lado, menos por onde ruas e caminhos, já melhorados, delimitam um mapa onde a Festa vai por sua vez organizar-se. As árvores

estão carregadinhas de fruta — damascos, abrunhos, peras —, que quem trabalha vai depenicando. O terreno apetece. Há muito e bom trabalho a fazer, para que a Festa apareça. Vamos a isso!

■ LM

festa Avante!



Tomar a Iniciativa!

Pelo quinto ano consecutivo a Juventude Comunista Portuguesa promove na Cidade da Juventude da Festa do «Avante!» o «Tomar a Iniciativa».

O «Tomar a Iniciativa» assume-se como uma exposição anual em que nos três dias da Festa do «Avante!», se possibilita a convivência de várias opções estéticas e artísticas dos jovens, se permite o contacto de milhares de pessoas com a criatividade e força da juventude portuguesa e onde se procura estimular o aparecimento e a afirmação de novos talentos.



REGULAMENTO

1. O V «Tomar a Iniciativa» é um concurso/exposição de artes plásticas, e terá lugar na Festa do «Avante!», nos dias 4, 5 e 6 de Setembro de 1992 e destina-se a jovens menores de 30 anos.
2. O tema das obras é livre, devendo estar identificadas com título.
3. As dimensões máximas das obras serão 150x200 cm e o peso máximo deverá ser de 50 kg.
4. Todos os concorrentes deverão proceder à entrega dos seus trabalhos até 15 de Agosto, das 11 às 19 horas dos dias úteis, em Lisboa (Rua Sousa Martins, 8 -- 1000 Lisboa -- Telefones 3557349/3557364), no Porto (Rua Barão de S. Cosme, 240 -- 4300 Porto -- Telefone (02) 573030) em Coimbra (Rua António Vasconcelos, 101 -- 3000 Coimbra -- Telefone (039) 34594) ou em Setúbal, Paio Pires (Centro de Trabalho do PCP -- Telefone 2216555).
5. As peças deverão ser identificadas por um pseudónimo e título da obra, devendo ser acompanhadas por um envelope fechado contendo: nome, idade, morada, telefone e pequeno curriculum de cerca de 10 linhas.
6. Um júri procederá à selecção das obras a expor e a premiar, e das suas decisões não haverá recurso.
7. O júri atribuirá três prémios (1º, 2º, 3º) no valor de 80 000\$00, 30 000\$00 e 20 000\$00.
8. O júri reserva-se o direito de não atribuir qualquer dos prémios ou propor a atribuição de menções honrosas.
9. A organização não reserva qualquer percentagem sobre as obras vendidas.
10. Qualquer omissão deste regulamento será resolvida pela organização.

Já comprou a sua

EP?

...e quantas vendeu?



Rosanita Campos, presidente da Confederação das Mulheres do Brasil, em depoimento ao "Avante!"

A Eco/92 é uma agressão aos povos

O Brasil que luta faz ouvir a sua voz



Que problemas?

"Eu acho que nós temos todos e mais alguns", respondeu Rosanita Campos quando lhe perguntámos quais os problemas das mulheres no Brasil actualmente mais sentidos e em cuja resolução a CMB mais se tem empenhado. "É impressionante um país tão rico e tão grande como o nosso, ser tão pobre e ter tantos problemas com nós temos: a miséria, a fome, o desemprego - especialmente o desemprego das mulheres - e o subemprego, que crescem a cada dia... Isso traz consequências graves para a família, para as crianças".

Face a todos estes problemas, "procuramos fazer com que as mulheres compreendam que devem cada vez participar mais e actuar, do ponto de vista político, económico, social, na família".

"Por exemplo", concretiza, "resolvemos lutar por um programa habitacional, visto que o governo federal não tem um programa para a população de baixa renda que, na maioria, é composta por mulheres". É um trabalho que decorre há 4 anos. "Construímos, com trabalho voluntário das mulheres, 3 mil casas, estamos agora em fase de construção de 1800 casas, e em Agosto começamos a construção de mais 1600 casas, com a participação do governo estadual e uma muito pequena participação do governo municipal de São Paulo", contou Rosanita Campos, explicando que "lutamos para conseguir os terrenos e o material de construção, e a família, as mulheres, constroem unidas as suas casas, com as suas próprias mãos". Uma "questão fundamental" é a posse da casa: a propriedade, neste caso, é da mulher.

Por iniciativa da CMB, este programa já se estendeu a outros estados do Brasil, como Paraná e Pernambuco, e está em fase de discussão em Brasília, Minas Gerais e Goiás.

Refere ainda que "com uma participação grande das mulheres trabalhadoras, a CGT brasileira está numa luta muito grande para participar do controlo da previdência social", num momento em que "também no Brasil há a determinação de privatizar a saúde". Nesta área, "não só apoiamos esse trabalho da CGT e das mulheres trabalhadoras, como temos desenvolvido um trabalho grande de prevenção da SIDA, de prevenção de epidemias como a cólera, dengue, lutámos muito para que o Governo brasileiro aceitasse a doação das vacinas cubanas contra a meningite e, posteriormente, fizesse a aquisição de mais lotes de vacinas". A CMB, conta a sua presidente, desenvolve ainda "um trabalho bastante sistemático de formação de agentes comunitárias de saúde, que nos bairros orientam, dentro das suas associações femininas, as mulheres a procurar e a exigir e a cobrar dos serviços de saúde as coisas de que têm necessidade, desde o planeamento familiar, até à atenção médica primária, médico para as crianças, para o marido, para si próprias..."

"A Eco/92 é uma agressão ao povo brasileiro e aos povos de todo o mundo", na opinião de Rosanita Campos, presidente da Confederação das Mulheres do Brasil, que no final de Maio esteve em Portugal com Leila Abreu, secretária-geral da CMB, para participar no 4º Congresso do MDM. Na ocasião, fez ao "Avante!" um depoimento em que, naturalmente, a conferência do Rio de Janeiro é tema central, mas onde se fala também dos problemas que enfrentam as mulheres brasileiras e de como lutam pela sua resolução.

Quanto à conferência do Rio (que viria a decorrer de 4 a 14 de Junho), Rosanita Campos disse que "infelizmente, o circo está montado e nós temos que mostrar que o povo brasileiro não está vendo isso acontecer sem compreender esta situação". Referiu que a CMB iria ter "uma grande participação" no Forum Global, "a reunião das organizações não governamentais que organizaram lá o *Planeta-Fêmea*, que discutem o amanhecer, enfim, as questões mais do interesse de alguns sectores de mulheres, e outras questões que nós conseguimos colocar na agenda: obtivemos sete dias de reuniões, dentro do Forum Global, onde vamos discutir o que os governos vão fazer; conseguimos fazer com que a questão da poluição fosse um tema em debate, tal como a Amazónia, a esterilização das mulheres"...

Para a presidente da Confederação das Mulheres do Brasil, a qualidade da vida na Terra deve ser vista "também do ponto de vista dos homens, das mulheres, das crianças, e não apenas dos animaizinhos", pois "o homem está a dar cabo do homem, e nós queremos um mundo onde o homem não acabe com o homem, um planeta de harmonia entre o homem e a natureza". Mas, alerta, "não vamos cair na publicidade enganosa de certos sectores da burguesia dos países centrais e mesmo dos pequenos países, que fazem do meio ambiente apenas um rótulo de propaganda. Nós queremos preservar a vida, mas a vida de todos - dos homens, das mulheres, das crianças, dos animais, das plantas."

"Para o bem da humanidade, a Amazónia é nossa, e das nossas florestas cuidamos nós", afirmou Rosanita Campos, sublinhando que "não precisamos que o príncipe Charles vá ao Brasil fazer propaganda na tv e dizer que os índios são uma reserva, uma coisa maravilhosa, folclórica, do nosso país, porque disso nós sabemos, não precisamos que ele venha nos dizer".

Esterilização em massa

Um problema "muito sério" que está na ordem do dia da luta das mulheres brasileiras, e que também se relaciona com a Eco/92, é o facto de estar a haver "muitas pressões - o governo americano e o FMI pressionam o governo brasileiro, e o governo pressiona o congresso - para que se vote a lei das patentes".

Para a presidente da CMB, é uma luta entre as potências mais ricas e os países em desenvolvimento: "Eles roubam, levam dos nossos países as matrizes genéticas, e querem vender os produtos acabados feitos com as nossas essências ao preço que lhes interessa. O reconhecimento das patentes é para permitir que isso cresça ainda mais, o que teria consequências graves no sector da saúde, nos medicamentos, na agricultura".

Entende a confederação, como nos disse a sua presidente, que "com a lei das patentes, querem regular, do ponto de vista do interesse dos grupos e das corporações multinacionais, a produção de remédios, de sementes, de alimentos e, em função disso, querem controlar a população. Não há alimentos para todos, porque a produção não é dividida igualmente por todos, não há uma divisão igualitária da riqueza na Terra. Então, é preciso controlar a natalidade, e isso faz-se ou matando todo o povo pobre de epidemias, de fome, de miséria, de falta de esgotos e saneamento básico, ou esterilizando as mulheres para que não tenham tantos filhos, ou as duas coisas, que é o que se faz no Brasil actualmente, com financiamento de várias instituições e organismos internacionais, e com a conivência do governo federal". Mais uma vez refere o príncipe Charles, que é "um dos maiores defensores deste controlo da natalidade no nosso país, inclusive com propaganda na televisão".

"Num país onde a legislação ainda proíbe o aborto, onde não há educação e planeamento familiar, onde a mulher é desrespeitada, querem fazer a esterilização sem que as mulheres tenham conhecimento do que isso seja, do que está acontecendo! É, na verdade, um genocídio!" - comenta Rosanita Campos. A presidente da CMB sublinha que "temos é que criar melhores condições de vida para o nosso povo, informar mais a mulher, dar mais condições para as mulheres participarem e tomar consciência maior da sua condição feminina e fazer opção e planejar a sua família, fazer opção do método contraceptivo que quer usar, sem que ninguém lhe imponha nada".

Frisando que "o Brasil não está parado, o povo brasileiro não assiste de braços cruzados a todas as investidas que o imperialismo e o grande capital fazem sobre o país e que têm a conivência e a cooperação do nosso governo federal", a dirigente da CMB anunciou "belíssimas manifestações de massas para receber esses governantes, como eles bem merecem, com muita gente na rua".

Por iniciativa do centro regional da FDIM (Federação Democrática Internacional de Mulheres) está a decorrer no Brasil, de 16 a 19 de Junho, a 1ª conferência da federação para a América, motivo de congratulação para Rosanita Campos: "Logo depois do encerramento da Eco, vamos ter em São Paulo uma reunião com mulheres de toda a América, desde o Alasca à Patagónia, para discutir uma série de questões relativas à presença e à luta das mulheres em todo o continente, e também as conclusões da conferência do Rio".



A gravidade do problema habitacional levou a CMB a lutar por um programa de apoio à construção de casa própria por mulheres, que começou em São Paulo e se estende agora a outros estados do Brasil (foto do número de Maio de 1992 da revista "Brasil Mulher")

Televisão

Quarta, 17

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia
11.05 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Paragem no Tempo
14.00 Brinca, Brincando
14.35 Com Jeito Val... de Bacamarte à Solta
16.15 Tu Cá, Tu Lá
17.15 Brinca Brincando
17.45 Rua Sésamo
18.15 Riviera
18.45 Roda da Sorte
19.25 Telejornal
20.20 Desenhos Animados
20.25 Meu Bem, Meu Mal
21.20 Vamos Jogar no Totobola
21.35 Entre o Amor e o Medo (ver «Filmes na TV»)
23.45 24 Horas
00.20 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 2020 - Polícias em Acção
12.25 Curso de Alemão
12.35 Circo
12.50 Gerações
13.15 Agora, Escolha!
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha!
15.30 Recreio do 2
16.35 O Caminho das Estrelas
17.45 Clip-Club
18.15 Arte num Mundo para Todos
19.00 Especial Desporto
21.15 Jornal das Nove
21.50 Carlos Cruz: «Quarta-feira»
23.05 TV Artes
23.30 Sinais do Tempo
00.25 Eurocratas a Leste

Quinta, 18

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Passerelle
10.45 Missa do Corpo de Deus
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Férias sem Programa
14.00 Brinca Brincando
14.35 O Milagre de Ann Sullivan (ver «Filmes na TV»)
16.20 Ponto por Ponto
17.05 Brinca Brincando
17.35 Riviera
18.10 Roda da Sorte
18.50 Futebol - Holanda-Alemanha
21.15 Desenhos Animados
21.30 Meu Bem, Meu Mal
22.35 Telejornal
23.20 Chefe, Mas Pouco
23.50 Entre Dois Irmãos
01.50 24 Horas
02.10 Remate
02.30 Fox-Teatro do Imaginário

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Zona de Perigo
12.25 Curso de Francês
12.40 Circo
12.55 Gerações
13.15 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.25 Recreio do 2
17.20 Em Busca de...
17.45 Clip-Club
18.15 Eterno Feminino
19.30 Aventura do Conhecimento
20.00 Música no 2
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.40 Paul Mc'Cartney
22.40 Meia Volta, Volver
23.05 Orfeu (ver «Filmes na TV»)

Sexta, 19

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Brinca Brincando
14.05 Alerta no Mediterrâneo (ver «Filmes na TV»)
16.00 Ponto por Ponto
16.50 Brinca Brincando
17.50 Riviera
18.20 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.15 Desenhos Animados
20.25 Meu Bem, Meu Mal
21.35 Amar sem Amor (ver «Filmes na TV»)
23.50 Mamma Mia
00.20 24 Horas
00.55 Remate
01.25 A Maldita, o Gato e a Morte (ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Zorro
12.30 Curso de Inglês
12.40 Circo
12.50 Gerações
13.20 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.25 Recreio do 2
17.05 Burlescos
17.20 Grandes Desastres
17.45 Clip-Club
18.20 Eterno Feminino
19.30 Magazine de Turismo
20.00 Como Nasce um Herói
21.00 Jornal das Nove
21.40 Contos de Nadine Gordimer
22.40 Riacho Doce
00.20 Rotações
01.15 Schultz & Schultz

Sábado, 20

Canal 1

08.00 À Mão de Semear
08.25 Canal Jovem
13.00 Encontro à Uma
13.55 Esfera Ki
14.20 Marés Vivas
15.10 Whitney Houston
16.00 O Sonho Americano (ver «Filmes na TV»)
17.50 Anel de Fogo
18.45 Hercule Poirot
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.20 Desenhos Animados
21.35 Casa Cheia
22.20 Araponga
23.05 Uma Aventura na Estrada (ver «Filmes na TV»)
00.45 Contradições

Canal 2

09.00 Universidade Aberta
11.35 Forum Musical (I)
12.00 Primeiro Jornal
12.10 Forum Musical (II)
13.10 Agarra o 2
14.15 A Quimera do Riso (ver «Filmes na TV»)
16.00 Estádio (I)
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.05 Arca de Noé
19.45 Outras Músicas
21.00 Estádio (II)
23.30 Riacho Doce
01.10 As Teias da Lei

Domingo, 21

Canal 1

08.00 Canal Jovem
11.35 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.15 O Clube dos Seis
13.45 Viagem ao Mundo da National Geographic
14.30 Top +
15.40 O Comandante Robin Crusoe (ver «Filmes na TV»)
17.35 ET - Entretenimento Total

18.50 Futebol (Meia-Final do Campeonato da Europa)
21.30 Araponga
23.00 Jornal de Domingo
23.50 Domingo Desportivo
00.20 Conversa Afiada
01.25 No Calor da Noite

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 S.O.S. Terra
10.50 Regiões Magazine
12.00 Agarra o 2
13.05 Anarquistas Graças a Deus
14.00 Troféu
18.30 Jazz
19.15 Europa, essa Grande Nação
20.10 Palavra Puxa Palavra
21.00 Nós Dois
21.35 Artes e Letras
22.30 O Homem das Flores (ver «Filmes na TV»)
24.00 Tauromaquia

Segunda, 22

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.05 Bom Dia
11.05 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Deixem-nos Viver
14.00 Brinca Brincando
14.35 O Cowboy de Aço (ver «Filmes na TV»)
16.05 Ponto por Ponto
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.40 A Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.25 Meu Bem, Meu Mal
21.30 O Preço Certo
23.00 Spearfield's Daughter
24.00 24 Horas
00.35 Remate
01.00 A Nossa História (ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 O Homem da Carabina
12.25 Curso de Francês
12.40 A Porta
12.55 Gerações
13.15 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
16.40 As Aventuras de Black Beauty
16.50 Moda Top
17.50 Clip-Club
18.20 Eterno Feminino
19.00 Futebol (Meia-final do Campeonato da Europa)
21.20 Jornal das Nove
22.10 Acerto de Contas
23.10 Teatro

Terça, 23

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia
11.05 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 O Futuro
14.00 Brinca Brincando
14.35 Águia de Ferro II (ver «Filmes na TV»)
16.15 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.10 Riviera
19.30 Telejornal
20.25 Meu Bem, Meu Mal
21.30 Chantagem em Nápoles
23.00 Primeira Página
00.30 24 Horas
01.05 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.05 Zona de Perigo
12.20 Curso de Francês
12.55 Gerações
13.15 Agora Escolha! (I)

14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
17.00 O Livro dos Recordes
17.30 Tribunal de Júri
17.50 Clip Club
18.30 Eterno Feminino
19.30 Cinemazine
20.00 A Caminho de Barcelona
21.00 Jornal das Nove
21.35 1000 Imagens
22.15 As Honras da Guerra (ver «Filmes na TV»)
23.40 Pop Off

Quarta, 24

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo

O Milagre de Anne Sullivan
«The Miracle Worker» (EUA/1962). Realização de Arthur Penn. Interpretação de Anne Bancroft, Patty Duke, Victor Jory, Inga Swenson, Andrew Prine, Kathleen Comegys. P/B, 104 minutos.

Embora o realizador Arthur Penn coloque reservas à adaptação, segundo ele demasiado «literal», da homónima peça de teatro para o cinema (feita, aliás, pelo próprio autor teatral), sem dúvida que estamos perante um belo e intenso filme que retrata um caso verídico e célebre: o despertar para a vida em sociedade de uma jovem cega, surda e muda (Hellen Keller), através dos métodos, por vezes severos mas eficazes, de uma antiga aluna de uma escola de cegos de Boston (Anne Sullivan). História de persistência e compreensão humana, este filme tem duas excelentes interpretações de Patty Duke e Anne Bancroft, que lhes valeram dois Oscars.

Quinta, 14.10, Canal 1

Orfeu

«Orphée» (Fr./1950). Realização de Jean Cocteau. Interpretação de Jean Marais, François Périer, Maria Casarés, Marie Déa, Jacques Varennes, Pierre Bertin, Juliette Gréco. P/B, 88 minutos.

«É um filme que encena cinematograficamente aquilo que é mais verdadeiro do que o verdadeiro, esse realismo superior, essa verdade que Goethe opõe à realidade, e que são a grande conquista dos poetas da nossa época...». Assim reflecte Cocteau, esse outro grande poeta, sobre o filme cujo argumento ele próprio modernamente transpôs (primeiramente para o teatro) do famoso mito grego de Orfeu, criando um impressionante e arrebatador poema cinematográfico, maravilhosamente fotografado e servido por um magnífico elenco, em que se destacam Jean Marais, François Périer e, sobretudo, essa grande atriz que foi Maria Casarés. Altamente enriquecedora é, ainda, a partitura do compositor francês George Auric. A seguir a «A Bela e o Monstro», também de Cocteau, transmitido na semana passada, e em flagrante contraste com o primarismo de algum cinema para o qual (à sombra de louros conquistados) a RTP perigosamente parece por vezes querer deslizar, esta é uma indispensável e inesquecível noite de grande cinema.

Quinta, 23.05, Canal 2

Alerta no Mediterrâneo

«Alerte en Méditerranée» (Fr./1938). Realização de Leo Joannon. Interpretação de Pierre Fresnay, Kim Peacock, Rolf Wanka, Nadine Vogel, Aimos Ardisson. P/B, 90 minutos.

10.00 Bom Dia
11.05 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Paragem no Tempo
14.00 Brinca, Brincando
14.35 Eles no Colégio (ver «Filmes na TV»)
16.15 Tu Cá, Tu Lá
17.15 Brinca Brincando
17.45 Rua Sésamo
18.15 Riviera
18.45 Roda da Sorte
19.25 Telejornal
20.20 Desenhos Animados
20.25 Meu Bem, Meu Mal
21.20 Vamos Jogar no Totobola
21.45 Micki e Maude (ver «Filmes na TV»)
23.45 24 Horas
00.20 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 2020 - Polícias em Acção
12.25 Curso de Inglês
12.35 Ao Ar Livre
12.50 Gerações
13.15 Agora, Escolha!
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha!
15.30 Recreio do 2
16.30 A Guerra das Estrelas
17.30 Mulheres no Mundo
18.00 Clip-Club
18.20 Eterno Feminino
19.30 Aventura do Conhecimento
20.00 O Homem e a Música
21.00 Jornal das Nove
21.35 Carlos Cruz: «Quarta-feira»
22.30 Eurocratas a Leste

Filmes na TV



Jean Marais e o fabuloso jogo dos espelhos em «Orfeu», de Jean Cocteau

«Alerta no Mediterrâneo» é uma louvável tentativa de cinema pacifista realizado em vésperas da II Guerra Mundial, já que retrata o risco de involuntário incidente provocado por um barco de passageiros, inicialmente tomado por suspeito, que é surpreendido navegando por entre as frotas que cruzam o Mediterrâneo em manobras e, afinal, é salvo por um *destroyer* que ajuda os seus passageiros perante a ameaça de libertação de um gás mortal. O simbolismo deste filme reside na colaboração que é estabelecida, neste empreendimento, pelos comandantes franceses, alemães e britânicos.

Sexta, 14.35, Canal 1

Amar sem Amor

«The Happy Ending» (EUA/1969). Realização de Richard Brooks. Interpretação de Jean Simmons, John Forsythe, Shirley Jones, Lloyd Bridges, Teresa Wright, Dick Shawn. Cor, 112 minutos.

Filme de início suficientemente intrigante sobre os problemas da vida em comum de um casal dos anos 60, enreda-se, depois, pelos percursos de algum modo mal articulados e não completamente bem definidos do afastamento da mulher do marido e da família na busca de um caminho próprio. Em todo o caso, um filme interessante, embora alguns furos abaixo de algumas das grandes obras que Richard Brooks realizou ao longo da sua brilhante carreira. Excelente música, como é habitual, do francês Michel Legrand.

Sexta, 21.35, Canal 1

A Maldita, o Gato Preto e a Morte

«Tales of Terror» (EUA/1962). Realização de Roger Corman. Interpretação de Vincent Price, Peter Lorre, Basil Rathbone, Debra Paget, Maggie Pierce. Cor, 85 minutos.

Vincent Price, Peter Lorre, Basil Rathbone, sob a direcção de um dos grandes artífices do «género», são certamente argumentos mais do que aliciantes para os fanáticos do humor negro e do «terror» no cinema. «A Maldita, o Gato Preto e a Morte» é, ainda por cima, a adaptação em três partes de Richard Matheson a partir de quatro contos de um mestre da literatura fantástica, como Edgar Allen Poe, porventura sacrificada, na alteração dos efeitos da cor e no «pan & scan» do formato Panavision, na sua passagem pelo pequeno *écran*.

Sexta, 01.25, Canal 1

A Quimera do Riso

«Sullivan's Travels», (EUA/1941). Realização de Preston Sturges. Interpretação de Joel McCrea, Veronika Lake, Robert Warwick, William Demarest, Franklin Pangborn, Porter Hall. P/B, 87 minutos.

Considerado um clássico do cinema americano da época, este filme vai ser, seguramente, uma interessante surpresa para esta tarde de Sábado. Transitando do «género» da mais desbragada comédia para o do mais profundo melodrama de temática social, esta história apresenta-se ainda marcada pela saída da crise capitalista dos anos 30 e pelo «New Deal»: um famoso realizador de «serials» e comédias musicais decide, por uma vez, fazer «cinema sério», para tal experimentando mergulhar no mundo profundo da vagabundagem e pesquisar os dramas dos explorados, com as mais imprevisíveis consequências. Bem escrito e melhor realizado por um prestigiadíssimo nome do cinema americano, «A Quimera do Riso» tem ainda a virtude de constituir uma reflexão crítica sobre essa «fábrica dos sonhos» que foi Hollywood, alternando entre o tom realista de denúncia do quotidiano e o tom de escape dessa mesma realidade que, nos seus melhores exemplos, esse cinema sempre conseguiu abarcar com incontornável eficácia; e tem a servi-lo dois intérpretes no «pico» da sua

forma - Joel McCrea e Veronika Lake. A não perder.

Sábado, 14.15, Canal 2

O Sonho Americano
«American Dreamer» (EUA/1984). Realização de Rick Rosenthal. Interpretação de Jobeth Williams, Tom Conti, Giancarlo Giannini, Coral Browne, James Staley, C. B. Barner. Cor, 100 minutos.

Uma dona de casa americana, que ganha uma viagem a Paris, vê-se envolvida, por fortuitas circunstâncias, numa história de «suspense» e aventura em que a sua imaginação a leva a ver-se na pele de heróina dos seus romances preferidos, o que dá lugar a situações equívocas e movimentadas. Uma ideia potencialmente interessante que, segundo as referências, falha redondamente, em virtude de crassos erros de distribuição de actores.

Sábado, 16.00, Canal 1

Uma Aventura na Estrada
«Return to Macon County» (EUA/1975). Realização de Richard Compton. Interpretação de Nick Nolte, Don Johnson, Robin Mattison, Robert Viharo, Eugene Daniels, Matt Greene. Cor, 86 minutos.

Estreia de Nick Nolte no cinema, este pretensioso «filme de acção» mais não é do que um cardápio desconexo e de mau gosto de cenas de violência, crime e sexo, encarnadas por dois jovens vagabundos à aventura pela estrada. Mais um exemplo de um certo estilo de programação cinematográfica ao nível de «clube de vídeo de bairro» com que, por vezes, a RTP parece querer entrar em concorrência. Vá lá saber-se porquê...

Sábado, 23.05, Canal 1

O Comandante Robin Crusoe
«Lt. Robin Crusoe, U.S.N.» (EUA/1966). Realização de Byron Paul. Interpretação de Dick Van Dyke, Nancy Kwan, Akim Tamiroff, Arthur Malet, Tyler McVey, P. L. Renouet, Peter Duryea. Cor, 110 minutos.

Puro objecto de entretenimento, sem nada de meritório a recomendá-lo, o filme conta a história de um moderno «Robinson Crusoe», um piloto-aviador que salta de emergência em pleno Pacífico, acabando por ir parar a uma ilha deserta e diversificando as suas atenções e aventuras por entre um chimpanzé e um grupo de belas nativas. Nancy Kwan e Akim Tamiroff dão, como é habitual, o tom exótico ao filme...

Domingo, 15.40, Canal 1

O Homem das Flores
«Man of Flowers» (Austrália/1983). Realização de Paul Cox. Interpretação de Norman Kaye, Alyson Best, Chris Haywood, Sarah Walker, Julia Blake, Bob Ellis, Cor, 88 minutos.

Cineasta holandês radicado na Austrália, Paul Cox viu este seu filme seleccionado para o Festival de Cannes e premiado pelo Júri do Festival de Chicago e, ainda, ser galardoado com o Grande Prémio de Ficção do Festival da Figueira da Foz. É a história de solidão de um homem solteiro, sofrendo de grande fixação materna, e que contrata por 100 dólares por semana um modelo para se despir diante ele. «Comédia negra» com uma história de assassinio pelo meio, este filme, não distribuído comercialmente entre nós, é objecto de alguma parçimónia das referências, em nítido contraste com o visível êxito alcançado no sofisticado ambiente dos festivais.

Domingo, 22.30, Canal 2

Classificação de ★ a ★★★★★

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A A Mão que Embeala o Berço	★★	—	★★★
B Até ao Fim do Mundo	★★	—	★★
C Aqui d'El Rei	★★★	—	★★★
D Desejos Finais	★★	—	★★★
E Mentem que Brilham	—	—	★★★★
F Os Últimos Dias do Paraíso	★★	—	★★

O Cowboy de Aço
«Steel Cowboy» (EUA/1978). Realização de Harvey Laidman. Interpretação de James Brolin, Rip Torn, Strother Martin, Jennifer Warren, Melanie Griffith, Julie Cobb. Cor, 100 minutos.

Segunda, 14.35, Canal 1

A Nossa História
«Notre Histoire» (Fr./1984). Realização de Bertrand Blier. Interpretação de Alain Delon, Nathalie Baye, Michel Galabru, Sabine Haudepin, Jean-François Stevenerin, Gérard Darmon, Ginette Garcin. Cor, 110 minutos.

Terceira de uma série de quatro (!) películas francesas programadas para esta semana, este filme de ressonâncias «vanguardistas» foi um enorme insucesso de bilheteira, talvez porque (não conseguindo definir-se perante o público) constantemente alterna entre o tom de irónica paródia ao «romance de cordel» e o tom próximo do absurdo do «cinema fantástico». História de solidões e paixões, servida por brilhantes diálogos, constitui, ainda, a revelação de uma surpreendentemente grande interpretação de Alain Delon.

Segunda, 01.00, Canal 1

Águia de Ferro II
«Iron Eagle II» (Can/Israel/1989). Realização de Sidney Furie. Interpretação de Louis Gossett, Jr., Mark Humphrey, Stuart Margolin, Alan Scarfe, Sharon H. Brandon, Maury Charykin. Cor, 105 minutos.

Como o título indica, trata-se da sequência de um filme anterior, datado de 1986, em que um adolescente roubava um F-16 para salvar o pai do sequestro e prisão, alguns no Médio Oriente. Tão idiota e cheio de atropelos à ética como o primeiro, este segundo filme apresenta o mesmo «herói» a contratar um piloto para colaborar com uns «soviéticos» numa missão secreta no mesmo Médio Oriente. Para esquecer.

Terça, 14.35, Canal 1

As Honras da Guerra
«Les Honneurs de la Guerre» (Fr./1960). Realização de Jean Dewever. Interpretação de Pierre Collet, Danielle Godet, Serge Davri, Paul Mercey, Henri Maik. P/B, 85 minutos.

Segundo Bertan-Maghit, este filme destoa nitidamente da produção cinematográfica vigente nos

«anos De Gaulle», não sendo de admirar que a censura oficial francesa tenha retardado por dois anos a estreia comercial deste filme incómodo, porque profundamente pacifista e humanista, em que uma coluna alemã em retirada perto de Nanteuil perante o avanço dos aliados, em Agosto de 1944, é confrontada com os combatentes da Resistência francesa. Após um momento inicial em que os adversários se estudam, sem intenções belicistas, a vila precipita-se, de novo, nos horrores sangrentos da guerra, porque um capitão se junta às tropas recusando a render-se.

Terça, 22.10, Canal 2

Eles no Colégio
«That's My Boy» (EUA/1951). Realização de Hal Walker. Interpretação de Dean Martin, Jerry Lewis, Marion Marshall, Eddie Mayhoff, Ruth Hussey, Polly Bergen, John McIntire. Cor, 98 minutos.

Partindo de uma ideia transformada mais tarde em série de televisão, este filme que à época da estreia (os anos de popularidade da dupla Martin-Lewis) alcançou

grande êxito não é, de forma alguma, dos mais assinaláveis exemplos da arte de comicidade de Jerry Lewis. Aqui, ele faz o papel de filho de uma antiga estrela do futebol americano que quer que o seu rapaz lhe siga as pisadas, contratando, para isso, um treinador. Alguns sorrisos, mas demasiado disparte...

Quarta, 14.35, Canal 1

Mick e Maude
«Micki & Maude» (EUA/1984). Realização de Blake Edwards. Interpretação de Dudley Moore, Amy Irving, Ann Reinking, Richard Mulligan, George Gaynes. Cor, 118 minutos.

Este filme de Blake Edwards (ultimamente visitando amiúde a RTP) conta a história de um homem que se vê em apuros ao ter de contar com a mulher e a amante, ambas grávidas! Realizado à maneira das velhas farsas de Hollywood, o filme perde pelo meio, entretanto, algum fôlego, mas é valorizado por um trio de excelentes intérpretes principais.

Quarta, 21.45, Canal 1

Cinema

PALAVRAS CRUZADAS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1														
2														
3														
4														
5														
6														
7														
8														
9														
10														
11														
12														
13														

Horizontais: 1 — Palácios dos reis mouros em Toledo, Córdova, Segóvia e Sevilha; notável escritor poeta, dramaturgo e político português do séc. XIX. 2 — Canal artificial entre o mar Vermelho e o Mediterrâneo; pingos; lavar. 3 — Afirmativa; criadores; bolo de farinha de arroz e azeite de coco asiático. 4 — Estás; soberanos germânicos; encontra-se; Astatino (simb.); 5 — Abafo das mulheres do povo; pedido de socorro no mar; interj. de satisfação. 6 — Pertencem-lhes; serviço público (abrev.); comparece. 7 — Santo; ligara; suspiros. 8 — Antiga possessão portuguesa na Índia; Gálio (simb.); dinheiro italiano. 9 — Porção de víveres calculada para uma refeição diária; rio da Suíça; título nobiliárquico. 10 — Art. espanhol; magnete; título dos descendentes de Mafoma; cromo (simb.); 11 — Cont. de pron.; dinastia árabe fundadora dessa dinastia em Córdova; grande quantidade. 12 — Espaço de tempo; substância resinosa e aromática com a consistência de cera; combate. 13 — Dera asilo; narra.

Verticais: 1 — Sem sexo; grade de ferro para assar sobre as brasas. 2 — Rainha de Portugal esposa de D. João IV; solhos. 3 — Uma centena; filho de Abraão e de Sara; estão em Paris. 4 — Gume; líquido gorduroso; nesse lugar; art. árabe; 5 — Ímpio; rebento. 6 — Chuva; transpira; estar apaixonado. 7 — Rasgados; encoraja. 8 — Porco; azeitona; começo de abertura. 9 — Locais de embarque e desembarque de passageiros; tornar a dar. 10 — Campeões; cloreto de sódio; ensejo. 11 — Pare; ave pernaltada adorada pelos egípcios. 12 — Batráquio; alumínio (simb.); sulcar a terra; decifra. 13 — Pertencia; despachar; agradecer. 14 — Cobriras; socorre. 15 — Cuidei; ou são novas ou vedras.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

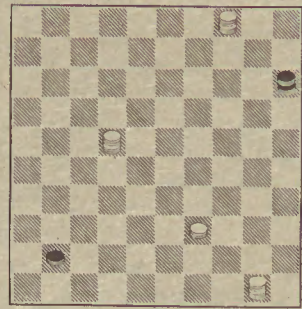
Horizontais: 1 — Abel; Caim; irmão. 2 — Com; parrana; gim. 3 — Em; pede; io; si. 4 — Boné; os; Dom. 5 — Aro; além; férias. 6 — Mula; Adem; inato. 7 — Mira; ilé; ee. 8 — Nova; atentara. 9 — Era; acotiares. 10 — Rena; an; Ois. 11 — Ta; Rita; In; VI. 12 — Obi; sádicos; les. 13 — Nado; ralé; exame.

Verticais: 1 — Acenam; Newton. 2 — Bom; rumor; aba. 3 — Em; Boli- var; id. 4 — Pó; ara; Er.. 5 — Pena; anis. 6 — Cadela; acatar. 7 — Are; edito; Ada. 8 — Ir; omeleta; il. 9 — Mais; meninice. 10 — Nô; Ota; no. 11 — Ia; dei; aro; se. 12 — Tornareis. 13 — Mg.; mia; ais; lá. 14 — Ais; até; vem. 15 — Omissões; bise.

DAMAS

CCCLX - 18 de Junho de 1992
Proposição N.º 1992D049
Por: S. KOWALEW — URSS, 1963

Pr.: [2]: (15)-41
Br.: [4]: (4)-(22)-39-(50)

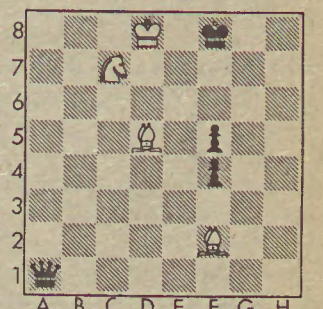


Branças jogam e ganham

XADREZ

CCCLX - 18 de Junho de 1992
Proposição N.º 1992X049
Por: HENRI RINCK
5.º Prémio Wiener Schachzeitung, 1912

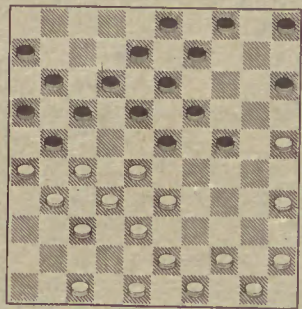
Pr.: [4]: Ps.f4, f5 - Da1-Rf8
Br.: [4]: Cf7 - Bs.d5, f2-Rd8



Branças jogam e ganham

Proposição N.º 1992D050
Por: MARIUS FABRE — França, 1930

Pr.: [17]: 3-4-5-6-8-9-11-12-13-15-16-17-18-19-21-23-24
Br.: [17]: 25-26-27-28-31-32-33-35-37-38-43-44-45-47-48-49-50



Branças jogam e ganham [10 T]

SOLUÇÕES DO N.º CCCLX

N.º 1992D049 [S. K.]: 1. 22-36! (41-47-D); 2. 39-33!! (47X29); 3. 4-10, (15X4); 4. 50-22+.
Se: 2. (15X42); 3. 36-41 e+.
Se: 1. (41-46); 2. 36-47 (46-5*); 3. 4-10, (5X44); 4. 50X33 e+.
Se: 1. (15-47); 2. 39-33 e+.
N.º 1992D050 [M.F.]: 1. 35-30, (24X35); 2. 33-29 (23X34); 3. 25-20, (15X24); 4. 28-22, (17X28); 5. 32X14, (21X41); 6. 47X36, (9X20); 7. 44-40, 1, (35X44); 8. 50X19 (13X24), 9. 26-21, (16X27); 10. 31X2+.

A. de M.M.

SOLUÇÕES DO N.º CCCLX

N.º 1992X049 [H. R.]: 1. Bd4, Da5; 2. Bb3, f3; 3. Rd7, f2; 4. Cc6+, Rg8; 5. Cg5+e+g
Se: 3. Db4/a3; 4. Bc5+g.
Se: 4. Rf7; 5. Cf4+g.
N.º 1992X050 [A. W.]: 1. Ta8+, Rb3; 2. Tb8+, Ra4; 3. Tb1, Ra3; 4. d(e/f)1, Rb3; 5. Tc1, Ra3; 6. Tb1, Ra4; 7. Ra2 Ra5; 8. Ra3, Ra6; 9. Ra4, Ra7; 10. Rb5! (Ra5, D:g2!); Rb7; 11. Tc1, Ra7; 12. Rg7, Rb8; 13. Ta1 e.g.

A. de M.M.

Tempo



Hoje e amanhã vai manter-se a instabilidade em todo o território, prevêm os especialistas do INMG.

ÚLTIMAS

a talhe de FOICE

Reaccionário

Durante algum tempo foi possível que o País (ou pelo menos alguns dos seus habitantes mais crédulos) vivesse na ilusão de que o acto censório do Governo contra o livro de José Saramago «O Evangelho Segundo Jesus Cristo» fora uma monstruosa gaffe de um obscuro secretário de Estado de duvidosos dotes políticos, culturais ou outros.

Insinuou-se que o sr. secretário de Estado Santana Lopes estava muito agastado com o seu sub, anunciou-se que a demissão estava quase quase, que dentro do Governo havia desagradados profundos - etc. O tempo foi correndo.

O sr. Lara lá está e, conforme disse e foi animado a fazer, não considera nem de perto nem de longe que tenha cometido qualquer gaffe.

Mas os últimos dias proporcionaram-nos mais esclarecimentos sobre o assunto.

Num restaurante de Cascais, duas centenas de sobreviventes dos Familiares do Santo Ofício rodearam carinhosamente o sr. Lara para lhe manifestarem o apreço pelo disparate. Num assomo entre o caceteiro, bem ao estilo do miguelismo que parece ter herdado, e de agro-pecuária de que por vezes se reclama, o sr. Duarte Pio afirmou, elegante, que o livro em causa «é uma merda». Faltou D. Carlota Joaquina para aplaudir, embora tenha havido aplausos. O sr. Lara, claro, repetiu-se.

Pese a irrelevância dos duzentos convivas, o jantarinho seria só por si significativo da persistência em Portugal de uma direita obscurantista até à brutal eliminação do que considera atentar contra os seus interesses e padrões. Limitasse-se contudo a coisa aos tais duzentos convivas e não haveria motivos para preocupações: duzentos contra as várias dezenas de milhar (pelo menos!) que leram o livro dá uma perspectiva tranquilizadora.

Mas o pior estava para vir. O primeiro-ministro deste país, o professor Cavaco, enviou um telegrama de felicitações ao dr. Lara lá para o restaurante!

Ou seja: não se trata coisa nenhuma de uma gaffe, trata-se de uma posição de governo, uma opinião e uma acção pela qual deve ser responsabilizado todo o executivo em geral e o seu primeiro-ministro em particular.

Mas houve mais.

Os jornais vieram relatar a enternecedora entrevista que umas meninas de Boliquireme fizeram ao dr. Cavaco. Ficou assim a saber-se que o dr. Cavaco nem sequer lera o livro eixo de toda esta polémica! Aliás, tal como sucede com o sr. Lara. Mas, levado talvez pela intimidade de estar a falar para jovens conterrâneas, o dr. Cavaco produziu afirmações espantosas.

Ficámos a saber que não só não leu o «Evangelho Segundo Jesus Cristo», como não leu qualquer outro livro do seu autor, como não o fez por o considerar aborrecido.

Este problema do aborrecimento constitui aliás, na sua formação intelectual um conceito estético-literário básico, uma vez que o dr. Cavaco ensinou às jovens estudantes que o escutavam que ele, homem de responsabilidades na política do País, não lê nada que o aborreça, o que lê é para se divertir e se, ao fim de umas dezenas de páginas, o livro ainda não o divertiu, o manda para as alfurjas do esquecimento.

Já se sabia que o professor Cavaco não possuía exactamente o perfil de uma inteligência culta e de uma sensibilidade educada. Fica agora a saber-se que jamais o terá.

O professor Cavaco enjeita os livros que lhe levantem interrogações, que insinuem problemas e erros, que lhe abram novas perspectivas, que lhe façam sentir a paixão e o incómodo do novo, o entusiasmo da revelação, o labor de rever ideias e as confrontar com novas apostas e horizontes. O professor Cavaco quer é divertir-se - não aprender. O professor Cavaco só lê aquilo que recorrentemente poderia ter sido escrito por ele próprio e constitua um espelho do aseu mundozinho. O professor Cavaco acha que já sabe tudo e o que não sabe é uma chatice. O professor Cavaco vive muito bem assim e acha que os outros deviam fazer da mesma forma. Se não fazem, uma proibição aqui e ali até virá seguramente a propósito. Resumindo: o professor Cavaco é, pura e simplesmente, na mais exacta e sombria acepção do termo - um reaccionário.

■ RC

Sérgio Ribeiro ao «Avante!»

Nova composição do Parlamento Europeu favorece os grandes países

A recente resolução aprovada pelo Parlamento Europeu, sobre o chamado «processo eleitoral uniforme» e o sistema de repartição de deputados daquele órgão da Comunidade Europeia, veio desmentir a apregoada teoria cavaquista de que «Portugal manda mais e recebe mais» na Europa dos Doze, relativamente aos maiores. Segundo Cavaco, a Alemanha e a França, além de «pagarem», mandam menos... O certo é que a resolução do PE acentuou as desigualdades da representação parlamentar. Os mais pequenos, como sempre, foram os mais desfavorecidos...

Pedimos a Sérgio Ribeiro, eurodeputado do PCP, um comentário sobre a nova repartição do número de deputados ao Parlamento Europeu. Começou por revelar que todos os deputados portugueses votaram contra a resolução.

«A nova composição do PE, com os seus 12 Estados membros, aumenta o número de deputados de 518 para 567. Neste aumento de 49 lugares, os pequenos países obtêm apenas mais um lugar, enquanto a Alemanha vê a sua representação aumentada de 18 deputados, tendo em conta a integração da ex-RDA, e os outros grandes obtêm mais 6 lugares cada, como é o caso da França, Itália e Reino Unido.

«Tudo isto se vai reflectir depois ao nível das outras instâncias, no Conselho e na Co-

missão», adianta ainda Sérgio Ribeiro. «E se desta vez aumentamos apenas um lugar em 49, a desigualdade vai acentuar-se na perspectiva do alargamento a mais seis estados membros. Os estados que já pediram a adesão receberão em conjunto 85 lugares. O que quer dizer que, se Portugal tem 24 deputados nos actuais 518, vai passar a ter 25 — apenas mais um — quando o total for de 652. É fazer as contas!

«Os deputados portugueses tomaram uma posição unânime ao votarem contra, independentemente dos partidos a que pertencem.»

Pressão inaceitável

Veio à conversa, como não podia deixar de ser, a diferença

de atitudes quanto ao «não» do referendo dinamarquês, com Cavaco Silva a colocar a hipótese da exclusão da Dinamarca e Delors manifestando preocupação com a situação criada. Sérgio Ribeiro comentou:

«Só falseando completamente a questão se pode falar em exclusão da Dinamarca como resultado desse referendo. A Dinamarca não votou o Tratado de Roma, que é o único em vigor. Trata-se de uma forma de pressão totalmente inaceitável.

«Os Doze têm um Tratado assinado, cuja revisão foi proposta em Maastricht, com processo de ratificação. Só a Dinamarca até hoje votou esse processo. E disse não. Como é possível que, de uma proposta de revisão de um tratado, decorra a saída de um Estado que o assinou e que ainda está em vigor?

«O certo é que», continuou Sérgio Ribeiro, «estão a insistir nessa tecla. Ainda na passada quinta-feira, Carvalho Cardoso, num encontro com jovens, lhes afirmou que o não da Dinamarca correspondia a uma não integração. Ora é necessá-

rio dar ao não dinamarquês o seu significado perfeito — o que resulta do Artigo R do Tratado de Maastricht é que não pode haver revisão do anterior Tratado sem unanimidade. Se a ratificação não for unânime mantém-se o acordo anterior.

«Isto não quer dizer que se não vá procurar, e mesmo encontrar, artifícios para resolver a situação criada.

«Mas», sublinhou o eurodeputado, «o que está em vigor é o Tratado de Roma, de 1957. E um acordo que hoje não está em condições de ser ratificado...»

«Ainda nesta sessão, foi evidente a preocupação de Delors, com a perfeita assumpção desta situação, enquanto que, da parte do Conselho, de presidência portuguesa, a posição é muito menos flexível, na linha que Cavaco havia transmitido aos portugueses, embora de forma não tão falseadora da situação de facto.

«O discurso de Delors, claramente perturbado no plenário, referiu-se ao Tratado de Maastricht como sendo um documento que terá de ser reescrito, para que as pessoas percebam o que lá está.»

Desemprego juvenil aumenta em Lisboa — afirma distrital da JCP

A Juventude Comunista Portuguesa teve como principal preocupação na sua intervenção, nos últimos dois meses, a procura de um conhecimento mais preciso da situação real dos jovens trabalhadores no distrito de Lisboa, através da «Campanha Nacional da JCP sobre os Direitos dos Jovens Trabalhadores», que decorreu sob o lema «Direito não Defendido é Direito Perdido».

Um comunicado da Comissão Distrital de Lisboa da JCP afirma que «o desemprego, sendo uma evidência vivida por milhares de jovens, assume hoje uma dimensão muito mais vasta que aquela que referem os números oficiais das diferentes entidades.

Existindo jovens que se encontram à procura do primeiro emprego há anos (considerando que estes podem ter participado em programas ocupacionais até mais que uma vez) existem ainda milhares que por via da cessação dos contratos a prazo, por via do encerramento de empresas, por via da nova legislação da Função Pública se encontram desempregados de facto em vários períodos de tempo. Não sendo considerados pelo Governo como desempregados existe um número elevado de jovens inscritos como «empresários em nome individual» (com os recibos verdes) e não são contemplados como desempregados de facto em permanência e os outros não são na globalidade, nem perto disso, empregados, mas na prática muitos deles são desempregados a tempo inteiro, mas desempregados por períodos indiferenciados de tempo.

A Juventude Comunista Portuguesa entende que o desemprego e a precariedade do emprego são os principais problemas com que se debatem os jovens trabalhadores no nosso distrito. Os jovens trabalhadores enfrentam hoje uma situação em que os poderes estão nas mãos do patronato, este pode fazer e desfazer com a cobertura deste Governo. No entanto, os jovens gozam de direitos consagrados na Constituição, na Lei Geral do Trabalho, mas existem sectores onde direitos adquiridos não são parcialmente ou globalmente praticados pelo patronato.

O salário mínimo em múltiplos casos não é praticado, existem casos de jovens que não têm direito a subsídio de férias e ou de Natal, não descontam para a Segurança Social, não lhes é aplicado o Estatuto de Trabalhador Estudante.

O quadro é complexo, a fiscalização é pouca e a vontade política deste governo é nenhuma, aliás bem expressa nas recentes propostas do projecto-lei do partido do governo sobre a Lei da Greve. Projecto que visa no essencial limitar os direitos dos trabalhadores. Pena é que esta rapidez com que despacham os interesses do capital, não o façam com as aspirações, as reivindicações dos trabalhadores. Quisesse o Governo com a mesma rapidez procurar soluções e tomar medidas que dessem resposta à situação vivida pelos jovens trabalhadores, incentivando a estabilidade do emprego, limitando os contratos a prazo, legislando sobre as bolsas aos jovens trabalhadores que estão em formação profissional, que reduzisse o horário de trabalho e aumentasse os salários, fiscalizasse a utilização abusiva de mão-de-obra infantil e repreendesse o não cumprimento dos direitos.»



Encontro das delegações do PCP e do PCCH em Pequim

Delegação do PCP na China em visita de estudo

A convite do Partido Comunista da China esteve na República Popular da China, em visita de estudo, de 30 de Maio a 10 de Junho, uma delegação do PCP, composta pelos camaradas Aurélio Santos, membro da Comissão Executiva Nacional, Manuel Sobral, membro da Comissão Executiva Nacional e do Executivo da DORS, Euclides Pereira, membro do Comité Central e do Executivo da DORL, e Rosa Dias, membro do Comité Central e do Executivo da DORP.

A delegação tomou contacto com diversos aspectos da vida económica e social da China. Além de Pequim, esteve em Xangai, Jinan e Cantão, e visitou a zona especial de Zhuhai, junto a Macau, no Mar das Pérolas. Em todas estas regiões foi recebida por dirigentes do Partido e dos Governos Regionais, contactou com membros do Partido e trabalhadores, tendo visitado numerosas empresas, designadamente a Siderurgia de Bao Shan, em Xangai, o Consórcio de Equipamentos Eléctricos de Cantão, e, em Zhuhai, uma fábrica de relógios sino-suça e a fábrica de seringas de Xingfu, com participação de capital macaense. Em Xangai visitaram também um Palácio de Pioneiros, escolas e empresas da freguesia de Zho Pu.

Em Pequim a delegação teve encontros com os camaradas Zhu Liang e Li Shuzheng, respectivamente chefe e subchefe do Departamento Internacional do Partido Comunista da China.

Esta visita de estudo, que permitiu uma melhor informação da situação na China e da actividade do Partido Comunista da China, inscreve-se no quadro das relações de amizade e cooperação entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista da China.